



**UNIVERSIDADE DO MINDELO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS**

**Curso de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais**

**“TÍTULO DO TRABALHO”**

**A vertente Institucional e Legislativa da Reforma do  
Parlamento: as Implicações do Veto Político ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos**

**Autor: Danísia Silva Fortes Borges**

**Orientadora: Mestre Risanda Soares**

**Mindeló, 2017**

**DANISIA SILVA FORTES BORGES**

**A VERTENTE INSTITUCIONAL E LEGISLATIVA DA REFORMA DO  
PARLAMENTO: AS IMPLICAÇÕES DO VETO POLÍTICO AO ESTATUTO  
DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICO**

**Orientadora: Mestre Risanda Soares**

**Mindelo, 2017**

## **Declaração de Originalidade**

Declaro que esta Monografia é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas, nos anexos e na bibliografia.

**A Candidata,**

Danísia Silva Fortes Borges

Mindelo, Setembro de 2017

Trabalho  
apresentado a Universidade do  
Mindelo como Parte dos  
requisitos para obtenção do  
grau de licenciatura em  
Ciência Política e Relações Internacionais

## **RESUMO EXECUTIVO**

O presente trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais, visa analisar a vertente Institucional e Legislativa da Reforma do Parlamento, e as implicações do Veto Político ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos na reforma parlamentar mais precisamente na vertente Institucional e Legislativa.

Desde a institucionalização da democracia em Cabo Verde, que o Parlamento já passou por várias mudanças que culminaram na modernização do Parlamento para se adaptar aos novos tempos. Neste quadro de modernização, a Assembleia melhorou a sua intervenção no processo Legislativo, reforçou as comissões especializadas, aperfeiçoou as condições de trabalho das comissões especializadas, os Deputados passaram a exercer o mandato a tempo inteiro, criou melhores condições para o estreitamento dos Deputados com os eleitores através das novas tecnologias de comunicação.

Em 2011 deu-se início a uma nova etapa da reforma parlamentar. O objetivo principal da terceira fase da reforma parlamentar visa a melhoria da qualidade da democracia da eficiência parlamentar e da perceção da sociedade perante o parlamento, num claro esforço de tornar a Assembleia cada vez mais representativa, mais próximo dos cidadãos. A reforma tem em vista um vasto conjunto de mudanças político-institucional, e legislativa e também de ordem administrativa. A reforma na Vertente Institucional e Legislativa exige a revisão do Regimento Parlamentar enquanto documento que define as normas e regras de funcionamento do próprio Parlamento, implicando uma alteração profunda da cultura organizacional e funcional parlamentar, exigindo novas práticas e a modernização dos métodos de trabalho e da base tecnológica. A reforma, mais precisamente a vertente institucional e legislativa foi suspensa devido ao veto ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos, implicando o adiamento do processo da reforma, mas concretamente na Vertente Institucional e Legislativa.

Palavras- chave: Parlamento, Assembleia Nacional, Reforma, Regimento, Estatuto titulares de Cargos Políticos.

## **EXECUTIVE ABSTRACT**

The present work of conclusion of the degree course in Political Science and International Relations, aims to analyze the Institutional and Legislative aspect of the Parliament Reform, and the implications of the Political Veto to the Statute of Political Position Holders in parliamentary reform more precisely in the Institutional and Legislative.

Since the institutionalization of democracy in Cape Verde, the Parliament has undergone several changes that culminated in the modernization of Parliament to adapt to the new times. In this modernization framework, the Assembly improved its involvement in the Legislative process, strengthened the specialized committees, improved the working conditions of the specialized committees, held a full-time mandate, created better conditions for the Voters through new communication technologies.

In 2011 a new stage of parliamentary reform began. The main objective of the third stage of parliamentary reform is to improve the quality of democracy in parliamentary efficiency and the perception of society before parliament, in a clear effort to make the Assembly more and more representative, closer to the citizens. The reform has a vast set of political-institutional, legislative and administrative changes. The reform of the Institutional and Legislative aspects requires the revision of the Parliamentary Regulation as a document that defines the norms and rules of operation of Parliament itself, implying a profound change in parliamentary organizational and functional culture, requiring new practices and modernization of working methods and Technological basis.

The reform, more precisely the institutional and legislative aspect was suspended due to the veto to the Statute of Political Officers, implying the postponement of the reform process, but concretely in the Institutional and Legislative aspects.

**Keywords:** Parliament, National Assembly, Reform, Rules of Procedure, Statute holders of Political Charges.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que me ofereceu mais uma oportunidade, de aperfeiçoar os meus conhecimentos.

Dedico este trabalho especialmente a minha mãe, Maria de Fátima Silva que foi a minha maior incentivadora, que esteve sempre comigo nos momentos mais críticos e difíceis, que me ajudou a superar todos os obstáculos, em fim sem ela não teria conseguido chegar até aqui.

Dedico este trabalho aos meus filhos, Ermelinda Borges, Ricardo Borges, William Borges e Gabriel Borges e ao meu marido Silvino Borges, que sempre me motivaram, e entendeu as minhas ausências, em prol da minha formação acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter guiado os meus passos. Á toda a minha família pelo apoio, a minha mãe, Maria de Fátima Silva, ao meu pai Orlando Fortes pelo carinho, amizade, pelo encorajamento.

Agradeço do fundo do meu coração, o meu irmão, Ernesto Fortes pela força e amizade.

Agradeço com carinho e amor as minhas irmãs, Etelvina Fortes, Dirlene Fortes, Stefania Fortes e Suzilene Fortes, por tudo o que fizeram por mim durante todos esses anos, de formação.

Agradeço a minha orientadora Risanda Soares pela orientação, pela disponibilidade e paciência em ouvir as minhas interrogações.

Agradeço de modo especial o meu colega Lavínio Conceição pela força, encorajamento, e ajuda concedida.

Expresso o meu total agradecimento ao meu ex. Professor Josefa Barbosa pela sua colaboração. Expresso o meu agradecimento ao meu ex. Professor Arcádio Lopes pelas sugestões. Expresso o meu total agradecimento ao meu ex. Professor Graciano Nascimento pelos esclarecimentos. Expresso, o meu agradecimento aos Deputados entrevistados, pela colaboração.

Agradeço os funcionários da Assembleia Nacional, que nos receberam de forma calorosa durante o estágio académico na Assembleia Nacional, do Departamento de Relações Internacionais e o Departamento de Recursos humanos. Também agradeço a todos os funcionários, que me facultaram importantes documentos, que me facilitou na elaboração do meu TCC.

Um muito obrigado ao amado Apostolo Semedo, por toda a ajuda que me concedeu no trilhar dos meus estudos.

Agradeço a Eliane Fortes, por toda a ajuda concedida, pelo carinho e pela entrega em me oferecer todo o seu apoio.

Agradeço de forma especial a minha querida amiga Guiomar Furtado por me ter recebido em sua casa, ao seu marido e a sua família por todo o carinho, e amizade durante o estágio académico na cidade da Praia. Agradeço com carinho a minha querida tia Maria Livramento pela ajuda concedida na aplicação dos questionários e por todo o carinho.

Agradeço de coração a Delegada da OMCV, Fátima Balbina Lima, pela força, pela boa energia que me transmitiu, através de sábios, concelhos, e toda a família OMCV de São Vicente. Agradeço o Senhor Tony Nascimento pela grande ajuda concedida na formatação do trabalho. Agradeço ao Waldemiro Lima, pela ajuda concedida, pela paciência, um muito obrigado.

Obrigada a todos aqueles que me incentivaram na realização deste trabalho.



## **GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS**

**AN**- Assembleia Nacional

**ANCV** - Assembleia Nacional de Cabo Verde

**ANP** - Assembleia Nacional Popular

**CE**- Comissões Especializadas

**CI**- Comissão de inquérito

**CERP** - Comissão Eventual da Reforma do Parlamento

**CRCV** - Constituição da República de Cabo Verde

**DN**- Deputado Nacional

**ETCP**- Estatuto Titulares de Cargos Políticos

**GP**- Grupo Parlamentar

**LOPE** - Lei sobre a Organização Política do Estado

**MPD** - Movimento para a Democracia

**NRAN**- Novo Regimento da Assembleia Nacional

**PAICV** - Partido Africano da Independência de Cabo Verde

**PAIGC**- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

**PCCS** - Plano de Cargos, Carreiras e Salários

**PL**- Projeto de Lei

**PR**- Presidente da República

**RAN** - Regimento da Assembleia Nacional

**TCP** - Titulares de Cargos Políticos

**TIC** - Tecnologia de Informação e Comunicação

**UCID** - União Cabo-verdiana Independente e Democrática

# ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO.....	IV
EXECUTIVE ABSTRACT.....	V
DEDICATÓRIA.....	VI
AGRADECIMENTOS.....	VII
GLOSSÁRIO DE TERMOS E ABREVIATURAS.....	VIII
INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEORICO.....	22
Antecedentes históricos do conceito de Parlamento.....	22
Estrutura do Parlamento.....	23
Funções do parlamento e crise da função legislativa.....	24
As reformas Parlamentares - Sua Importância.....	26
CAPITULO II – O PARLAMENTO CABOVERDIANO.....	28
Contextualização.....	28
A evolução do Perfil Institucional da Assembleia Nacional.....	28
Assembleia Nacional de Cabo Verde - Breve Contextualização.....	31
Organização da Assembleia Nacional.....	33
Organização Administrativa.....	37
Organização da Actividade Parlamentar.....	38
Funções da Assembleia Nacional.....	40
CAPÍTULO III – AS REFORMAS DO PARLAMENTO CABO-VERDIANO.....	48
As etapas da Reforma do parlamento Cabo-verdiano.....	48
Primeira etapa.....	48
Segunda Etapa.....	50
Terceira Etapa.....	51
Reforço e qualificação da Democracia.....	54
Direitos da Oposição Democrática.....	55
Instrumentos utilizados na efetivação da oposição democrática.....	56
CAPITULO IV - A VERTENTE INSTITUCIONAL E LEGISLATIVA DA REFORMA DO PARLAMENTO.....	58

A vertente institucional e Legislativa: relação que se estabelece entre o Regimento e o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos .....	58
Algumas considerações acerca do Regimento da Assembleia Nacional .....	60
Comissão Eventual para a elaboração do projecto de regimento da Assembleia Nacional .....	61
Propostas da Comissão Eventual da Reforma do Parlamento na elaboração do Projecto de Regimento da Assembleia Nacional .....	62
Implicações do Novo Regimento e o sistema transitório da reforma .....	62
Propostas do novo Regimento da Assembleia Nacional .....	64
Quanto a Organização da Assembleia Nacional .....	64
Quanto ao Funcionamento Geral da Assembleia Nacional .....	65
Modelo de funcionamento .....	65
Esforço no sentido de uma maior centralidade de acção parlamentar nas comissões especializadas .....	68
Reconversão do “Período de antes da Ordem do Dia” em período da Agenda do Deputado.....	71
Intensificação do uso de novas tecnologias, na perspectiva da edição, publicação e divulgação electrónica parlamentar .....	72
Parlamento Junto do Cidadão .....	72
Quanto a Funções Parlamentares a luz das novas propostas do Novo Regimento .....	74
Função Legislativa .....	74
Função de Fiscalização e Controlo .....	77
Função Electiva.....	78
Ética e Decoro Parlamentar .....	79
<b>CAPITULO V: ESTUDO DE CASO - IMPLICAÇÕES DO VETO POLÍTICO AO ESTATUTO DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS NA REFORMA DO PARLAMENTO .....</b>	<b>81</b>
Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos – breve contextualização.....	81
Objetivo da criação do diploma .....	83
Diplomas indexados ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos .....	85
Novas regras sobre incompatibilidades, impedimentos, imunidades e controlo de interesses dos Titulares de Cargos Políticos (TCP).....	86
Novidades no Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos .....	88
Análise de Dados .....	95
Confrontação das Hipóteses.....	114

Hipótese nº 2- A sociedade civil não compreendeu o significado do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos. ....	115
Hipótese nº3 - A reforma mais precisamente a vertente institucional e legislativa não poderá prosseguir sem a promulgação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos.....	116
CONCLUSÃO .....	118
Recomendações .....	120
BIBLIOGRAFIA .....	121
ANEXOS .....	124

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos inquiridos por sexo .....	95
Gráfico 2 - Distribuição dos inquiridos por faixa etária .....	96
Gráfico 3 -Distribuição dos inquiridos por Profissão .....	96
Gráfico 4 - Habilitações Literárias .....	97
Gráfico 5 - Distribuição dos inquiridos por Naturalidade .....	98
Gráfico 6 - Frequência acompanha os trabalhos da Assembleia Nacional.....	99
Gráfico 7 -Meio de comunicação utilizado para acompanhar os trabalhos da Assembleia Nacional.....	99
Gráfico 8 -Avaliação do desempenho Parlamento em relação aos outros Órgãos de Sobera .	100
Gráfico 9 -Classificação da Imagem do Parlamento .....	101
Gráfico 10 - Conhece um deputado do seu eleitoral (onde foi eleito).....	102
Gráfico 11 -Contacto com um Deputado do círculo eleitoral .....	103
Gráfico 12 - Conhecimento da visita dos Deputados ao círculo eleitoral .....	104
Gráfico 13 -Avaliação do desempenho dos Deputados durante as sessões Parlamentares .....	105
Gráfico 14 -O deputado durante as discussões nas sessões parlamentares, acha que defende os interesses do cidadão que o elegeu, ou defende os interesses do seu partido?.....	106
Gráfico 15 -É do seu conhecimento que o parlamento já passou várias reformas? .....	107
Gráfico 16 - Conhecimento da actual reforma do Parlamento .....	108
Gráfico 17 - És contra ou a favor da aprovação do Estatuto dos Titulares de cargos .....	108
Gráfico 18 -Participaste nas manifestações contra o Estatuto dos titulares de cargo.....	110
Gráfico 19 - Como ficaste a saber da aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos políticos	111
Gráfico 20 -É do seu conhecimento que a aprovação do Estatuto dos Titulares de cargos políticos esta enquadrado na reforma do parlamento? .....	112

## ÍNDICE DE TABELA

Tabela 1- Vencimento actual e a nova proposta salarial para os titulares de cargos políticos..	91
Tabela 2 -Razões contra e a favor da aprovação dos ETCP .....	109
Tabela 3 - O que entendeste do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos?.....	111
Tabela 4 - Sexo .....	124
Tabela 5 - Faixa etária .....	124
Tabela 6 - Profissão .....	124
Tabela 7 - Habilitações Literárias.....	124
Tabela 8 - Zona de Residência .....	125
Tabela 9 - Naturalidade .....	126
Tabela 10 - Com que frequência acompanha os trabalhos da Assembleia Nacional? .....	126
Tabela 11 - De entre as seguintes sugestões, escolhe qual é o meio de comunicação que utiliza para acompanhar os trabalhos da Assembleia Nacional.....	126
Tabela 12 - Em comparação aos demais órgãos de soberania (Presidente da República, Governo, Tribunais) como avalia o desempenho da Assembleia Nacional? .....	127
Tabela 13 - Como classificas a imagem do Parlamento? .....	127
Tabela 14 - Conheces um Deputado do seu eleitoral (onde o Deputado foi eleito)? .....	127
Tabela 15 - Já esteve em contacto com um Deputado do seu círculo eleitoral? .....	127
Tabela 16 - É do seu conhecimento que os deputados todos os meses visitam os seus círculos eleitorais?.....	127
Tabela 17 - Como avalias o desempenho dos Deputados durante as sessões parlamentares? .....	128
Tabela 18 - O Deputado durante as discussões nas sessões parlamentares, achas que defende os interesses do cidadão que o elegeu, ou defende os interesses do seu partido.....	128
Tabela 19 - É do seu conhecimento que o parlamento já passou por várias reformas? .....	129
Tabela 20 - Tens conhecimento da atual reforma do Parlamento?.....	129
Tabela 21 - És contra ou a favor da aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos? .....	129
Tabela 22 - Porque és a favor? .....	129
Tabela 23 - Porque és contra?.....	130
Tabela 24 - Participaste nas manifestações contra o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos? .....	130
Tabela 25 - Como ficaste a saber da aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos .....	131

Tabela 26 - O que entendeste do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos?.....	131
Tabela 27 - É do seu conhecimento que a aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos está enquadrada na reforma do parlamento? .....	133

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho académico, cujo tema é “*A Vertente Institucional e Legislativa da Reforma do Parlamento: implicação do Veto ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos*” decorreu no âmbito da licenciatura em Ciências Política e Relações Internacionais realizada na Universidade do Mindelo situada na rua Patrice Lumumba em Mindelo, com o objetivo de se cumprir um dos requisitos necessários para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Políticas e Relações Internacionais, no ano letivo 2014/2015.

Após a institucionalização da democracia em Cabo Verde tornou-se imprescindível reformar o parlamento, que passou pelo surgimento dos grupos parlamentares visando assim distinguir um deputado de um membro do governo medida importante para a materialização de impedimentos e de incompatibilidades, que viria a tomar uma nova forma com mais rigor com o novo Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos (ETCP) caso fosse promulgado pelo Presidente da República.

Com a reforma pretende-se um melhoramento substancial no funcionamento da Assembleia Nacional, visando a participação cívica e política e o reforço da democracia.

Para além das muitas propostas que passa pela alteração do modelo de funcionamento do Parlamento, na perspetiva de Lopes (2014) pretende-se “Garantir a Efetividade da Ação parlamentar, fazendo o parlamento funcionar semanal ou quinzenalmente, ajustando-se, assim, os prazos parlamentares aos do Governo, da Administração Pública e dos parceiros do desenvolvimento;”.

Ao mesmo tempo pretende-se criar um Código da Ética que na opinião do Presidente da Assembleia Nacional” também irá funcionar em termos de prevenção no comportamento dos Deputados”. Parlamento (2012)

Entretanto com a rejeição da sociedade civil perante o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos (ETPC) trouxe um impasse na reforma do Parlamento que não pode ir adiante sem a promulgação do ETCP, segundo Ramos (2012) “...a revisão do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos também terá que ser resolvida naturalmente, porque não é possível exigir mais aos Deputados, sem mexer no Estatuto.

O presente trabalho estrutura-se, em 5 capítulos. No primeiro capítulo faz-se um enquadramento teórico sobre o tema, onde se proceda a revisão bibliográfica, clarificando



alguns conceitos pertinentes para o estudo. A apresentação da teoria subjacente a temática em estudo inicia-se com uma abordagem global do parlamento.

No segundo capítulo debruça-se sobre a Assembleia Nacional de Cabo Verde analisando diversos pontos como: a evolução do perfil institucional da Assembleia, a sua caracterização no que concerne a sua organização regimental orgânica e administrativa, e as suas funções.

No terceiro capítulo aborda-se a reforma do Parlamento Cabo-verdiano fazendo referência, as etapas e vertentes da reforma e fala-se também do reforço e qualificação de democracia, como principal objetivo alcançar com a terceira fase da reforma.

No quarto capítulo aborda-se mais especificamente a Vertente Institucional e Legislativa da reforma, como sendo a vertente mais importante desta fase, por implicar a aprovação do novo Regimento, o novo Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos e uma nova Orgânica da Assembleia Nacional e analisa-se as propostas do novo Regimento da Assembleia Nacional.

O quinto capítulo refere-se a fase empírica onde faz-se a interpretação dos dados que possibilitaram as conclusões do estudo. Ainda nesse capítulo, inclui-se as considerações finais do estudo, as propostas, as revisões bibliográficas, os apêndices e os anexos.

## **Problemática e Justificativa do tema**

O tema escolhido vem na sequência da aprovação do novo Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos inserida na reforma do Parlamento, com o objetivo de procurar entender as implicações impostas pelo veto ao Estatuto dos Titulares Cargos Políticos na Vertente Institucional e Legislativas da reforma do Parlamento, sendo um tema recente que suscitou grande polémica na sociedade cabo-verdiana,

Pretende-se analisar a reforma Institucional e Legislativa da reforma do Parlamento Nacional e avaliar a razão pela qual a sociedade civil rejeitou a aprovação do ETCP, que para além de prever um aumento salarial aos Titulares de Cargos Políticos também visava atualizar e ajustar as leis conferindo a classe política um quadro mais transparente e consequente das suas responsabilidades, sendo apenas uma parte do processo da reforma do parlamento Cabo-verdiano.

O Estatuto dos Titulares de Cargos políticos inserido na reforma do parlamento Cabo-verdiano foi aprovado por unanimidade com 66 votos a favor e duas abstenções, nos quais se destacam como novidades um regime de incompatibilidades de impedimentos e de conflitos de interesses.

A questão fulcral da nossa investigação é saber se a sociedade civil conhece o diploma, se toda a polémica que se gerou em torno do estatuto foi por causa da atualização salarial de todos os titulares de cargos políticos ou somente na dos deputados, a classe política que mais se houve contestar. E ainda perceber como é que se ultrapassa os constrangimentos impostos pelo Veto Político ao ETCP na reforma, mais precisamente na vertente Institucional e Legislativa.

De acordo com a problemática as questões que surgiram e na tentativa da clarificação decidiu-se para elaboração do trabalho a seguinte pergunta de partida: “quais as implicações do veto ao ETCP na reforma Institucional e Legislativa da Reforma do Parlamento?

## **Objetivo Geral**

O presente trabalho tem como objetivo geral avaliar as implicações do Veto ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos na Vertente Institucional e Legislativa do Parlamento de Cabo Verde.

## **Objetivos Específicos**

- ❖ Analisar a Vertente Institucional e Legislativa da Reforma do Parlamento Cabo-verdiano;
- ❖ Entender o que são Titulares de Cargos Políticos;
- ❖ Conhecer as razões da rejeição da sociedade civil em relação ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos;
- ❖ Em que medida o veto do Estatuto dos Titulares Cargos Políticos afetará o processo da reforma do parlamento cabo-verdiano.

## **Hipóteses**

Defende, Quivi e Campenhoudt (1998) que “Uma hipótese é uma proposição que prevê uma relação entre dois termos, que, segundo os casos, podem ser conceitos ou fenómenos.

As hipóteses que se levantaram para dar resposta à questão da investigação e assim conseguir alcançar os objetivos da pesquisa são as seguintes:

- ❖ **H1** - A sociedade civil cabo-verdiana não tem conhecimento do processo da reforma do parlamento;
- ❖ **H2** - A sociedade civil cabo-verdiana não compreendeu o significado do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos;
- ❖ **H3** - A reforma do Parlamento poderá não prosseguir sem a promulgação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos.

## **METODOLOGIA**

Constitui o percurso metodológico, onde é feito a descrição dos procedimentos para realização do estudo, incluindo também a descrição do público-alvo e local de realização.

Optou-se pelo levantamento e análise de fontes primárias tais como: Constituição da República de Cabo Verde, Regimento da Assembleia Nacional, Boletins Oficiais, Relatório Final da Comissão da Reforma do Parlamento de Cabo Verde, Estatuto dos Deputados, Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos.

Também foi efetuado pesquisas bibliográficas, através de livros, dados obtidos através de Fóruns parlamentares, Monografias, Dissertações, Revistas da Assembleia Nacional.

Recorreu-se ao método de investigação quantitativa, através de um inquérito por questionário, e em jeito de complementaridade utilizou-se o método qualitativo, através de entrevistas semi-estruturadas que permitiu conhecer mais sobre o tema em estudo.

Para conhecer a opinião da sociedade civil face a recusa da aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos, e perceber se conhecem e entenderam o significado do Estatuto, o instrumento utilizado foi o questionário. O questionário é constituído por 20 perguntas fechadas, maioritariamente de escolha múltipla, e por quatro perguntas abertas.

Entretanto houve a necessidade de recorrer ao método qualitativo para complementar os dados da pesquisa, através das entrevistas semi-estruturadas, com perguntas abertas, que foram colocadas a disposição dos entrevistados através de um guião de entrevista. As entrevistas foram feitas a três Deputados da Assembleia Nacional que mostraram interesse em fazer parte do estudo.

Tendo sido feito a identificação do fenómeno a estudar, delineados os objetivos a atingir e a metodologia a ser utilizado, tornou-se imprescindível definir a amostra para o estudo.

A nossa população alvo é a sociedade civil cabo-verdiana, mas por impossibilidade de inquirir toda a população cabo-verdiana optamos por definir o nosso campo empírico as ilhas de São Vicente e de Santiago onde conseguimos recolher uma amostra total de 380 inquiridos, realçando que 200 foram aplicados na ilha Santiago e 180 na ilha de São Vicente, englobando cidadãos tanto nos centros urbanos como nas periferias. Foi aplicado o método de

Amostragem aleatório. Optamos por aplicar o inquérito nessas duas ilhas por serem os dois maiores centros urbanos de Cabo Verde e por albergarem pessoas de quase todas as outras ilhas, e também onde houve maior manifestação contra o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos.

## CAPÍTULO I- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Neste capítulo aborda-se alguns conceitos inerentes a problemática em estudo, conceitos que envolvem o Parlamento, para dar a conhecer o que já foi estudado, sendo importante a análise dos mesmos, para melhor compreensão do tema em estudo.

### **Antecedentes históricos do conceito de Parlamento**

Desde a antiguidade que grupos de cidadãos se reúnem em assembleia para decidir sobre questões fundamentais da coletividade política. Esta prática desenvolveu-se, sobretudo, depois da divulgação dos princípios liberais e da aceitação da teoria da separação de poderes. Por conseguinte, a existência de parlamentos representativos tornou-se comum à grande maioria dos Estados (Fernandes, 2008).

O conceito de parlamento pode ser reservado para as assembleias políticas de sociedades organizadas segundo modelos derivados da revolução de 1688 no Reino Unido, da Revolução francesa, da revolução norte-americana e de outras revoluções, como a portuguesa de 1820. Sendo assim, para os parlamentos modernos é fundamental a conquista do sufrágio universal.

Por isso torna-se imprescindível considerar elemento fundamental do conceito de Parlamento o princípio da representação política assente em eleições concorrenciais, conjugado ou não, no caso de o Parlamento ser uma união de assembleias, com outros títulos de legitimidade (por exemplo, a representação de Estados federados e estruturas locais, ou regionais. Por conseguinte, uma das assembleias tem sempre por base eleições diretas, e esta assembleia tem, papel dominante e decisivo (Sá, 1999).

Acresce ainda que a diversidade será maior se debruçarmos para os antecedentes históricos citados pelos autores que debruçam sobre a realidade e o conceito de Parlamento: «Estados Gerais», «Cortes», «Estamentos»; as Curia ou *Consigium Regis*; O *Model Parliament*, surgido em 1295 na Grã-Bretanha em detrimento do *Consigium* ou Curia e a imposição do nome de Parlamento neste País a partir do século XIV (Sá, 1999).

Segundo Henriques et Cabrito (1993) o parlamento é uma instituição política que tem a cargo a função legislativa e que deve exercê-la independentemente de quaisquer limitações e pressões externas. Por conseguinte do exercício daquela função deverão surgir resoluções do âmbito alargado e que se impõem a todos os elementos da coletividade.

Entretanto Sá (1999) define Parlamento na ótica da ciência político como:

“Uma assembleia, ou sistema de duas assembleias articuladas entre si para o exercício das suas funções em que, pelos a assembleia determinante, assenta a sua legitimidade na representação política decorrente de eleições competitivas e que participa em processos de decisão política ao nível estadual, fiscaliza os governos e a administração publica, debate os atos do poder e discute soluções alternativas, e com a qual, em muitos casos, o Governo tem que manter, ou não romper, uma relação de confiança”.

Saraiva (2011) vem refutar a ideia desses autores afirmando que:

“O conceito subjacente à ideia de Parlamento é o de uma representação da nação em miniatura... Tal como se constituem hoje as amostras das sondagens, o parlamento deveria idealmente – na sua conceção original - albergar representantes das várias regiões, classes sociais, profissão, sexos, idades, etc. ... Na mesma percentagem existente na sociedade. Mas o Parlamento evoluiu para uma simples representação dos partidos, ou seja, para uma representação dos exércitos políticos em confronto, cada um refletindo uma forma de pensar e estar na sociedade”.

Da análise que se faz do Parlamento no tempo e no espaço permite concluir que se trata de uma instituição política composta por um elevado número de membros a quem cabe o exercício da função legislativa (Henriques e Cabrito, 1993).

## **Estrutura do Parlamento**

A estrutura dos parlamentos varia de uns países para outros e depende das disposições constitucionais e dos regimentos adotados por cada um deles. Os parlamentos podem ser agrupados em dois tipos estruturais distintos: Monocamerais e Bicamerais (Fernandes, 2008). Assim no entender do mesmo autor o Parlamento é monocameral quando num Estado a representação política está confiada a uma única Assembleia legislativa. É Bicameral quando a representação política está confiada a duas assembleias que participam na elaboração das leis.

Segundo o mesmo autor são aduzidas diversos argumentos a favor do bicameralismo, dos quais se destacam os seguintes: Primeiro, a existência de duas Câmaras divide a autoridade dos parlamentos, impedindo que uma só assuma a plenitude do poder e resvale para um sistema de convenção ou assembleia; Segundo, uma segunda câmara constituída por forma

diversa da primeira pode constituir um centro de resistência ao predomínio momentâneo de um partido ou demagogia; Terceira, a segunda Câmara atuaria, assim, especialmente no processo legislativo, como elemento estabilizador do sistema travando ou coordenando a atividade da primeira (Câmara Baixa). Quarto, a segunda Câmara alarga a representação, quer na base geográfica (Estados Federais), quer na base orgânica ou corporativa (Irlanda).

Nesta perspetiva Fernandes cit in Lijphar (1989) escreveu o seguinte:

“Todos os grandes países e todos os sistemas federais dispõem de parlamentos bicamerais. Em contrapartida, quase todos os países que são simultaneamente pequenos se caracterizam por uma forma de governo unitária optam pelo unicameralismo, sendo a Irlanda a única exceção”.

Neste sentido Sá (1999) discorda ao referir que nem todas as causas do bicameralismo cabem nesta enumeração, e nem na regra de que todos os grandes países são bicamerais. Mas apresenta outras razões para além da estrutura federal e da dimensão do País. No seu entender há quem justifique as virtudes do bicameralismo por permitir a «dupla revisão para efeitos de usufruir decisões de maior qualidade e com maior ponderação.

Entretanto para Canotilho (1993) “o parlamento, expressão da vontade geral, deve ser o órgão principal de soberania. E não apenas o órgão principal: deve ser um órgão monocameral, visto que só há uma vontade popular e esta só unitariamente pode ser representada

### **Funções do parlamento e crise da função legislativa**

De acordo com Sá (1999) Tradicionalmente os Parlamentos tinham dupla função: cabiam exclusivamente aos Parlamentos, votar as leis definidoras do quadro geral da atividade dos cidadãos, e também controlar a ação do poder executivo.

Entretanto o mesmo autor refere que atualmente verifica-se um verdadeiro depauperamento da instituição parlamentar porque a crise da função legislativa das assembleias vem, com efeito, juntar-se um declínio das suas atividades de controlo, as quais revestem um carácter cada vez mais ilusório.

As funções habitualmente atribuídas as assembleias políticas são diversas. Sendo necessário distinguir as assembleias deliberativas das assembleias consultivas (Caetano, 2006).



As assembleias deliberativas têm a autoridade para decidir enquanto as consultivas se limitam a dar pareceres que serão ou não seguidos por um outro órgão, deliberativo (Caetano, 2006).

Nessa lógica pode-se distinguir dois tipos de assembleia política, um correspondente ao órgão que efetivamente governe, e impõe a sua vontade ao Chefe de Estado e aos Ministros que se designa de parlamento, e outro que traduza a posição das assembleias meramente consultivas ou cujas deliberações estejam dependentes da sanção de outro órgão ou não vinculem o governo, designado genericamente por conselho de governo (Caetano, 2006).

Segundo a teoria clássica de separação dos poderes, o poder legislativo deveria caber exclusivamente ao Parlamento, cabendo o Governo e à administração a tarefa de executar as leis adotadas. Entretanto tem-se verificado nas constituições contemporâneas uma redução progressiva do papel dos parlamentos na elaboração das leis. Por conseguinte, agora, as leis, são mais produto do Governo do que das assembleias parlamentares (Fernandes, 2008).

Para Seguro (2007) ao longo dos anos, o Governo tem vindo a dominar a maioria da produção legislativa e diminuindo, por consequência a afirmação dos parlamentos como órgãos legislativos. Isso resulta do facto, de cada vez mais, a sociedade exigir respostas e soluções legislativas expeditas, e deriva também da crescente tecnicidade legislativa. Consequentemente, os Governos criaram um universo de recursos humanos, técnicos e financeiros ao seu dispor, largamente superiores e sem qualquer possibilidade de comparação.

Neste sentido Fernandes (2008) apresenta como razões para a desvalorização relativa a função legislativa dos parlamentos os seguintes argumentos:

- ❖ A multiplicação das tarefas legislativas exigida pelo Estado do bem-estar, tecnicamente bem preparada, implica que as iniciativas legislativas partam do Governo, geralmente estão melhores apetrechados em termos de domínio jurídico;
- ❖ A lentidão dos processos parlamentar, o predomínio das preocupações da política partidária nas assembleias, o receio da impopularidade da votação de medidas que não agradam aos eleitores, devido a crescente ideia de que as leis são instrumentos jurídicos da ação política do quotidiano, tornando as assembleias incapazes de exercer totalmente a função legislativa que lhes é reservada;

- ❖ A tendência em afirmar que há uma razão política que faz com que a competência legislativa do Governo seja um meio de roubar o processo de elaboração das leis a discussão pública e a contestação das forças opositoras representadas no Parlamento.

## **As reformas Parlamentares - Sua Importância**

Segundo Seguro (2007) “Os parlamentos dos regimes democráticos, em todo o mundo, encontram-se envolvidos em ambientes caracterizado por grandes desafios de mudança e de modernização”.

Na visão do mesmo autor a razão dessa modernização está nas severas críticas que são dirigidas ao sistema político que integram, protestando o afastamento dos problemas do povo, dizendo que só tratam de si próprios, chegando pontualmente a questionar-se da necessidade da existência do Parlamento, e frequentemente, à defesa da redução do número de membros que os compõem.

Saraiva (2007) é um outro autor que defende a modernização do Parlamento, e apresenta como argumentos para esta modernização os seguintes aspetos:

- ❖ O Parlamento foi criado noutra época e manteve até hoje praticamente as mesmas características, entretanto a sociedade mudou, dando-se grandes transformações;
- ❖ O Parlamento é uma sobrevivência do século passado, e já não corresponde as necessidades, as exigências e o ritmo da sociedade atual;
- ❖ Tem todos os defeitos: é pesado, vicioso, pouco competente.

Segundo alguns politólogos, as críticas ao parlamento nasceram com o próprio parlamento, estão associadas à sua natureza e à maior visibilidade do seu funcionamento. As críticas, defendem, permanecerão ligadas umbilicalmente à sua existência (Seguro, 2007).

O regime democrático não é perfeito e, de todas as suas Instituições, os parlamentos são os alvos mais apetecíveis para dirigir as críticas (lugar onde só se fala, conversam uns com os outros durante as reuniões, a sala das sessões plenárias está quase vazia, não identificação com o conjunto dos parlamentares, relatos de abusos, ou simplesmente, desconhecimento das regras de funcionamento do sistema de governo e dos trabalhos parlamentares) (Seguro, 2007).

Entretanto Saraiva (2007) sustenta a necessidade de substituir o parlamento para que se possa modernizar o sistema político, isto porque o parlamento é a instituição mais envelhecida de todas, que até já está mumificada.

Entretanto Seguro (2007) não corrobora com Saraiva, no seu entender não se está perante o desafio de criar uma nova Instituição parlamentar ou de a refundar. Mas sim de compreender que os parlamentos como todas as Instituições, carecem de atualização no exercício das suas funções. As comunidades onde se inserem mudaram, são mais complexas e exigem respostas de outra natureza. Como também mudaram as relações entre os parlamentos e os restantes órgãos de soberania, as novas instituições, a comunicação social, os movimentos sociais e os cidadãos.

Na sequência Seguro (2007) afirma que são vários os parlamentos que têm em curso processos de reforma dos quais se destacam, pelo seu simbolismo, o Parlamento Britânico, o *Congreso de los Diputados* e o Parlamento Europeu.

## **CAPITULO II – O PARLAMENTO CABO-VERDIANO**

### **CONTEXTUALIZAÇÃO**

Neste capítulo vamos incidir sobre a caracterização da Assembleia Nacional, do ponto de vista da sua organização Político Regimental e Orgânica Administrativa, cujo objetivo é analisar o funcionamento dos seus órgãos internos e da atividade parlamentar.

#### **A evolução do Perfil Institucional da Assembleia Nacional**

O Parlamento foi denominado inicialmente de Assembleia Nacional Popular. Esta designação resulta do artigo 3º da Lei Orgânica Política do Estado (LOPE).

A LOPE era uma espécie de constituição que definia os órgãos do poder do Estado e orgânica jurídico-política para a governação e a administração do país até que fosse votada e promulgada a primeira constituição do Estado de Cabo Verde, que deveria ser aprovada no prazo de 3 meses. Esse prazo não foi cumprido e a LOPE ficou em vigor de 1975 a 1980 (Évora, 2004).

Um dos grandes momentos marcantes na história da nação, e o primeiro ato praticado pela Assembleia Nacional Popular foi a proclamação da Independência nacional em 5 Julho de 1975.

O preâmbulo da Constituição da República de Cabo Verde sintetiza os traços marcantes dessa mudança:

“A proclamação da Independência Nacional constitui-se num dos momentos mais altos da História da Nação Cabo-verdiana. Fator de identidade e revitalização da nossa condição de povo, sujeito às mesmas vicissitudes do destino, mas comungando da tenaz esperança de criar nestas ilhas as condições de uma existência digna para todos os seus filhos, a Independência permitiu ainda que Cabo Verde passasse a membro de pleno direito da comunidade internacional” (Mendes 2011).

Segundo Mendes<sup>1</sup> (2011), “a afirmação do Estado independente não coincidiu com a instauração do regime pluralista, tendo antes a organização do poder político obedecido à filosofia e princípios caracterizadores dos regimes de partido único”.

---

<sup>1</sup> Adalberto de Oliveira Mendes Secretário-Geral da Assembleia Nacional de Cabo Verde

O artigo 1º da LOPE atribuía a soberania do povo ao exercício do interesse das massas populares, estreitamente ligadas ao PAIGC, força política dirigente da sociedade Cabo-verdiana. O Parlamento era o órgão supremo do Estado, com a competência de eleger o Presidente da República e o Primeiro-ministro, fiscalizar e decidir sobre a constitucionalidade das leis, e decidir sobre questões fundamentais da política interna e externa definidas pelo PAIGC (Lopes, 2002).

“O exercício do poder no quadro desse modelo demonstrou, a escala universal, a necessidade de introduzir profundas alterações na organização da vida política e social dos estados. Novas ideias assolaram o mundo fazendo estruturas e concepções que pareciam solidamente implantadas, mudando completamente o curso dos acontecimentos políticos internacionais. Em Cabo Verde a abertura política foi anunciada em mil novecentos e noventa, levando à criação das condições institucionais necessárias às primeiras eleições legislativas e presidenciais num quadro de concorrência política” (Custódio et Magalhães, 2005)

Nessa época a ANP reunia em apenas duas sessões ordinárias por ano (artigo 60º da Constituição de 1980) e o cargo de Deputado Nacional (DN) não era profissionalizado. Os deputados nacionais não recebiam um salário mensal no exercício dessa função. Apenas os membros da mesa (Presidente, vice-presidente e secretário da mesa) eram profissionalizados e recebiam um salário pelo exercício das suas funções. Os deputados recebiam abonos para despesas de representação e ajudas de custo nas atividades realizadas ligadas à representação parlamentar. A carreira política parlamentar, entretanto, não correspondia a uma carreira principal dos indivíduos que exerciam tal função. Sendo sim, uma carreira secundária que poderia ser exercida em simultâneo com outras funções profissionais e remuneradas. E, o artigo 181º da lei nº 6/II/82, sobre o regimento da ANP, assegura que “os deputados não podem ser prejudicados no seu emprego permanente, carreira profissional e benefícios sociais por causa do exercício normal do seu mandato (Gonçalves, 2015).

Em 28 de Setembro a Assembleia Nacional Popular aprovou a Lei constitucional nº 2/III/90 que, revogando o artigo 4º da Constituição e institucionalizando o princípio do pluralismo, consubstanciando um novo tipo de regime político (Custódio et Magalhães, 2005).

A revisão da Constituição de 1990 abriu as portas para o multipartidarismo (formação de partidos políticos), consagrou a eleição do Presidente da República por sufrágio universal e direto e um regime semipresidencialista. Ficaram, assim, criadas as condições adequadas para

a democratização da sociedade cabo-verdiana e do poder político, devidamente consubstanciados com a realização das Legislativas de 1991.

Na perspetiva de Aristides Lima<sup>2</sup> foram vários os momentos altos da Assembleia Nacional:

“O primeiro foi, na I Legislatura quando se proclamou a Independência Nacional e se aprovou a LOPE. Outro momento foi quando se aprovou a I Constituição em 1980, e, também, em 1988, quando se fez a mudança no sistema económico, a liberalização económica. Outro momento importante foi em 1990 quando se procedeu a revisão da Constituição para se consagrar o regime de democracia pluralista e competitiva, não só com a previsão de novas competências para o Parlamento, designadamente a competência para aprovar a lei dos partidos e o estatuto da oposição”.... (Revista “Parlamento” da Assembleia Nacional, 2010).

Nas primeiras eleições multipartidárias, o território Nacional foi dividido em 20 círculos eleitorais, com a introdução dos círculos eleitorais no estrangeiro, África, América Europa e resto do Mundo, totalizou-se no total para as primeiras eleições 28 círculos eleitorais para eleger 79 deputados a Assembleia Nacional (Évora, 2004).

O Movimento para a Democracia (MPD) vence por maioria qualificada de dois terços, com 62,5% de votos, garantindo 56 das 79 cadeiras, enquanto o PAICV, com 31,6% dos votos elegeu apenas 23 deputados (Évora 2004).

De acordo com Lima em entrevista a Revista (Parlamento, 2010) “as eleições de 1991 vieram contribuir para a mudança do próprio Parlamento. A primeira mudança estrutural no Parlamento foi nessa altura, porque passou a ser um Parlamento de mais de um partido”.

E ainda segundo o mesmo autor “A segunda mudança estrutural do Parlamento foi quando todos os Deputados passaram a exercer o mandato a tempo inteiro”.

A VI legislatura iniciada em 2001 permitiu a iniciação de uma nova etapa no modelo de funcionamento da Assembleia Nacional, visto que o parlamento passou a funcionar a tempo inteiro proporcionando uma mudança estrutural permitindo que todos os 72 deputados passassem a exercer o mandato a tempo inteiro.

---

<sup>2</sup>Aristides Lima - Deputado do PAICV, e Presidente da Assembleia Nacional durante as Legislativas 2001 e 2005.

## **Assembleia Nacional de Cabo Verde - Breve Contextualização**

De acordo com a Constituição da República de Cabo-verde (CRCV) no art.º 140º e o Regimento da Assembleia Nacional (RAN) no art.º 16º “a Assembleia Nacional é a Assembleia que representa todos os cidadãos cabo-verdianos”.

O Parlamento Cabo-verdiano é um dos órgãos eletivos do poder político, o (art.º 102º) da CRCV elege a Assembleia Nacional como um órgão de soberania unicameral e de natureza colegial. Enquanto órgão autónomo e permanente, representa todos os cidadãos cabo-verdianos (Mendes, 2011).

O Parlamento cabo-verdiano é constituído por uma única câmara designada Assembleia Nacional. É composta por Deputados livremente eleitos, mediante sufrágio universal, direto, secreto e periódico, através de listas apresentadas pelos partidos políticos. Enquanto representantes do povo, os Deputados são eleitos pelos cidadãos nacionais em regime de maioria de votos nas eleições legislativas para um mandato de cinco anos (Revista “Parlamento” da Assembleia Nacional, 2012).

Os deputados “são os representantes de todo o povo e não unicamente dos círculos eleitorais porque foram eleitos” (art.162.º da CRCV) e devem ter garantidas “todas as condições necessárias ao exercício das suas funções, nomeadamente para o estreito contacto com o círculo eleitoral onde foi eleito e com os cidadãos eleitores” (artº165º/1 da CRCV). A CRCV assegura diretamente que todas as entidades públicas e privadas “tem o dever de dispensar aos deputados toda a colaboração necessária e de com eles cooperar no exercício das suas funções” (arº165º/1 da CRCV) (Mendes, 2011).

A Assembleia Nacional é um órgão de soberania autónomo, visto que se baseia no princípio da autonomia do parlamento. Esta autonomia é evidenciada na sua competência regimental, na eleição do Presidente dos membros da Mesa, na fixação da ordem do dia pelo Presidente da AN, na sua autonomia administrativa e financeira.

É um órgão Permanente, definida na CRCV, que consagra nos artigos 146º e 148º, que em caso de dissolução, há subsistência da Mesa e da Comissão Permanente.

A Assembleia Nacional é um órgão Colegial. O seu órgão principal é o Plenário, é o órgão supremo da Assembleia Nacional, é formada pela totalidade dos Deputados, na

Legislatura (2011-2016) o Plenário é constituído por 72 Deputados, das forças políticas parlamentares.

Segundo a CRCV no art.º 141º, a Assembleia Nacional tem no mínimo sessenta e seis e num máximo de setenta e dois Deputados eleitos nos termos da Constituição e da lei, para os círculos fora do territorial nacional existe um conjunto de seis deputados distribuídos entre eles nos termos da lei: 2 Círculo da Europa e Resto do Mundo; 2 Círculo da África e 2 Círculo de América (Mendes, 2011).

Nos termos da CRCV a Assembleia Nacional tem as seguintes competências:

- ❖ Competência interna, para regular a sua própria organização e funcionamento, aprovando o seu Regimento, constituindo as Comissões Especializadas e Eventuais e exercendo outras competências que lhe sejam conferidas pelo Regimento (artigo 171.º);
- ❖ Competência legislativa, que se subdivide em competência genérica, absolutamente reservada e relativamente reservada (artigos 174.º, 175.º e 176.º);
- ❖ Competência em matéria financeira, para tomar as Contas do Estado, autorizar o Governo a contrair empréstimos, fiscalizar a execução do orçamento etc. (artigo 177.º);
- ❖ Competência em matéria de Tratados e Acordos Internacionais, para aprovar acordos de participação de Cabo Verde em organizações internacionais, aprovar tratados e acordos de amizade, de paz, de defesa, de estabelecimento e retificação de fronteiras, de desvinculação de tratados e acordos internacionais etc. (artigo 178.º);
- ❖ Competência de fiscalização política, para apreciar e fiscalizar os atos do Governo e da Administração Pública, fazer Perguntas e Interpelações ao Governo, votar Moções de confiança e de censura, apreciar o discurso sobre o estado da Nação, apreciar e fiscalizar a aplicação da declaração do estado de sítio e do estado de emergência, apreciar os decretos legislativos (aprovados pelo Governo sob autorização da assembleia Nacional) etc. (artigo 179.º); Competência em relação a outros órgãos, para eleger membros de outros órgãos (Tribunal Constitucional, Conselho Económico e Social, Comissão Nacional de Eleições, Conselhos Superiores das Magistraturas Judicial e do Ministério Público etc.), para



testemunhar a tomada de posse e a renúncia do Presidente da República, autorizar a ausência do Presidente da república do território nacional, promover a ação penal contra o Presidente da república e os membros do Governo etc. (artigo 180.º).

## **Organização da Assembleia Nacional**

De acordo com Lopes (2014) em termos Organizativo a Assembleia Nacional desdobra-se em duas perspetivas diferentes, uma política e regimental e, outra orgânica e administrativa.

Do ponto de vista Organizativo e Regimental têm a seguinte composição:

- ❖ Presidente da Assembleia Nacional;
- ❖ A Mesa;
- ❖ As Comissões Parlamentares;
- ❖ Os Grupos Parlamentares (em certos termos.

## **Presidente da Assembleia Nacional**

Nos termos do art.º 18º do RAN, o Presidente da Assembleia Nacional, representa a Assembleia, vela pela salvaguarda da sua dignidade e direitos, dirige e coordena os seus trabalhos e exerce autoridade sobre todos os funcionários e forças de segurança postos ao serviço da Assembleia; substitui, interinamente, o Presidente da República, nos termos do artigo 130º da CRCV, tem as honras e privilégios que lhe são conferidos em estatuto próprio.

Nos termos dos artigos 19º e 20º do RAN o Presidente da AN é eleito por maioria absoluta dos votos dos Deputados em efetividade de funções, sendo eleito por toda a Legislatura.

## **A Mesa da Assembleia Nacional**

A Mesa da Assembleia Nacional é um dos órgãos internos do Parlamento.

Segundo os artigos 27º do RAN, a Mesa da Assembleia Nacional é composta pelo Presidente, pelos dois Vice-Presidentes e por dois a quatro Secretários. O Presidente é eleito de entre candidatos propostos por um mínimo de quinze e um máximo de vinte Deputados.

Nas Reuniões Plenárias a Mesa é constituída pelo Presidente e por dois Secretários. Na falta do Presidente, as Reuniões Plenárias serão presididas pelo Primeiro Vice-presidente ou, na falta ou impedimento deste, pelo Segundo Vice-Presidente ou pelo Deputado mais idoso. Os Secretários são substituídos nas suas faltas pelos Deputados que o Presidente designar. As competências da Mesa da Assembleia Nacional são consagradas no artigo 30º do RAN.

### **Comissões Parlamentares**

Nos termos do Regimento, a Assembleia Nacional tem uma Comissão Permanente e 7 Comissões Especializadas, podendo ainda constituir Comissões Eventuais e Comissões de Inquérito aos atos do Governo ou da Administração Publica e para outros fins (Revista “Parlamento” da Assembleia Nacional, 2012)

Desde a I República a AN funcionava através de sessões plenárias e comissões. Nesse período, existiam quatro comissões especializadas permanentes: 1) comissão de assuntos políticos (política interna, externa, administração geral e local) ou comissão de política interna, externa e cooperação, administração geral e poder local com a revisão do regimento da AN em 1982; 2) comissão de assuntos económicos e financeiros ou comissão de economia, plano, finança e orçamento; 3) comissão de educação, assuntos sociais e culturais; e 4) comissão de legislação e redação ou comissão de assuntos constitucionais e jurídicos (regimento da ANP de 1977 e 1982) (Gonçalves, 2015).<sup>3</sup>

A partir de 1991, a estrutura foi se modernizando e definiu-se a criação de uma comissão permanente composta pela mesa parlamentar e por um representante de cada grupo parlamentar e representante de partidos com assento parlamentar. Essa comissão funcionaria nos intervalos das sessões plenárias e caso a assembleia for dissolvida. E foram aumentados os números de comissões especializadas. Atualmente existem sete comissões especializadas. (Gonçalves, 2015).

---

<sup>3</sup> Anílsa Sofia Correia Gonsalves- Mestre em Ciências Políticas pela Universidade Estadual de Campinas

## **Comissão Permanente**

A comissão Permanente da AN funciona nos intervalos da sessão plenária, ou nos momentos em que a AN se encontra dissolvida. É composta pelo Presidente da Assembleia Nacional, que a preside, pelos vice-presidentes, secretários, por um representante de cada grupo parlamentar e por um representante de cada partido com assento na Assembleia Nacional e que não tem GP constituído (Assembleia Nacional, 2015).

As competências da Comissão Permanente são reguladas no artigo 55º do RAN.

## **Comissões Especializadas**

De acordo com o RAN, as Comissões Especializadas (CE) funcionam durante a Sessão legislativa ou até 20 dias antes do início desta, para efeitos de preparação dos trabalhos, nos termos do seu regulamento.

As Comissões têm a principal tarefa de se inteirarem das questões políticas e administrativas do interesse dos sectores que lhes digam respeito e fiscalizar os atos do Governo e da Administração nas matérias alusivas as suas funções (Revista “Parlamento” da Assembleia Nacional, 2012).

As competências das comissões especializadas são reguladas no artigo 59º do RAN. A Assembleia Nacional é composta por 7 comissões Especializadas:

- ❖ Comissão Especializada de Assuntos Jurídicos, Direitos Humanos e Comunicação Social;
- ❖ Comissão Especializada de Finanças e Orçamento;
- ❖ Comissão Especializada de Economia, Ambiente e Ordenamento do território;
- ❖ Comissão Especializada de Relações externa, cooperação e Comunidades;
- ❖ Comissão Especializada de Reforma do Estado e Segurança;
- ❖ Comissão Especializada de Saúde e Questões de Saúde e Questões Sociais;
- ❖ Comissão Especializada de Educação, Cultura, Juventude e Desporto.

## Grupos Parlamentares

Para Silva (2009) a lógica do funcionamento do Parlamento Cabo-verdiano é idêntica à de todos os parlamentos modernos, organizados em torno dos grupos parlamentares e das comissões especializadas, mas o seu eixo principal de atuação reside nos grupos parlamentares.

Segundo o RAN no art.º 6º os Deputados eleitos por cada partido ou coligação podem constituir-se em Grupo Parlamentar, se forem em número não inferior a cinco. Os Poderes dos Grupos Parlamentares são consagrados no artigo 11º do RAN.

Na Legislatura, saída das eleições Legislativas realizadas em 6 de Fevereiro de 2011, constitui-se dois grupos parlamentares correspondente aos partidos que elegeram deputados, Partido Africano para a Independência de Cabo Verde, (PAICV) e Movimento para a Democracia (MpD). O Partido União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID) representado na Assembleia Nacional não possui Grupo Parlamentar, uma vez que só elegeu 2 Deputados.

Quanto aos Partidos políticos com assente parlamentar, que não constituem grupo Parlamentar, ou Deputados independentes, os seus direitos de intervenção e condições de exercício são limitados de acordo com os artigos do RAN.

É o caso da UCID com dois Deputados, cujas condições de exercício constam da lei Orgânica. Quanto a especificidade do Parlamento Cabo-verdiano, na eleição de grupos parlamentares, salienta-se o pensamento de Silva (2009) que refere o seguinte:

“No caso Cabo-verdiano a especificidade reside no fato de a Constituição exigir um número elevado de Deputados para se poder constituir um grupo parlamentar- cinco Deputados- o que torna a organização e o funcionamento da Assembleia Nacional muito rígido, com relativa exclusão política dos Deputados eleitos em listas de partidos, que não conseguem constituir-se em grupos parlamentares”

Sobre esta mesma questão Silva (2009) ressalva, que esta situação pode levar à marginalização de um grupo relativamente importante de deputados, o que não contribui para o aprofundamento da Democracia. Visto que Certos países aceitam dois Deputados como sendo suficientes para se poder constituir um grupo parlamentar e países que permitem, ainda que exceção em direito constitucional comparado, a existência de um só Deputado, o chamado grupo parlamentar unipessoal.

## **Organização Administrativa**

Na perspetiva Orgânica e Administrativo, a Lei Orgânica nº83/VII/2011, de 10 de Janeiro, estrutura o Parlamento em vários órgãos e serviços hierarquizados, definindo e regularizando os instrumentos de gestão administrativa, financeira e patrimonial e nomeadamente, de apoio técnico aos sujeitos parlamentares (Lopes, 2014).

Na perspetiva do mesmo autor são órgãos da Administração da Assembleia Nacional:

- ❖ O Plenário, como órgão supremo, com competências administrativas;
- ❖ O Presidente da Assembleia;
- ❖ O Conselho da Administração, presidido pelo 1º Vice-Presidente da Assembleia.

A Secretária Geral da Assembleia Nacional faz parte deste elenco geral como estrutura de supervisão de todos os serviços técnicos e administrativos da Assembleia. Desta Secretária-geral depende administrativamente um conjunto de serviços que por sua vez se encontram integrados por várias direções:

- ❖ Direção dos Serviços Parlamentares, que também encontra-se integrado pela divisão de apoio ao Plenário, pela divisão de estudos de impacto legislativo de apoio técnico às comissões e ainda pela divisão de redação e audiovisual.
- ❖ Direção dos Serviços de Documentação e de Informação Parlamentar, no qual encontra-se integrado pela divisão de documentação e informação parlamentar, pela divisão da biblioteca, e pela divisão do arquivo parlamentar.
- ❖ Direção dos Serviços Administrativos e Financeiros e sob esta Direção estão integradas a divisão da administração e recursos humanos, a divisão da gestão financeira, a divisão de aprovisionamento, e a divisão de património e manutenção.
- ❖ Direção das Relações Públicas e Internacionais, composta pela divisão de relações públicas e internacionais e pela divisão do protocolo.
- ❖ Direção dos Serviços de Informática integrada pela divisão de comunicações e segurança e pela divisão de desenvolvimento e manutenção de equipamentos informáticos (Lopes, 2014).

No entanto Lopes (2014) salienta que é importante conhecer a orgânica e os instrumentos de gestão da Assembleia Nacional quando se pretende fazer uma reforma para atravessar toda a organização parlamentar tanto a nível político como administrativo, alterando as normas de funcionamento, os métodos de trabalho, as atitudes e os comportamentos, como forma de adquirir uma nova cultura organizacional e funcional.

### **Organização da Atividade Parlamentar**

A Assembleia Nacional funciona por legislaturas, com a duração de cinco anos e cinco sessões legislativas (art.º 150º da CRCV), sendo que cada sessão legislativa tem a duração de um ano (art.º 151º da CRCV).

O período normal de funcionamento da Assembleia Nacional decorre de 1 de Outubro a 31 de Julho seguinte, sem prejuízo das suspensões que o plenário delibere por maioria de dois terços dos deputados presentes (art.º 151º da CRCV).

No 20º dia subsequente à publicação dos resultados eleitorais no Boletim Oficial, a Assembleia Nacional reúne-se, por direito próprio, para a abertura da legislatura (art.º 68.º do RAN). Na reunião deve-se validar os mandatos dos Deputados eleitos e empossa-los, substituir, após empoçamento, os Deputados nomeados membros do Governo ou dotados de outras funções incompatíveis com o desempenho do mandato de Deputado, eleger por maioria absoluta dos Deputados em exercício de funções, o Presidente e os demais membros da Mesa e constituir a Comissão Permanente (Lopes, 2014).

Segundo Mendes (2011) a Assembleia Nacional é composta por 72 Deputados na maioria, a tempo inteiro e, tem normalmente um regime de ocupação seguinte:

- ❖ 1ª Semana – Visita aos círculos eleitorais;
- ❖ 2ª Semana – Reuniões das comissões especializadas;
- ❖ 3ª Semana – Jornadas Parlamentares;
- ❖ 4ª Semana - Reuniões plenárias concentrado na semana final de cada mês.

Segundo o art.º 86º do RAN, são considerados trabalhos parlamentares as reuniões do plenário; da comissão permanente; da conferência dos representantes dos grupos parlamentares; das comissões especializadas, eventuais ou de inquérito; das subcomissões; dos

grupos de trabalho criados no âmbito das comissões; dos grupos parlamentares; é ainda considerado trabalho parlamentar, a participação de Deputados em delegações, reuniões de organizações internacionais, elaboração de relatórios, estudos e trabalhos promovidos pelos grupos parlamentares e as visitas aos círculos eleitorais. Deve-se realçar o papel dos grupos de amizade e redes parlamentares que já estão em funcionamento no parlamento Cabo-verdiano, sem nenhuma integração regimental, mas cujas atividades devem ser inteiradas nos trabalhos parlamentares (Lopes, 2014).

De acordo com Lopes (2014) os mais importantes constituintes da atividade parlamentar são:

- ❖ Uma agenda legislativa centrada no cumprimento do programa do Governo;
- ❖ O acatamento regular das obrigações internacionais, traduzido na aprovação de tratados ou na chamada diplomacia parlamentar;
- ❖ Na execução periódica de debates sobre a política geral e sectorial;
- ❖ A criação de comissões parlamentares de inquérito;
- ❖ A realização regular de interpelações e perguntas ao governo;
- ❖ O desempenho da função eletiva.

Para o bom funcionamento dos trabalhos parlamentares são fixados regras sobre as reuniões plenárias e as reuniões das comissões, sendo que quanto as primeiras, há existência de dois períodos, “antes da ordem do dia” consagrada no artigo 94º do RAN e o período “ordem do dia” consagrado no artigo 98º do RAN (Lopes, 2014).

A ordem do dia das reuniões plenárias é fixada pelo Presidente da Assembleia Nacional após a audição, a título indicativo, da conferência dos representantes, cabendo recurso da sua decisão para o plenário (art.º 88º do RAN).

Conforme alíneas f) e g) do artigo 5º do Regimento da Assembleia Nacional e alíneas e) e g) do artigo 22º do Estatuto dos Deputados, constituem deveres dos Deputados «manter estreito contacto com os círculos por que foram eleitos e com os eleitores e promover os assuntos relativos às suas necessidades e aspirações, bem como «informar a Mesa da Assembleia Nacional sobre os contactos mantidos com os eleitores e outros sectores da nação cabo-verdiana” (Mendes,2011).

É assegurada a cobertura financeira para cada Deputado, de um máximo de seis visitas, por ano a círculo eleitoral fora da localidade da sua residência, sendo a duração global por ano de 42 dias para nacionais e 40 para os deputados de emigração (Mendes, 2011).

Segundo os relatórios das visitas aos círculos eleitorais os Deputados contactam as autoridades locais e os serviços desconcentrados dos vários sectores: saúde, emprego e solidariedade, educação, cultura e desportos, agricultura e pescas infraestruturas, transportes e turismo. Igualmente auscultam preocupações e dificuldades das populações. Em alguns dos relatórios são formuladas recomendações, após a visita ao círculo eleitoral (Mendes, 2011).

### **Funções da Assembleia Nacional**

O perfil funcional da ANCV é típico de um parlamento moderno, e assim sendo exerce funções de representação, funções legislativas, funções de fiscalização, funções eletivas e de criação, bem como funções de vinculação internacional do Estado e de “diplomacia parlamentar” tanto junto de organizações internacionais como de instituições parlamentares homólogas (Mendes, 2011).

No entanto, os estudiosos têm atribuído aos Parlamentares outros papéis, de que Assembleia Nacional não pode eximir-se, por exemplo, trazer para o debate público questões de interesse de grupos de cidadãos (Eduardo Monteiro<sup>4</sup>, in Fórum Parlamentar, 2003).

### **Função Legislativa**

De acordo com Lopes (2014) a função Legislativa é a função típica da Assembleia Nacional, é a sua função principal. É o poder por excelência da assembleia, sem prejuízo de esse poder ser conferido a outro órgão, que poderá ser o Governo que exerce esse poder de forma atípica, sendo que, a sua função típica não é legislar, mas sim, definir, dirigir e executar a política geral interna e externa do país de acordo com o art.º 185º da Constituição da República de Cabo Verde.

---

<sup>4</sup> Eduardo Monteiro - Jurista, Deputado Nacional e Secretário da Mesa da Assembleia Nacional na Legislatura de 2001. Conferencista no Fórum Parlamentar “Reforma do Estado, teoria da Legislação e Regulação na Assembleia Nacional em 2005.



A Assembleia como qualquer outro de regime democrático, tem como função central a elaboração de leis. No exercício da função Legislativa cabe-lhe organizar e elaborar leis, proceder à revisão da própria Constituição nos termos definidos pela lei. Pode, entretanto, autorizar o Governo a legislar em matéria da sua exclusiva competência normalmente considerada de reserva relativa no âmbito das autorizações legislativas e homologações a “*posteriori*” os decretos legislativos, aprovados nesse âmbito pelo executivo (Eduardo Monteiro, in Fórum Parlamentar, 2003).

### **Função de Fiscalização e Controlo**

A Função de fiscalização e controlo é das funções mais importantes e antigas do Parlamento.

De acordo com Carlos Ramos<sup>5</sup> (in Fórum parlamentar, 2014). O Parlamento tem a função de fiscalização e controlo da atividade do Governo e da administração pública. Neste sentido o Regimento e a Constituição da República são consagradas diversos mecanismos que permitam aos parlamentares exercer o controlo dos atos do executivo.

Segundo Lopes (2014) a função de fiscalização e controlo é exercida, através de processos de orientação e fiscalização política, regulada através dos artigos 228º a 268º do Regimento, ao qual se evidenciam em momentos altos da atividade parlamentar, como são os casos de:

- ❖ Apreciação do Programa do Governo;
- ❖ Debate sobre o Estado da Nação;
- ❖ Debate sobre a situação da Justiça;
- ❖ Moções de Confiança e de Censura;
- ❖ Interpelações;
- ❖ Perguntas ao Governo;
- ❖ Debates sobre Questões de Política Interna e Externa;
- ❖ Inquéritos Parlamentares;
- ❖ Petições.

---

<sup>5</sup> Carlos Ramos - Deputado Nacional na Legislatura 2011-2016, e conferencista no Fórum Parlamentar “A Reforma do Parlamento na perspectiva da: Transparência, Ética e Decoro Parlamentar e Reforço da Qualificação da Democracia, realizado na Assembleia Nacional em 2014.

O Parlamento Cabo-verdiano dispõe de diversos mecanismos de exercício do controlo dos atos do executivo pelo que:

- ❖ Aprecia o Programa de Governo para cada legislatura, apresentada conjuntamente com uma moção de confiança sobre a política geral que o executivo pretende seguir, e se não for apresentado ou apresentado e não merecer a aprovação conduz irremediavelmente à demissão do Governo (art.º 202 d) e) da Constituição da República.
- ❖ Aprova o orçamento do Estado, acompanha e fiscaliza a sua execução.

O período da antes da ordem do dia, permite os deputados expor, a propósito dos seus círculos eleitorais, confrontar o Governo, propor e exigir soluções para os seus problemas.

Quanto as Perguntas ao Governo, tem havidas muitas contestações, por isso existe uma proposta no sentido da sua simplificação, com a redução do tempo de formulação de perguntas sucintas, fixação de um tempo da resposta, apenas uma pergunta adicional que caberá ao autor da proposta inicial e fixação do princípio do teor da pergunta até 24 horas (Ramos in Fórum Parlamentar, 2014).

Ainda de acordo com o conferencista, o instituto de interpelações tem sido um instrumento bastante utilizado no Parlamento, servindo de confrontação de posições entre a Oposição e o Governo sobre diversos assuntos e sectores da vida nacional. Nos termos regimentais, a interpelação incide sobre assunto de política geral ou qualquer outra de interesse político, Económico, social ou cultural.

Também as Comissões Especializadas podem solicitar e obter diretamente informações completas sobre matérias da sua competência, da parte de qualquer órgão ou serviço do Estado, salvo em se tratando de assuntos cobertos por segredos do Estado ou de Justiça (Ramos in Fórum Parlamentar, 2014).

Os Deputados podem solicitar a comparência de membros do Governo, à exceção do Primeiro-ministro de qualquer funcionário ou agente de Administração Publica, ou de qualquer pessoa singular, coletiva ou privada. Podem ser-lhes conferidos competência para proceder á audição parlamentar de personalidades indigitados para altos cargos (Ramos in Fórum Parlamentar, 2014).

Relativamente à moção de confiança e de censura, primeiramente há que distinguir a *moção* de confiança obrigatória ou de investidura da moção de confiança facultativa. A moção de confiança obrigatória ou de investidura é condição do Governo poder entrar na plenitude das suas competências, depois de nomeados os seus membros, e constitui uma forma normal do estabelecimento de uma relação de confiança política entre a AN e o Governo, num sistema de governo parlamentar. A moção de confiança facultativa intervém no decurso do exercício de funções governamentais, é desencadeada pelo Governo, aprovada por maioria absoluta dos deputados e a sua rejeição implica a queda do Governo. A moção de censura pode ser apresentada por iniciativa de um quinto dos Deputados ou de qualquer grupo parlamentar, mas a sua aprovação, pela primeira vez, não implica, necessariamente, a demissão do Governo (Silva, 2009).

Nos termos da CRCV, a Assembleia será dissolvida, sempre que na mesma legislatura, rejeitar duas moções de confiança ou aprovar quatro moções de censura ao Governo (Artigo 142º) (Silva, 2009).

O Inquérito Parlamentar é outro instrumento importante de fiscalização do Governo e da Administração Pública. O Parlamento pode criar comissões e investigar qualquer matéria de interesse público que se mostre relevante para o exercício das atribuições da AN (Ramos in Fórum Parlamentar, 2014).

Para Aristides Lima em entrevista a revista (Parlamento, 2010) as Comissões de Inquérito (CI) têm poderes para exigirem informações e dados, possuindo as condições para fazerem a investigação e para elaborarem as conclusões. Contribuem para esclarecer certas situações, que possam ser irregulares, e ao mesmo tempo contribuem para a responsabilidade do Executivo e para a transparência política, tornando possível ao cidadão fazer o seu juízo em relação ao seu eleito.

### **Função eletiva**

Para Lopes (2014) a função eletiva do parlamento Nacional consiste na eleição dos órgãos internos, Membros da Mesa da Assembleia Nacional (o Presidente, os Vice-presidentes e os Secretários) e também eleger membros de órgãos externos conferidos pela constituição. Nesse sentido cabe ao Parlamento eleger os Juizes do Tribunal Constitucional, membros do

Concelhos superiores da Magistratura Judicial e do Ministério Público; O Presidente do Conselho Económico e Ambiental, Membros da Comissão Nacional de eleições, Membros da Autoridade Administrativa Independente Reguladora da Comunicação Social, o Provedor da Justiça.

Lopes (2014) argumenta que:

“Esta competência eletiva permita a Assembleia Nacional – ou seja, aos partidos com assente parlamentar modelar a composição de alguns dos mais importantes órgãos do sistema político constitucional cabo-verdiano. Trata-se de um contributo importante para a dignificação destas instituições, não fossem estes procedimentos de escolha, em determinadas circunstâncias, demasiado comprometedoras para entidades que desaconselham uma excessiva politização ou partidarização (casos dos órgãos de natureza judicial ou para-judicial), além de se traduzirem em frequentes bloqueios no processo eletivo, adiando-o para um futuro indeterminado, com reflexos negativos no funcionamento dessas instituições”

Lopes (2014) levante várias questões ou dúvidas fundamentais alusivas a relação de poder e de competência que se estabelece entre o Parlamento e outros órgãos. Questiona se a Assembleia elege órgãos ou cargos, e por outro lado se a Assembleia elege apenas órgãos exteriores de órgãos de natureza exclusivamente constitucionais (órgãos de soberania) ou, elege, também, outros órgãos de Estado.

Na sequência o artigo 277º define que a Assembleia Nacional elege, os titulares dos cargos exteriores a Assembleia Nacional cuja designação lhe compete. No caso dos órgãos de soberania, os seus titulares são eleitos diretamente pelo povo, a exceção dos tribunais (Lopes, 2014).

Contudo como afirma o mesmo autor compete a Assembleia eleger os titulares de órgãos externos, mas nunca a competência de eleger órgãos de Estado, designadamente, órgãos de soberania de eleição direta pelo povo, não obstante o poder de conformar certos órgãos de Estado e eleger os respetivos titulares.

### **A função de representação**

A função de representação parlamentar consiste, constitucionalmente, referindo a natureza e o âmbito do mandato parlamentar, designa que os Deputados são representantes de todo o povo e não unicamente dos círculos eleitores para que foram eleitos (Lopes, 2014).

Também do ponto de vista de (Ramos, in Fórum Parlamentar, 2014) é através dos Deputados, que a Assembleia tem o poder de exercer todas as funções parlamentares e que são a figura central do Parlamento, são os detentores legitimados pelo povo, que os elegeu através do voto para o representar. Portanto, e em nome e do interesse do povo, que o deputado deve atuar, sendo que recebeu o mandato para esse efeito.

O mandato do deputado cabo-verdiano apresenta-se de cariz representativo assinalado pelo princípio de que os deputados exercem o seu mandato representando toda a nação, e não apenas o círculo para que foram eleitos. O mandato representativo liberta o deputado, quando eleito de responsabilidades diretas que o prendem ao eleitorado que o elegeu, em contrapartida fica impossibilitado de mudar de partido, de entre outras imposições (Lopes 2014).

O Regimento da AN estabelece, no seu artigo 4º, em benefício do exercício da função de Deputado, traduzindo a grandeza do poder de representação que o eleitor nele delega:

- ❖ Usar da palavra, nos termos estabelecidos no Regimento da Assembleia Nacional;
- ❖ Participar nas discussões e votações;
- ❖ Apresentar projetos de revisão da Constituição;
- ❖ Apresentar projetos de lei, propostas de referendo, de resoluções, de moções e de deliberações;
- ❖ Requerer a ratificação de decretos legislativos;
- ❖ Propor alterações ao Regimento da Assembleia Nacional;
- ❖ Fazer interpelações, oralmente e por escrito, nos termos do Regimento da Assembleia Nacional;
- ❖ Formular, oralmente ou por escrito, perguntas ao Governo, Administração ou a qualquer entidade pública, para esclarecimentos da opinião pública sobre quaisquer atos do Governo ou sobre qualquer assunto que interesse á vida do país, e obter respostas, nos termos do Regimento ou em prazo razoável;
- ❖ Requerer e obter do Governo e dos Órgãos da Administração ou de qualquer entidade pública informações e publicações úteis que considerem necessárias ao exercício das suas funções;
- ❖ Requerer a constituição de comissões eventuais, nos termos do Regimento da Assembleia Nacional;

- ❖ Desempenhar funções específicas para as quais forem eleitos na Assembleia Nacional;
- ❖ Outras constantes do Regimento da Assembleia Nacional, do Estatuto e da Lei.

De referir ainda que a função de representação quando exercida no plano das relações internacionais, no que concerne a aprovação de tratados, como na chamada “diplomacia parlamentar” exercida junto dos organismos internacionais, como a União Interparlamentar (IUP), entre outros (Lopes, 2014).

### **Função autorizante**

De acordo com Ramos<sup>6</sup> (in Fórum Parlamentar, 2014) a função autorizante consiste em autorizar, conceder autorização. Em termos constitucionais é a Assembleia Nacional que:

- ❖ Autoriza o Presidente da República a declarar estado de sítio ou de emergência, no art.º 175º K) da CRCV;
- ❖ Declarar a guerra e a fazer a paz;
- ❖ Ausentar-se do país quando a ausência for por período superior a 15 dias, art.º 130º n.º 2 da CRCV.

Na perspetiva de Lopes, (2014) é questionável autonomizar uma “função autorizante”, já que a mesma se remete, na sua essência, à emissão de leis de autorização legislativa. Mostra-se pertinente esta função devido aos limites e parâmetros que a lei autorizante estabelece, para além do poder de ratificação dos decretos - legislativos que desta autorização poderá vir a resultar.

Deste modo, podem remeter, grosso modo, à “função de controlo” as autorizações que o Parlamento pode conceder para a contração de empréstimos, à declaração de estados de emergência e de sítio, à declaração de guerra e de paz, uma vez que o limite entre a função autorizante e a de controlo é ténue (Lopes, 2014).

---

<sup>6</sup> Basílio Mosso Ramos- Deputado Nacional e Presidente da Assembleia Nacional durante as Legislaturas 2006 e 2011.

## **Função de Vinculação Internacional do Estado (Diplomacia Parlamentar)**

Quanto a função de Vinculação Internacional do Estado a Constituição da República no seu artigo 179º consagra que, compete a Assembleia Nacional aprovar para ratificação ou adesão os tratados e acordos internacionais de participação de Cabo Verde em organizações internacionais, os tratados e acordos de amizade, de paz, de defesa, de estabelecimento ou retificação de fronteiras e os respeitantes a assuntos militares; aprovar para ratificação ou adesão outros tratados e acordos internacionais que versem matérias da sua competência reservada e os demais que o Governo entenda submeter à sua apreciação; aprovar a desvinculação dos tratados e acordos internacionais referidos (Lopes, 2014).

Entretanto o Parlamento não é obrigado a provar todos os tratados como condição prévia para a ratificação pelo Presidente da República, visto que o Governo também tem competência para aprovar os chamados acordos em forma simplificada, desde que versem matérias da sua competência. Entretanto o Governo não pode manipular a forma do acordo para aprovar tratados que revistam a forma de tratados solene, de reserva parlamentar (Lopes, 2014).

A Diplomacia Parlamentar é vista como um conceito ainda recente, apesar de na prática sua origem ser marcada com a criação da União Interparlamentar, em 1889. O conceito de Diplomacia Parlamentar não possui uma definição consensual, mas pode-se ser definida na linha de outros posicionamentos como o conjunto de atividades internacionais levadas a cabo por um Parlamento, através dos seus deputados e dos seus serviços, de forma autónoma em relação ao poder executivo sem, no entanto, ultrapassar as suas competências próprias nem pôr em causa a política externa do país (Lopes, 2014).

## **CAPÍTULO III – AS REFORMAS DO PARLAMENTO CABO-VERDIANO**

Neste capítulo faz-se uma breve referencia as anteriores reformas implementadas no parlamento, a primeira etapa que aconteceu a partir de 1993, a segunda etapa que aconteceu a partir de 2005, e incide-se na terceira fase da reforma que elege como objetivo principal a atingir, o reforço e qualificação da democracia cabo-verdiana.

### **As etapas da Reforma do parlamento Cabo-verdiano**

Ao longo dos 40 anos de existência, a Assembleia Nacional tem passado por várias transformações que marcaram para sempre a Nação Cabo-verdiana. A partir de 1991, ano em que Cabo Verde torna-se um país democrático, foi imprescindível a tomada de medidas necessárias para reformar todo o sistema político. Reformar o Parlamento foi obrigatório com a nova cena política que se instalou em CV.

Eduardo Monteiro (in Fórum Parlamentar, 2003) define reforma “como movimento que visa melhorar e aperfeiçoar o anteriormente existente, tem sempre com o objetivo trazer a eficácia, a eficiência e a efetividade”.

#### **Primeira etapa**

A primeira etapa da reforma do Parlamento, inicia-se a partir de 1993, visando, essencialmente, criar as condições para um funcionamento mais regular, com deputados profissionalizados a tempo inteiro, uma orgânica própria e um Centro de Documentação e Informação Parlamentar que possibilitasse um melhor acesso a fontes de pesquisa documental, bem como uma maior aproximação do Parlamento ao cidadão (Lopes, 2014).

Em Cabo Verde a, primeira Comissão de Reforma do Parlamento foi criada em 1993. (Resolução |IV|93. De 31 de Dezembro, que criava a Comissão Eventual de Reforma e Modernização do Parlamento (Anuário Parlamentar, 2011-2012).



A Comissão desencadeou diversos estudos que, no geral, incidiram basicamente no seguinte<sup>7</sup>:

- ❖ Análise dos cenários possíveis relativos à profissionalização dos deputados;
- ❖ Adequação do regime das sessões legislativas e do sistema de trabalhos das Comissões Especializadas;
- ❖ Estudos das necessidades logísticas dos Grupos Parlamentares e das Comissões Especializadas;
- ❖ Revisão e atualização da legislação parlamentar;
- ❖ Reestruturação da legislação parlamentar;
- ❖ Definição coerente de uma política de recursos humanos.

Foram criados subsídios valorizando o exercício do cargo de Deputado Nacional (DN) em tempo parcial. A criação das condições legais para o exercício do cargo a tempo inteiro foi a através da Lei n.º 7/V/96, de 5 de Julho - aditado um novo artigo à Lei n.º 36/IV/92 – que determinou a profissionalização de 14 Deputados da Nação (DNs), divididos de forma proporcional entre os partidos com assento parlamentar. No ano seguinte, o novo estatuto dos DNs (lei nº35/V/97 de 25 de Agosto) legisla sobre as profissões incompatíveis com o cargo de deputado (relatório de profissionalização dos DNs da AN). Seria o início da valorização da carreira política parlamentar, como atividade principal da vida dos Deputados. Em 2006, quase o total dos parlamentares exerciam a função de DN a tempo inteiro (Gonçalves, 2015). Seguiram-se prorrogações e a criação de nova comissão em 2 de Julho de 1996, que em estreita ligação com a Mesa devia prosseguir o processo de reforma na nova legislatura, iniciada.

As principais missões da Comissão dirigiam-se para o seguinte:

- ❖ Criar as condições para que os deputados trabalhassem a tempo inteiro;
- ❖ Criar o Sistema orgânico da Assembleia Nacional;
- ❖ Criação do Centro de documentação e Informação Parlamentar.

---

<sup>7</sup> Texto retirado do site do grupo parlamentar do PAICV- <https://gppaicv.cv/>

Foi aprovado em 1997 um importante pacote legislativo, como o Regimento da Assembleia Nacional, o Estatuto dos Deputados, e a lei Orgânica da Assembleia Nacional. O Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Funcionários da Assembleia Nacional, foi aprovado em Dezembro de 2001 (Anuário Parlamentar, 2011/2012).

Durante quase toda a V Legislatura o Parlamento funcionou com 28 Deputados em regime de tempo inteiro, o necessário para garantir o normal funcionamento das 4 Comissões Especializadas. Em 2001, todos os (72) Deputados passaram a exercer o mandato em regime de tempo inteiro. Terminava a primeira etapa da reforma (Anuário Parlamentar, 2011/2012).

De acordo com Lívio Lopes, em entrevista feita por nós, a primeira etapa da reforma terminou “sem que fosse alcançado o compromisso da reforma do núcleo da comunicação e Informação Parlamentar, assim como o de aproximação do Parlamento aos cidadãos”

## **Segunda Etapa**

A segunda etapa da Reforma inicia-se em 2005, a Assembleia solicita ao Dr. José Magalhães um estudo sobre a: Eficiência e Transparência do Parlamento na Era digital<sup>8</sup>:

“Contribuição para uma Estratégia de aproximação entre a Assembleia de Cabo Verde e os Cidadãos. “Pretendia-se “obter um amplo conjunto de dados e elementos que contribuam para a ponderação e adoção de medidas que facultem uma maior aproximação e estreitamento das relações entre os cidadãos, os grupos de interesse e o parlamento, bem como uma significativa melhoria da projeção externa da vida parlamentar.”

O estudo que foi dirigido pelo Dr. José Magalhães e Custódio foi apontado como o ponto de partida para a segunda reforma do Parlamento, que teve como preocupação central “o papel da Assembleia Nacional na qualidade da democracia e a sua perceção pela sociedade”. Entretanto, a experiência do funcionamento do parlamento aponta para a necessidade de encontrar novas soluções de funcionamento do Parlamento que dessem respostas aos estrangulamentos e insuficiências existentes (Anuário Parlamentar, 2011-2012).

---

<sup>8</sup> Eficácia e transparência do Parlamento na Era Digital “Contribuição Para Uma Estratégia de Aproximação Entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e os Cidadãos Estudo realizado por Giordano Custódio e José Magalhães, foi realizado sondagem tendente a obter dados e elementos que contribuíssem para a ponderação e adopção de medidas que facultassem uma maior aproximação entre os cidadãos, os grupos de interesse e o Parlamento.

Entretanto, convém frisar que, foram criadas condições essenciais para um melhor funcionamento dos órgãos do Parlamento, designadamente:

- ❖ Reforço do papel das Comissões Especializadas (CE) na dinâmica parlamentar, permitindo que “o Plenário se concentrasse nos grandes debates e também naquelas leis que exigiam uma maioria de dois terços, que precisavam, obrigatoriamente, de serem discutidas e votadas na especialidade, no Plenário”;
- ❖ Aprovação, em 2010, de uma Nova Lei Orgânica;
- ❖ Realização de fóruns, seminários e conferências, em parceria com organismos nacionais e estrangeiros, em prol da formação e aperfeiçoamento dos Deputados.

### **Terceira Etapa**

Com a terceira etapa da reforma houve a necessidade de se fazer um diagnóstico do Parlamento e da sua eficácia no sistema de legitimação democrática, que incidiu para além das questões de abertura, transparência e participação identificadas no referido estudo de 2005 (Anuário Parlamentar, 2011/2012).

Questões como produtividade legislativa, qualidade e atualidade dos debates políticos, proximidade dos eleitores e dos seus problemas, responsabilização do sistema político democrático. A regulação e a adaptação de um conjunto de instrumentos, tanto de carácter político (Regimento da Assembleia, Estatuto dos Deputados) como de carácter funcional e administrativo, que abrange até as condições físicas e premissas tecnológicas de funcionamento da Plenária, das Comissões, dos Grupos Parlamentares e dos Deputados (Anuário Parlamentar, 2011/2012).

De acordo com Lopes (2014) com a terceira fase da Reforma, o Parlamento deve assumir uma alteração do Status quo atual e assumir novos paradigmas, próprios de uma casa parlamentar moderna, de funcionamento mais efetivo, contínuo e permanente, com deputados profissionalizados e que acompanhe a atividade governativa e a reforma do Estado em curso.

Neste particular o Governo dispõe de um programa ousado de Reforma e o conteúdo da “Agenda de Transformação de Cabo Verde” integra indicadores e metas importantes que,

indiretamente, poderão sugerir passos complementares e fundamentais para a reforma do Parlamento.

Sobre esta mesma questão (Mendes 2011) refere que:

Sobre o esforço de modernização necessário para atingir tais objetivos existe um consenso interinstitucional Parlamento/Governo em que o Governo propõe-se colaborar com a Assembleia Nacional para que ela não seja apenas um Parlamento de discursos, mas sobretudo um Parlamento de trabalho, em que os sujeitos parlamentares, sejam eles Deputados, Grupos Parlamentares ou o próprio Governo, atuem de uma forma organizada, planificada e aprofundada, e as Comissões Especializadas constituam a espinha dorsal da atividade parlamentar, exercendo influência efetiva na ação parlamentar”, de forma a gerar um quadro em que o Parlamento tenha “uma agenda legislativa própria, em sintonia com as diferenciadas funções das forças políticas representadas, seja efetivamente uma Assembleia Política, tenha deputados a tempo inteiro e se implemente um regime de incompatibilidades e impedimentos que contribua para dignificação da classe política.

A reforma parlamentar resume-se na criação das condições normativas, institucionais e logísticas que permita um salto qualitativo na organização e funcionamento da Assembleia Nacional, que propicia o reforço a democracia cabo-verdiana e melhorar a perceção do cidadão em relação a atuação do Parlamento (Lopes, 2014).

Nesta ótica definiu-se com as alterações do Regimento a abrangência de domínios como regularidade e modelo de funcionamento da Assembleia Nacional, das suas Reuniões Plenárias e em Comissões, a organização do “trabalho parlamentar”, dos poderes e equilíbrios entre os diversos órgãos até ao relacionamento do Parlamento com outras instituições do Estado e da sociedade (Anuário Parlamentar, 2011-2012).

Na perspetiva de Lopes (2014) o principal objetivo da terceira fase da reforma do Parlamento resume-se na melhoria da qualificação da democracia e da perceção pela sociedade, definindo como premissas para alcançar os devidos objetivos os seguintes pontos:

- ❖ Maior produtividade, mais efetividade e qualidade legislativa;
- ❖ Melhor regularidade no acompanhamento da realidade política;
- ❖ Melhor comunicação interna e para a sociedade;
- ❖ Maior transparência, abertura à sociedade e à participação dos cidadãos;
- ❖ Maior responsabilização e proximidade dos eleitos nacionais face aos cidadãos eleitores

Segundo Lopes (2014) os fundamentos da terceira face da reforma consubstanciam-se essencialmente no seguinte:

- ❖ Garantir a efetividade da atividade parlamentar, através do funcionamento semanal ou quinzenal do Parlamento, adaptando, os prazos parlamentares aos do Governo, da administração pública e dos parceiros do desenvolvimento;
- ❖ Gerar um Parlamento moderno e digital, de grande interatividade com a sociedade;
- ❖ Adequar a orgânica da Assembleia Nacional e os procedimentos legislativos a uma nova e ajustada estrutura de documentação, informática e comunicação, informação parlamentar e relações públicas e internacionais, o calcanhar de Aquiles de todas as reformas;
- ❖ Fortalecer e qualificar o sistema democrático, proporcionar a aproximação do Parlamento ao cidadão, assim como a garantia dos direitos da oposição democrática no quadro parlamentar;
- ❖ Introduzir melhorias na produtividade e qualidade legislativa;
- ❖ Garantir instrumentos de avaliação da transparência parlamentar;
- ❖ Reforçar os mecanismos que garantem a ética e decoro parlamentar;
- ❖ Garantir um processo de desconcentração parlamentar moderno, eficiente e adaptado à realidade insular de Cabo Verde;
- ❖ Adotar procedimentos para o uso racional do tempo;
- ❖ Conceber e estabelecer um sistema de transição adequado e faseado, compatível com o rigor orçamental e financeiro necessário.

### **Vertentes da terceira fase da Reforma do Parlamento**

A reforma do Parlamento será abrangida em quatro importantes vertentes:

#### **Vertente Institucional**

Esta vertente tem como objetivo:

- ❖ Melhorar a sistemática e articulação do texto do Regimento atual;

- ❖ Adequar o RAN a última revisão da Constituição;
- ❖ Adaptar a gestão dos recursos humanos;
- ❖ A comunicação interna e com o exterior;
- ❖ Estabelecer novas formas e regras de relacionamento do Parlamento Deputado com o cidadão eleitor (Anuário Parlamentar 2011/2012)

### **Vertente Condições Físicas do Palácio da Assembleia Nacional**

A reforma pretende abarcar ainda remodelações do edifício da Assembleia Nacional com a adequação da sala de sessões a novas exigências da função parlamentar, as salas das comissões para que se possam realizar sessões públicas, salas de audições públicas, entre outras questões de carácter logístico, pertinentes ao bom funcionamento do Parlamento (Anuário Parlamentar, 2011/2012).

### **Vertente Comunicação em novas bases tecnológicas**

Em conformidade com a melhoria das condições físicas da AN, também se encara a possibilidade de reformar os espaços físicos compreender a aquisição de equipamentos modernos para a modernização de todos os processos de comunicação e a utilização das novas tecnologias em todos os domínios dos trabalhos parlamentares (desde a desmaterialização de todo o processo legislativo, financeiro e administrativo, ao processamento e comunicação digital nas Sessões com utilização de “Datashow”, “Web-casting”, votação, controlo de tempo, placar eletrónico, etc.), com a consequente valorização dos recursos humanos de toda a organização. A existência de um canal parlamentar ou de uma modalidade sucedânea deverá também ser equacionada e avaliada (Anuário Parlamentar, 2011/2012).

### **Reforço e qualificação da Democracia – Principal objetivo a atingir com a reforma**

O reforço e qualificação da democracia democrática configuram como um dos principais objetivos a alcançar com o processo da reforma do parlamento.

Estudos da Afro barómetro/Afro sondagem confirmam que o “estado da democracia” ganha centralidade no debate político mundial tendo em conta a queda registada na confiabilidade na democracia como sistema político em vários países desenvolvidos europeus e norte Americanos.

Entretanto em Cabo Verde estudos do Afro barómetro/Afro sondagem, revelam que os Cabo-verdianos são democratas convictos, 8 em cada 10 defende que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo.

Neste sentido Lopes (2014) refere que deve-se refletir sobre o conteúdo deste estudos e suas implicações atuais devendo o parlamento focalizar e aprofundar os debates e reflexões orientados para os aspetos identificados pela Comissão da Reforma do Parlamento como os mais cruciais e críticos da presente reforma em matéria de reforço e qualificação da democracia representativa cabo-verdiana, no que tange na:

- ❖ Consolidação da Função de Fiscalização e controlo Parlamentar;
- ❖ Aproximação do Parlamento ao Cidadão;
- ❖ Direitos da Oposição Democrática;

Torna-se pertinente referir que neste capítulo abordaremos somente os direitos da oposição democrático, como um dos pontos a ser aprofundados no processo da reforma parlamentar em relação a consolidação e reforço da democracia, a aproximação do parlamento ao cidadão e a consolidação da função de fiscalização e controlo parlamentar será abordado noutra capítulo.

### **Direitos da Oposição Democrática**

De acordo com a CRCV no art.º 118º “É reconhecidos aos partidos políticos que não façam parte do Governo o direito de oposição democrática nos termos da Constituição e da lei”.

Para Janine Lélis<sup>9</sup> (in Fórum Parlamentar, 2014) o direito da oposição constitui um elemento que garante o princípio de separação e interdependência dos órgãos de soberania. Do mesmo modo, que as tarefas de direção política do país estão para a maioria parlamentar e o

---

<sup>9</sup>Janine Lélis - Deputada Nacional na Legislatura de 2011, e conferencista no Fórum Parlamentar “A Reforma do Parlamento na perspectiva da: Transparência, Ética e Decoro Parlamentar e Reforço da Qualificação da Democracia, realizado na Assembleia Nacional em 2014.

governo, também estão para a oposição as tarefas de controlo e de fiscalização. A oposição está reservada as minorias, sendo fundamentais na medida em que oferecem a combinação de esforços para o enriquecimento da cidadania, para o desenvolvimento do Estado e para a consolidação democrática.

Para a realização da oposição democrática no parlamento, são disponibilizados um leque de direitos garantidos aos deputados individualmente, um feixe de direitos garantidos a um número de deputados coletivamente e um acervo de direitos garantidos a todos os grupos parlamentares. Resultarão destes direitos os poderes de fiscalizar, de propor iniciativas ou de investigar, permitindo deste modo a realização da oposição.

### **Instrumentos utilizados na efetivação da oposição democrática**

Segundo Janine Lélis (in Fórum Parlamentar, 2014) são conferidos individualmente os direitos de, usar da palavra; participar nas discussões e votações; apresentar projetos de, lei, propostas de referendo, propostas de resoluções, de moções e de deliberações; interpor recurso a plenária; fazer interpelações, oralmente e por escrito; formular perguntas ao Governo, à administração ou a qualquer entidade pública; requerer e obter do Governo e dos Órgãos de administração central, informações e publicações úteis indispensáveis as suas funções.

Ligado a esta questão Lopes (2014) ressalva que quanto aos direitos da oposição democrática, deve-se refletir sobre toda a dimensão, mas em particular, sobre os chamados “direitos potestativos”, isto é, de todo um conjunto de prerrogativas, ao qual o seu exercício depende exclusivamente de quem o exerce, produzindo os seus efeitos na esfera do destinatário, independentemente da sua vontade.

O mesmo autor explica que em termos civis, o direito potestativo é o poder de, unilateralmente, intervir na esfera Jurídica alheia, no seio parlamentar, é vista como um direito de respeito democrático pela oposição e pela minoria, no intuito de impedir que uma maioria circunstancial de deputados bloqueie a fiscalização preventiva e política dos atos do Governo. Ancorada à Constituição cabo-verdiana – disposições dos artigos 57 e 58, referentes aos partidos políticos, estes direitos constituem injunções constitucionais como a do n.º 2 do art.º 147º (poder de audições das Comissões Parlamentares), expressas na lei ordinária, designadamente, no n.º 2 do art.º. 88º do Regimento (direito de agendamento de certo número



de reuniões), Declarações Políticas, por GP ou Governo, mensalmente (art.º 96º); dois (2) Debates, em cada Sessão Legislativa, por cada GP (conjugação da alínea i) do art. 11º, com os artºs 257º e 259º do Regimento), entre outros (Lopes, 2014).

## **CAPITULO IV - A VERTENTE INSTITUCIONAL E LEGISLATIVA DA REFORMA DO PARLAMENTO**

Neste capítulo pretende-se abordar a Vertente Institucional e Legislativa da Reforma, tendo como diretrizes as propostas para um novo regimento, com o intuito de avaliar as alterações que se pretende implementar no funcionamento e organização da Assembleia Nacional.

### **A vertente institucional e Legislativa: relação que se estabelece entre o Regimento e o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos**

Segundo Jorge Santos<sup>10</sup> (in Fórum Parlamentar, 2014) “esta reforma em termos institucionais, exige a revisão do Regimento Parlamentar enquanto documento que define as normas e regras de funcionamento do próprio Parlamento”

Na perspetiva de Jorge Santos o desafio proposto é reformar o Regimento, para elevar a efetividade e qualidade legislativa, maior eficácia e produtividade do próprio Parlamento, dos Grupos Parlamentares, dos Deputados das Comissões Parlamentares e neste sentido aumentar a credibilidade e confiança que o Parlamento tem junto da sociedade cabo-verdiana (Entrevista concedida a Revista “Parlamento,”2012).

Ainda Jorge Santos afirma que é no quadro da efetividade dos Deputados que se introduz inovações no funcionamento da Assembleia Nacional implicando necessariamente uma reforma do Estatuto dos Deputados e dos Titulares de Cargos Políticos. O novo modelo de funcionamento do Parlamento, nomeadamente a transferência de competências do Plenário para as comissões especializadas, implica maior disponibilidade dos Deputados, bem como da sua presença nos trabalhos Parlamentares, exigindo, no entanto, um novo regime de incompatibilidade e uma flexibilização do domicílio profissional dos Deputados. (Entrevista concedida a revista “Parlamento”, 2012).

A reforma inclui no essencial a adoções do novo modelo de funcionamento da Assembleia Nacional cujas sessões plenárias passarão a ser de mensal para quinzenal, ou seja,

---

<sup>10</sup>Jorge Santos - Deputado Nacional na Legislatura 2011 e Presidente da Assembleia Nacional na Legislatura 2016.

terão uma frequência de realização mais apertada com maiores exigências para os Deputados (Nota Introdutória do PL do Regimento).

A Reforma do Parlamento vai exigir dos Deputados disponibilidade maior para os trabalhos parlamentares, através do novo Regimento da Assembleia Nacional. Que acarretará a exigência de maior celeridade de decisões em relação aos demais órgãos políticos e vai exigir dos Deputados disponibilidade maior para os trabalhos parlamentares (Nota Introdutória do PL do Regimento).

O novo Regimento da Assembleia Nacional, preconiza uma frequência mais apertada dos trabalhos parlamentares, nomeadamente passando de mensal para quinzenal e, por conseguinte, mais dedicação e melhor funcionalidade aos trabalhos das Comissões Especializadas e maiores exigências à classe política na rapidez das decisões de que o País precisa (Nota Introdutória do PL do Regimento).

Neste sentido Jorge Santos sustenta que o reforço do papel do Deputado e da exclusividade para o trabalho parlamentar vai exigir algumas reformas mais abrangentes no que tange na produção de legislação sobre o sistema de impedimentos e incompatibilidades dos Deputados e dos demais titulares de cargo político. Tudo isto vai ter implicações no sistema remuneratório dos Deputados, e é aqui na opinião do Deputado que reside o ponto mais complicado e crítico da Reforma, que é mexer no Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos (entrevista concedida a revista “Parlamento”, 2012).

Ainda afirma que “todo o sistema remuneratório dos Titulares de Cargos Políticos e magistrados cabo-verdianos está indexado ao salário do Presidente da República. Para Jorge Santos “é uma reforma polémica, impopular, mas necessária para a dignificação e moralização do exercício da atividade política em cabo verde”

As comissões especializadas passarão a ter um trabalho quase que ininterrupto; as jornadas e a atividade da plenária passará a ser quinzenal, numa atividade constante para poder responder, também, aos desafios do próprio País. Se o Regimento introduz um conjunto de alterações em termos de eficiência, produtividade do trabalho parlamentar, também temos que fazer as adaptações necessárias ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos (Ata da Reunião Plenária de 25 de Março de 2015).

Com a aprovação do Regimento todos os Deputados passarão a ter quase que uma exclusividade nas lides parlamentares. Com o alargamento do regime de incompatibilidades e de impedimentos para a classe política, mas particularmente para os Deputados, o Estatuto dos Titulares tem que ser adaptado com a nova realidade, com o novo Regimento.

Ainda de acordo com Lopes (2014) “... é relevante lembrar que este novo Regimento implica, necessariamente, uma alteração profunda da cultura organizacional e funcional parlamentar, exigindo novas práticas e a modernização dos métodos de trabalho e da base tecnológica em que todos os serviços da ANCV operam”.

De acordo com Basílio Mosso Ramos “não obstante o Parlamento estar a desempenhar o seu papel devemos reconhecer que o seu Regimento já está desatualizado. Ele data de 1997 e há um desfasamento entre as normas de funcionamento que temos hoje e a própria realidade nacional” (Entrevista concedida a revista “Parlamento”, 2012).

### **Algumas considerações acerca do Regimento da Assembleia Nacional**

Definição de Regimento: revestem a forma de Regimento os atos normativos reguladores da organização e funcionamento dos órgãos colegiais aprovados por estes, nos termos da lei, esta disposição tem por epigrafe “regulamentos”, donde resulta que o Regimento pode assumir a forma de lei ou regulamento (Almeida in fórum parlamentar, 2003).

O Regimento da Assembleia Nacional em vigor foi aprovado em 1997, a quando da primeira reforma do Parlamento cabo-verdiano iniciado em 1993, que visava essencialmente criar as condições para um funcionamento mais regular do Parlamento, com Deputados profissionalizados a tempo inteiro (Anuário Parlamentar, 2012/2013).

O Regimento atual foi revisto em 2000, foi instituído com a aprovação da Lei 37/V/97, de 1 de Setembro, representando o culminar da 1ª Fase da Reforma do Parlamento cabo-verdiano iniciado em 1993, visando, criar as condições para um funcionamento mais regular do Parlamento, com deputados profissionalizados a tempo inteiro, assentes numa Orgânica própria e num Centro de Documentação e Informação Parlamentar que dinamizasse a vida parlamentar, numa perspetiva de melhorar o sistema de informação e pesquisa parlamentar. (Nota justificativa do PL do Regimento da AN).

Em 2003, no Fórum parlamentar “Reforma do Estado e Teoria da Legislação” Eduardo Monteiro, o então Secretário de Mesa da Assembleia Nacional já falava na pertinência da revisão do Regimento depois de três anos da sua aprovação.

Propôs que nesse aspeto uma comissão Especializada para aprofundar devidamente os aspetos que a prática recomendava, dos quais se destacava:

- ❖ O instituto de pergunta ao Governo;
- ❖ As Interpelações ao Governo;
- ❖ O reforço do trabalho das Comissões Especializadas como órgãos de funcionamento permanentes;
- ❖ A nova modalidade de funcionamento do Parlamento.
- ❖ A organização dos tempos de debate.
- ❖ O formato dos debates sobre questões de política interna e externa e as interpelações.
- ❖ A nova modalidade de funcionamento do Parlamento que difere do estabelecido no Regimento (1ª. semana para visita ao círculo, 2ª. para a realização das Comissões Especializadas, 3ª. Para as Jornadas Parlamentares e 4ª. Para o plenário da Assembleia Nacional).

### **Comissão Eventual para a elaboração do projeto de regimento da Assembleia Nacional**

No seguimento da aprovação do relatório final da Comissão Eventual da Reforma do Parlamento antecedente, na sessão de Abril de 2012, a Assembleia Nacional deliberou instituir a Comissão Eventual para a elaboração do seu novo Regimento através da (Resolução nº 52/VIII/12, publicada a 24 de Maio), para, no prazo de 120 dias, elaborar e apresentar o projeto da Assembleia Nacional (Anuário Parlamentar, 2012/2013).

A Comissão tinha como missão promover a socialização interna e externa das propostas do anteprojecto de Regimento, bem como indicar, em normas transitórias do projeto de Regimento, as propostas de matérias cuja aplicação devia ser deferida em função da criação de condições indispensáveis á sua implementação (Anuário parlamentar, 2012/2013).

## **Propostas da Comissão Eventual da Reforma do Parlamento na elaboração do Projeto de Regimento da Assembleia Nacional**

No relatório, apresentado na Sessão de Outubro de 2013, enquanto as propostas da anterior Comissão de reforma, a comissão apresentou as seguintes anotações de propostas:

- ❖ Organização da Assembleia Nacional
- ❖ Desconcentração do Parlamento
- ❖ Modelo de funcionamento
- ❖ Funcionamento Geral da Assembleia Nacional
- ❖ Funções Parlamentares
- ❖ Funções legislativas
- ❖ Função de fiscalização e controlo
- ❖ Função eletiva
- ❖ Função de vinculação internacional do Estado “diplomacia Parlamentar”
- ❖ Parlamento junto do cidadão
- ❖ Racionalização do uso de tempo
- ❖ Ética e Decoro Parlamentar

### **Implicações do Novo Regimento e o sistema transitório da reforma**

O Novo Regimento tem implicações, tanto a nível da legislação, como da regulamentação afim, implicando necessariamente uma alteração profunda da cultura organizacional e funcional parlamentar e na fixação de uma estrutura de comando específica do processo para além de um plano estratégico e integrado de ação definidor de metas e recursos, devidamente estudados e sufragado pelos órgãos que dirigem o Parlamento na sua representação plural, executável com avaliação periódica de resultados e, se necessário propor correção de trajetória (Relatório Final da CERP, 2012).

Também deverá sofrer alteração a própria Orgânica da Assembleia Nacional para adaptar as novas exigências, com particular incidência nos serviços de Documentação e Informação Parlamentar e de Relações Publica e Internacionais (Lopes, 2014).

De acordo com (Relatório final da CERP) o Novo Regimento terá ainda implicações diretas nos seguintes diplomas:

- ❖ Projetos de Lei
- ❖ Estatuto dos Deputados
- ❖ Lei Orgânica da Assembleia Nacional
- ❖ Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos
- ❖ Regime Jurídico das Incompatibilidades
- ❖ Código de Ética e Decoro Parlamentar
- ❖ Regime de Controlo de Riquezas dos Deputados
- ❖ Lei formulário para a Assembleia se for pertinente
- ❖ Regime Jurídico de Petições
- ❖ Iniciativa Legislativa Popular
- ❖ Regime Jurídico do Deputado

#### **Em proposta de Resoluções**

- ❖ Regime de presenças e de faltas dos Deputados
- ❖ Princípios Gerais de atribuição de despesas de visitas ao círculo
- ❖ Regime especial de definição de grelhas de tempo
- ❖ Boas práticas sobre Perguntas e Requerimentos dos Deputados
- ❖ Regime do Canal Parlamento e do Portal da Assembleia
- ❖ Resolução que institui a Política de Gestão de procedimentos Legislativo Eletrónico

O novo regimento implica, uma alteração profunda da cultura organizacional e funcional parlamentar, exigindo novas práticas e a modernização dos métodos de trabalho e da base tecnológica em que todos os serviços da AN operam (Lopes, 2014).

## **Propostas do novo Regimento da Assembleia Nacional**

Do regimento em vigor o legislador optou por tratar em primeiro lugar, algumas normas funcionais em relação ao Estatuto dos Deputados, e posteriormente regula-se a organização da Assembleia (Lopes, 2014).

### **Quanto a Organização da Assembleia Nacional**

Em termos organizativo, a Assembleia Nacional desdobra-se em duas perspetivas diferentes: uma política e regimental, e outra orgânica e administrativa.

Na vertente organizativa - perspetiva política e regimental prevê-se acolher realidades já existentes em termos de estruturas políticas e ou de comissões ou redes parlamentares, que estão a funcionar, com base no regime como de resoluções ou deliberações pontuais da Assembleia (relatório final da CERP).

Em termos de (r) reorganização da Assembleia Nacional, na vertente organizativa propõe-se abarcar dispositivos que já integram práticas e realidades existentes em termos de estrutura políticas, como o Plenário, Grupos Parlamentares, Grupos de Amizade, Portal da Assembleia Nacional, para além de propostas centradas na desconcentração dos trabalhos do Parlamento e uma maior aproximação aos Cidadãos que passa pela representação dos Parlamentares nas ilhas (relatório final da CERP).

Neste sentido a Comissão Eventual da Reforma do Parlamento propõe as seguintes inovações: que o regimento reconhece o Plenário como órgão supremo da Assembleia Nacional, soberano, dotado de poderes e competências exclusivos, com incidência na perda de mandato; verificação de poderes; competências administrativas; a aprovação de leis; interrupções das reuniões plenárias, que em muitos casos, são da competência do plenário Parlamentar (Lopes, 2014).

Em relação a algumas disposições do RAN que consagra as decisões de deliberação do Presidente, da Mesa ou da Conferência dos Representantes cabe recurso ao plenário, no sentido de reconhecer a prevalência e da soberania do Plenário. Consubstanciando ainda o princípio da estabilidade da ordem do dia, cuja competência deve ser da competência exclusiva do Plenário (Lopes, 2014).



Também prevê-se melhorar a sistemática do texto do Regimento em vigor, fazendo prevalecer as normas orgânicas sobre as substantivas e procedimentais, e vincar a ideia da Sede e Delegações, na perspectiva do reforço da opção pela desconcentração parlamentar (Lopes, 2014).

Na perspectiva Orgânica e Administrativa, a inovação incidirá sobre a direção dos Serviços Parlamentares (Gabinete ou Núcleo de Acessória) e a Direção dos Serviços da Documentação e Informação Parlamentar (Lopes, 2014).

### **Quanto ao Funcionamento Geral da Assembleia Nacional**

A Assembleia Nacional funciona por Legislaturas, com a duração de cinco anos, e cinco Sessões legislativas.

De acordo com o atual regimento no artigo 87º consagra que “As reuniões Plenárias terão lugar, de preferência e sempre que a agenda o justificar na última semana do mês. Segundo Ramos (in Fórum Parlamentar, 2014) “o figurino de organização do Parlamento data de 1997. Com o passar dos anos, Cabo Verde transformou-se e o campo político complicou-se bastante, exigindo respostas cada vez mais assertivas da parte dos seus atores”

### **Modelo de funcionamento**

Quanto ao modelo de funcionamento propôs-se a aprovação de um novo Regimento, contendo um modelo de funcionamento mais frequente das sessões plenárias e das comissões parlamentares, (o regime semanal ou quinzenal) permitindo uma aproximação do Parlamento á realidade quotidiana do País, uma intervenção mais próxima dos problemas da administração do Estado e uma interação mais festiva com os anseios da sociedade cabo-verdiana. (relatório final da CERP, 2012).

Com a aprovação do Regimento da Assembleia Nacional ficou estabelecido o regime quinzenal de acordo com o projeto de lei do novo regimento no artigo 100º, que consagra o seguinte:

Os trabalhos parlamentares são organizados para o funcionamento contínuo e permanente da Assembleia Nacional, de modo a reservar períodos para reuniões do plenário,

das comissões parlamentares, dos grupos parlamentares e para contacto dos Deputados com os eleitores.

As sessões plenárias terão lugar, de preferência e sempre que a agenda o justificar, a partir da terceira e quarta semana de cada mês, ficando reservadas as quartas, quintas e sextas-feiras para as reuniões plenárias.

As reuniões das Comissões Parlamentares têm lugar às segundas e terças – feiras, a partir da terceira e quarta semana de cada mês.

A segunda semana será reservada, preferencialmente, para as jornadas parlamentares, ficando a critério dos Grupos Parlamentares a fixação dos dias destinados para o efeito.

Havendo conveniência para os trabalhos, mediante autorização do Presidente da Assembleia Nacional as Comissões Parlamentares podem se reunir em qualquer local do Território Nacional.

O contacto dos Deputados com os eleitos ocorre na primeira semana do mês. Por deliberação da Assembleia ou da Conferência dos representantes podem ser marcadas excepcionalmente, mais de uma reunião para o mesmo dia, bem como reuniões plenárias em dias e horas diferentes dos efeitos dos números anteriores.

De acordo com o “Relatório Final da CERP”, quanto ao modelo de funcionamento Semanal ou Quinzenal a proposta vai no sentido de:

- ❖ Flexibilizar a residência do Deputado, previsto no Estatuto dos Deputados;
- ❖ Alterar a modalidade de funcionamento da Assembleia Nacional, prevista no Regimento da Assembleia Nacional para um regime de funcionamento semanal, ou para um funcionamento quinzenal.

Com a alteração do modelo de funcionamento da Assembleia Nacional tornou-se imprescindível propor uma alteração da residência do Deputado.

Proposta da residência do Deputado da Nação:

1. Cabe ao Deputado optar por residir na sede da Assembleia Nacional ou no Circulo Eleitoral para o qual foi eleito.
2. O Deputado que optar por residir na Cidade da Praia tem direito ao subsídio de deslocação previsto pela resolução n.º 123/V/99 de 21 de Junho, na sua nova redação dada Resolução n.º 100/VII/ 2009 de 11 de Maio.

3. O Deputado que optar por residir no círculo eleitoral para o qual foi eleito em direito ao custeio por parte da Assembleia, das despesas relacionadas com deslocação e estadia na sede da Assembleia para participar nos trabalhos parlamentares, nos termos a serem regulados por Resolução.
4. No entanto a presente proposta da ao Deputado a possibilidade de escolha:
  - ❖ Se optar por residir na Sede da Assembleia Nacional, terá direito ao subsídio de deslocação previsto na legislação, incluindo as ajudas de custo a que tem direito quando se desloca ao seu círculo eleitoral em visita ao círculo
  - ❖ Se optar por residir no seu círculo eleitoral, terá direito ao custeio do transporte para a sede da Assembleia Nacional (Praia) para participar nos trabalhos parlamentares. Nesse caso o Deputado perde o direito às ajudas de custo, quando estiver em visitas ao círculo.
  - ❖ Contrapondo a esta proposta há a situação de residência obrigatória dos deputados no domicílio profissional, ou seja, na Praia, sede da Assembleia Nacional (relatório final da CERP, 2012).

Segundo Lopes, (2014) para além da opção de alteração do modelo de funcionamento da Assembleia Nacional, associam-se neste capítulo, as seguintes propostas:

- ❖ Esforço no sentido de uma maior centralidade de ação parlamentar nas comissões especializadas;
- ❖ Reforço e qualificação da democracia, com mais debate, audições, instrumentos de exercício direto da cidadania, inquéritos e reforço do instituto de perguntas e requerimentos ao Governo;
- ❖ Reforço dos direitos potestativos;
- ❖ Reconversão do “Período de Antes da Ordem do Dia “em Período da Agenda do Deputado”;
- ❖ Racionalização do “Uso da Palavra” e do processo devotação;
- ❖ Intensificação do uso de novas tecnologias, na perspetiva da edição, publicação e divulgação eletrónica parlamentar.

## **Esforço no sentido de uma maior centralidade de ação parlamentar nas comissões especializadas**

Segundo Eduardo Monteiro (in Fórum Parlamentar, 2003) As comissões Especializadas devem ser o centro principal do funcionamento do Parlamento, espaço por onde circula e desenvolve a vida e a atividade parlamentar. É através das Comissões Especializadas que se desenvolve a vida política Parlamentar e através das Comissões que a pertinência de questões cruciais ao desenvolvimento da sociedade cabo-verdiana se sobressai.

No sentido de haver uma centralidade da ação parlamentar nas comissões especializadas há que adotar as comissões de equipas técnicas, como a questão da acessória.

Nesta ótica Orlanda Ferreira<sup>11</sup> então Presidente da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento afirma que:

“As Comissões são integradas por “Deputados cujas áreas de formação, muitas vezes, diferentes das matérias apreciadas, muito embora se tenha preocupado conciliarem esses fatores na composição das comissões. “A nível das comissões procuramos fazer apreciações técnicas, mas na maioria das vezes, somos induzidos a fazer apreciações políticas. Isto significa que, havendo uma equipa técnica que faculta autonomamente pareceres técnicos, os trabalhos das comissões ficariam facilitados” (Entrevista concedida a Revista “Parlamento” da Assembleia Nacional, 2012).

Ainda Elísio Freire afirma que:

“As comissões Especializadas não têm os Deputados certos, depois elaboram relatórios que não estão de acordo com aquilo que a sociedade espera. Por outro lado, não fazem estudos, por exemplo, para saberem qual o impacto de uma Lei na economia do país. Ou, sobre o próprio Orçamento Geral do Estado, nomeadamente para se saber se irá ou não mexer com estrutura atual do país” (entrevista concedida a Revista “Parlamento”, 2010).

Segundo Basílio Ramos “para aumentar o volume e eficácia de trabalho do Parlamento temos de reformar as Comissões especializadas, reforçar os seus poderes, dar maior visibilidade às suas atividades e criar condições de desconcentração dos trabalhos Parlamentares” (Entrevista concedida a revista “Parlamento” da Assembleia Nacional, 2012).

A alteração do funcionamento do Parlamento para uma lógica mais centrada nas Comissões Especializadas tem a finalidade de adotar as comissões Especializadas com competências e reforços, bem como de circuitos eletrónicos de facilitação do procedimento Legislativo, em interação entre as Comissões e a sociedade com utilização de novas

---

<sup>11</sup> Orlanda Ferreira – Deputada Nacional e Presidente da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento na Legislatura de 2011.

tecnologias de informação. Com o intuito do reforço do processo de fiscalização e controlo de ação governativa que ganhará novos contornos como debates mais regulares e diferenciados (Nota Introdutória do Projeto de Lei do Regimento da Assembleia Nacional).

O PL do novo Regimento da Assembleia Nacional consagra um novo modelo de funcionamento das Comissões Especializadas segundo artigo 48º:

- ❖ As Comissões Especializadas funcionam durante a sessão legislativa ou até vinte dias do início desta, para efeito de preparação dos trabalhos, nos termos do seu regulamento;
- ❖ As Comissões Especializadas reúnem-se na sede da Assembleia Nacional, de preferência nas segundas e terças-feiras e quarta semana de cada mês.

Propõe-se, também a definição de um quadro de matérias de tramitação e deliberação conclusiva a nível das Comissões Especializadas (p. ex. petições). Bem como:

- ❖ Criação, articulação e explicação de norma regimental sobre o trabalho das Deputações permanentes, dos Grupos de Amizade e das Redes Parlamentares
- ❖ Reformatação do Instituto parlamentar “Período da Agenda do Deputado” que passara a ter um novo regime, com mais eficácia e visibilidade e integrara um conjunto de debates, entre os quais o “Debate da ilha ou do círculo, da atualidade, temático, etc.”
- ❖ Modificação e simplificação do figurino do instituto “Perguntas ao Governo”, contendo uma redução do tempo de formulação das perguntas (sucinto), fixação de um tempo de resposta, concessão de uma pergunta adicional apenas ao autor da pergunta inicial, fixação do princípio de enunciação 24 horas antes do teor da pergunta (assunto em concreto) -Propõe-se estabelecer “Princípios e Regras Gerais sobre o Regime de Requerimentos e Perguntas aos Deputados”;
- ❖ Alterações do Regimento em decorrência das alterações constitucionais, atualização das remissões e adoção de normativos sobre eleições de órgãos pelo Parlamento (Tribunal Constitucional, Concelho Superior do Ministério Público, Presidente do Concelho Económico e Social) (Relatório final da CERP, 2012).

E ainda no entender de Jorge Santos “as Comissões especializadas tem que ter a função “não só de produzir leis e aprova-las na especialidade, mas também de acompanhar a sua aplicabilidade e fazer a respetiva fiscalização” (Entrevista concedida a revista “Parlamento” da Assembleia Nacional, 2012).

### **Quanto a Racionalização do “Uso da Palavra” e do processo devotação**

Em relação ao uso racional do tempo, pretende-se eliminar os expedientes dilatórios que caracteriza o parlamento, aconselhando uma redução global dos tempos do número de intervenções (esclarecimentos, honra, protestos, interpelações a Mesa, recursos à mesa, declarações de voto.) (Nota Introdutória do PL do RAN).

Enquanto o atual RAN concede o máximo de cinco minutos aos Deputados para exercer o tempo de defesa, de acordo com o artigo 114º do RAN. No concernente a racionalização do “Uso da Palavra, o projeto de lei do novo regimento da Assembleia Nacional no art.º 131º e 126º prevê uma redução para três minutos.

Em relação a Reação contra a ofensa e a honra:

- ❖ O Deputado ou membro do Governo que se considerar ofendido na sua honra ou consideração, pode usar da palavra por tempo não superior a três minutos, para exercer o direito de defesa
- ❖ Cabe ao Presidente da Assembleia Nacional julgar da realidade da ofensa podendo conceder ou não a palavra imediatamente ao Deputado se as circunstâncias a justificar.
- ❖ Quanto ao Pedido de explicações ou esclarecimentos “Para pedir ou dar esclarecimentos o Deputado limitar-se-á à formulação sucinta de perguntas ou respostas sobre a matéria em dúvida referida pelo orador que tiver acabado de intervir, por um período não superior a três minutos”
- ❖ Quanto ao processo de votação segundo o artigo 134º que consagra a (Declaração de voto) regula que “cada Grupo Parlamentar ou Deputado tem direito a produzir no final de cada votação a sua declaração de voto, esclarecendo as suas motivações, por tempo não superior a três minutos”.

Ainda propõe-se a aprovação, no início de cada legislatura, de uma grelha-tipo relativamente aos tempos de debate de cada instituto parlamentar, em observância ao princípio geral de proporcionalidade e da regra de atribuição de um limite de tempo mínimo que permite viabilizar a participação efetiva dos grupos políticos eleitos para o Parlamento. (A introdução da votação com hora marcada, é uma das apostas na melhoria do uso do tempo para uma maior racionalidade (Relatório final da CERP).

### **Reconversão do “Período de antes da Ordem do Dia” em período da Agenda do Deputado**

Pretende-se com a reformatação do “Período de Antes da Ordem do Dia” com a passagem para um modelo mais dinâmico e consequente “o Período da Agenda do Deputado” no intuito de garantir maior visibilidade e eficácia do parlamento e a ação do deputado, com a introdução de novos tipos de debate, entre os quais “o debate da ilha ou do Circulo, “o debate da atualidade”, “o temático”, entre outros (Relatório final da CERP).

A reformação do período Antes da Ordem do Dia na substituição pelo período da Agenda do Deputado segundo o artigo 107º consagra que o Debate do Circulo e de Atualidade é um debate que pode ser proposta a Conferencia de Representantes pelos Deputados e o Governo que visa a realização de debate sobre o desenvolvimento do Circulo ou outras questões da atualidade. O Governo faz-se representar obrigatoriamente tratando-se de matéria de pertinência governativa (artigo 110º do PL do RAN).

O Debate Temático pode ser proposta dos grupos parlamentares, das comissões parlamentares e do governo á conferência dos Representantes, para a realização de um debate sobre um tema específico. O governo tem a faculdade de participar nos debates. (artigo 111º do PL da RAN). Segundo Lopes (2014), integrando o período de antes da ordem do dia, as declarações políticas que constituem também um direito do governo, como sujeito parlamentar (nº 1 do artº 96º do RAN), importa que o regimento assegure ao governo um tempo para responder ou esclarecer assuntos objeto de tais declarações. Não estando previsto no nº 3 do artº 96º do PL da RAN, deve-se ponderar a possibilidade de integrar ao menos, os dez minutos

que o Regimento prevê na alínea i) do artº 105º, em nome do direito de resposta, a não ser que a racionalização do uso do tempo parlamentar imponha a necessidade de o restringir.

O Princípio da Estabilidade da Ordem do Dia será outra questão a resolver no sistema parlamentar cabo-verdiano, através da proposta de um novo artigo 91º, como garantia e previsibilidade para as matérias e questões a discutir, sem alterações pontuais da Ordem do dia (Lopes, 2014).

### **Intensificação do uso de novas tecnologias, na perspectiva da edição, publicação e divulgação eletrónica parlamentar**

De acordo com o PL do Regimento da AN no artigo 150º, a Assembleia Nacional tem como Jornal oficial o Boletim Eletrónico, que será editado em suporte digital e publicado no portal da Assembleia Nacional.

Quanto a divulgação eletrónica através do Canal Parlamento que disponibiliza o sinal da rede interna de áudio e vídeo da Assembleia Nacional, utilizando a tecnologia adequada.

De acordo com o art.º 153º do PL da RAN, o canal Parlamento transmite:

- ❖ As reuniões plenárias;
- ❖ AS reuniões das Comissões Parlamentares;
- ❖ Outros eventos relevantes realizados no Hemiciclo, no Salão Nobre, Sala de Banquetes, Sala de Grupos Parlamentares ou em Sala de Comissões Parlamentares;
- ❖ Informação sobre a programação do Canal e sobre a agenda parlamentar.

### **Parlamento Junto do Cidadão**

A aproximação do Parlamento aos cidadãos está presente de forma alargada nas reformas anteriores, incluindo na reforma do Parlamento a partir de meados de 1996.

Ao longo das Legislaturas foram já adotadas algumas medidas no sentido de melhorar a ligação da ANCV a categorias específicas de cidadãos e ao público em geral:

- ❖ Foi criada uma página da Assembleia Nacional na Internet, devidamente registada no domínio [www.parlamento.cv](http://www.parlamento.cv);



- ❖ Foram estreitadas as relações entre o Parlamento e as Escolas através de visitas guiadas;
- ❖ São asseguradas visitas ao Parlamento de grupos de cidadãos: reformados, deficientes, estrangeiros e outros;
- ❖ Tem sido realizado o “Parlamento Infantil”;
- ❖ É produzido e é regularmente distribuído material informativo sobre o Parlamento;
- ❖ Disponibilização pública de uma biblioteca do parlamento. (Lopes, 2014).

No que concerne na aproximação do Parlamento aos cidadãos prevê-se instituir, através de novas tecnologias, um conjunto de funcionalidades, acessos, programas e projetos de profunda e profícua interação com os cidadãos, através do Portal da Assembleia. Ainda se pretende reforçar os mecanismos e instrumentos de exercício da cidadania, tais como as petições, as iniciativas legislativas populares ou o referendo, para além do debate atual sobre a apresentação das listas de candidaturas às legislativas por parte de grupos da sociedade (Termos de Referencia do Fórum Parlamentar, 2014).

Ainda se pretende estimular os cidadãos á apresentação de queixas, reclamações, e perguntas orais, assim como o encorajamento do uso do direito de petição, aliado ao melhoramento do seu tratamento, visando outorgar aos cidadãos um conjunto de instrumentos, jurídicos tendo a finalidade a defesa e salvaguarda dos seus direitos, da Constituição, das leis, e do interesse geral (Fórum Parlamentar, 2014).

Apesar de pretender reforçar, modernizar e regulamentar estes instrumentos, ainda se pretende, melhorar outros mecanismos de acesso e de maior interatividade com o cidadão, integrando sistemas eletrónicos e um conjunto de normas para o necessário choque Tecnológico de transformação da Assembleia num verdadeiro Parlamento digital (Relatório final da CERP, 2012).

Propondo neste sentido que o Núcleo de Comunicação e Informação Parlamentar, seja reestruturada na perspetiva de uma plataforma digital assente num sistema de Informática e documentação moderna, capaz de sustentar um serviço de Relações Publicas e Internacionais e de Informação Parlamentar a funcionar num sistema de Mídias integradas. (Canal Parlamento,

Rádio e Imprensa) em interação permanente com a sociedade civil (Relatório final da CERP, 2012).

O Portal da Assembleia Nacional deve poder comportar um conjunto de acessos, programas e projetos de profunda e profícua interação com os cidadãos (Relatório final da CERP, 2012).

### **Quanto a Funções Parlamentares a luz das novas propostas do Novo Regimento**

O Parlamento Cabo-verdiano cumpre, como qualquer Parlamento a nível mundial todas as funções parlamentares, efetivando assim, um perfil típico de um Parlamento moderno, a qual cabe desempenhar funções legislativas, de fiscalização e controlo, de representação, autorizante, eletiva, bem como as funções de vinculação internacional do Estado e da chamada “diplomacia parlamentar” (relatório final da CERP).

Assim sendo se propõe no quadro da reforma:

- a) Função Legislativa:
  - ❖ Formulário dos Atos deve ser harmonizado com o disposto na Lei n° 87/VII/2011 sobre a edição eletrónica do Boletim Oficial
  - ❖ Instituir o Procedimento Legislativo Eletrónico
- b) Função de Fiscalização e Controlo Proposta de Debate Mensal ou com o Primeiro-ministro;
- c) Funções Eletiva Propostas alternativas ao impasse na eleição dos principais órgãos superiores da administração da Justiça, Eleitoral, etc.;
- d) Função de vinculação internacional do Estado e “diplomacia parlamentar” - Clarificar a tramitação e procedimento em relação ao processo de adesão; regular o papel/ missão das deputações, representações, grupos de amizade, etc.

### **Função Legislativa**

Segundo (Lopes, 2014) pretende-se com esta nova etapa reformista a identificação dos pontos de incidência da reforma que garantam a necessária eficiência e eficácia do Parlamento no desempenho das suas funções. Com a adaptação de um conjunto de instrumentos, tanto de

carácter político (Regimento da Assembleia, Estatuto dos Deputados) como de carácter funcional e administrativa (Lei Orgânica e PCCS), pelas condições físicas e soluções tecnológicas de funcionamento da Plenária, das Comissões, dos Grupos Parlamentares e dos Deputados.

E ainda de acordo com Lopes (2014), à questão da produtividade e da qualidade legislativa estão subjacentes a quatro linhas de intervenção, que estão vazadas no Novo Regimento e apontam para:

- ❖ O reforço do funcionamento dos Grupos Parlamentares e, subsidiariamente, das redes parlamentares e deputações permanentes, como fontes originárias de iniciativas Legislativas;
- ❖ Uma nova intensidade de funcionamento e maiores (e novas) competências atribuídas às Comissões Especializadas;
- ❖ O envolvimento de uma assistência técnica mais especializada no apoio às Comissões e novos institutos no processo legislativo (a nota técnica).

As situações de intervenção direta do Povo (petições, iniciativa legislativa popular, referendo, e participação online no processo legislativo.

Propõe-se ainda:

- a) A apresentação de um Relatório Anual de Natividades da Assembleia Nacional (artº1333º-BBB-A)
- b) A introdução do Procedimento Legislativo Eletrónico.

Mas acentua-se, para o efeito, como necessárias:

- ❖ Uma assistência Técnica mais especializada e capacitada, capaz de produzir com qualidade as Notas de Admissibilidade e Notas Técnicas;
- ❖ O papel da Conferencia dos Presidentes das Comissões Especializada (CPCE) na melhoria da produção e da qualidade legislativa;
- ❖ A implementação do Sistema de Controlo e Seguimento da Aplicação das Leis (Lopes, 2014).

Em relação aos Processos Legislativos Especiais, a proposta de alteração inovadora será a introdução do Procedimento Legislativo Eletrónico, com a definição, em fases lógicas e sucessivas, do Procedimento do Legislativo e do Processo Legislativo (Lopes, 2014).

O processo Legislativo Eletrónico pretende instituir um sistema e política de gestão:

- ❖ Que introduza novas práticas e métodos de trabalho de base tecnológica avançada;
- ❖ Que promova o uso intensivo e continuamente atualizada das tecnologias de informação e dos dados, registos e informação pertinentes para o processo legislativo
- ❖ Que garanta o acesso integral aos documentos e registos do processo, em todas as suas fases, em tempo devido e com carácter permanente;
- ❖ Que propicie a produção e circulação de documentos do processo legislativo eletrónico, preenchendo requisitos técnicos de autenticidade, autoria e integridade;
- ❖ Que promova os princípios de:
  - a) Transparência;
  - b) Acessibilidade;
  - c) Eficiência e Eficácia;
  - d) Integração;
  - e) Auditabilidade;
  - f) Colaboração e Parcerias (Lopes, 2014).

Outro assim, pretende-se com este processo:

- ❖ Desenvolver ferramentas e soluções tecnológicas, de padrões abertos, que permitem produzir, gerir e controlar informações, registos de dados, e circular documentos, com garantias técnicas de segurança e autenticidade;
- ❖ Permitir pesquisas e portais de informações legislativos;
- ❖ Integrar documentos e registos do processo legislativo com os de áudio e vídeo de sessões e reuniões plenárias, debates e audiências (Lopes, 2014).

Como propostas de alteração ao Regimento em vigor os tipos e as formas de iniciativa (artigos 140 a 141), a disponibilização, para consulta pública, dos textos legislativos em discussão, salvo matéria reservada (art.º 160), a adequação dos prazos de distribuição aos

Deputados (art.º 161), a evocação para votação na especialidade (art.º 176), a fiscalização preventiva e sucessiva da constitucionalidade (art.ºs 172º-A e 175º-A), (Lopes, 2014).

## **Função de Fiscalização e Controlo**

Basílio Mosso Ramos (in Fórum Parlamentar, 2014) refere que as várias formas de o Parlamento controlar os atos do Governo, já previstas na Constituição da República mereceram aprofundamentos no Regimento da Assembleia Nacional tais como: A intervenção antes da ordem do dia, a declaração política, as perguntas ao Governo, as Interpelações, o debate sobre situações da justiça, debates sobre questões de política interna e externa, inquéritos parlamentares, moções de censura, de entre outros.

A CERP recomenda algumas inovações que poderão ajudar a consolidar e reforçar o papel fiscalizador do Parlamento. O estudo propõe o “debate da ilha”, o “debate temático”, o “debate da atualidade” e ainda o “debate com primeiro-ministro”.

O estudo preconiza:

- ❖ O reforço dos poderes potestativos dos Grupos Parlamentares, em que cada um escolheria tema dos debates regulares com primeiro-ministro;
- ❖ O agendamento de debates de urgência nas comissões;
- ❖ Uma maior rapidez dos debates sobre a atualidade política na plenária;
- ❖ A transferência de alguns poderes de controlo e fiscalização para as Comissões Especializadas, com a comparência dos membros do Governo, três vezes por Sessão Legislativa, para apresentar as políticas dos seus ministérios;
- ❖ A alteração do tratamento dado ao instituto de Perguntas ao Governo, de modo a tornar menos rígido, mas espontâneo e menos conflitual;
- ❖ O aumento do tempo disponível para as perguntas ao Governo, com novo modelo de funcionamento;
- ❖ A alteração do figurino, para uma presença mais definida de membros do Governo, nas Sessões Plenárias e nas Comissões Especializadas, para explicação das políticas sob sua responsabilidade;
- ❖ A presença no Plenário do Primeiro-ministro, para debate regular de atualidade política;

- ❖ A publicação das respostas do Governo e da Administração às perguntas dos Deputados;
- ❖ As possibilidades de os cidadãos utilizarem as novas tecnologias para interagir com os Deputados, no exercício da função Fiscalizadora (Carlos Ramos in Fórum Parlamentar, 2014).

A função de fiscalização e controlo é uma das mais importantes funções do órgão parlamentar, pelo que se propõe aprofundar as respostas relativas a reforma do instituto de Perguntas ao Governo, dos debates e do Período de Antes da Ordem do dia e na sua conversão no chamado “Período da Agenda do Deputado” um espaço mais dinâmico e contraditório de debates de círculo, da Atualidade, Temático, entre outros. A realização de audições, debates e auscultação da opinião pública poderão, ainda, manifestar-se como vertentes importantes da função de Fiscalização e controlo (Carlos Ramos in Fórum Parlamentar, 2014).

### **Função Eletiva**

Quanto as funções Eletivas as propostas são no sentido do estabelecimento regimental de um prazo limite para a nomeação e, em alternativa a intervenção de mecanismos supletivos:

- ❖ Reunião contínua e ininterrupta da Comissão e, subsequentemente da Plenária, até reunir consenso;
- ❖ Reunião conjunta das Comissões especializadas com competência na matéria.
- ❖ Ligado a esta questão Lopes (2014) salienta que nos processos relativos a outros órgãos, externos à Assembleia, a última revisão constitucional introduziu alterações importantes referentes a Processos Relativos ao Presidente da República, Particularmente no Capítulo relativo a Renúncia (art.º 132 da CRCV) a que corresponde o art.º 276º do Regimento, em particular, nos procedimentos de apresentação de uma Moção em caso de Procedimento Criminal contra o PR.
- ❖ Refere o mesmo autor que em relação à Eleição de Titulares de Cargos e Órgãos Exteriores à Assembleia artigos 334º a 343º (Juizes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Membros do Conselho

Superior de Magistratura Judicial e do Conselho Superior do Ministério Público, Provedor da Justiça, Membros da Autoridade Reguladora para a comunicação Social, da Comunicação Nacional de Eleições, do Conselho Superior da Defesa Nacional e Presidente do Conselho Económico, Social e Ambiental) adequa-se as remissões às alterações da CRCV e adapta-se os textos.

## **Ética e Decoro Parlamentar**

Nos regimes democráticos o Parlamento é o centro da representação política da sociedade, refletindo as opiniões e os sentimentos dos cidadãos. Para isso é importante que os órgãos políticos sejam exigentes consigo próprios e sejam os primeiros a adorar regras de conduta e mecanismo de atuação que salvaguardem a transparência no exercício do seu mandato. (Fórum Parlamentar, 2014).

Neste sentido é indispensável a aprovação de um Código de Ética e de Conduta dos Deputados que seja exigente no plano dos comportamentos Éticos e que estabeleça os princípios e regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que estejam no exercício do cargo de deputado.

Segundo Júlio Correia<sup>12</sup> (in Fórum parlamentar, 2014) “na projeção de uma imagem externa positiva, os parlamentares têm, naturalmente, uma responsabilidade importante na definição e na aprovação de um código de ética e de decoro parlamentar.

Entretanto existem normas legais definidas no Estatuto que delimitam um conjunto de imposições e matéria de incompatibilidades, de impedimentos e de declaração de rendimentos, como acontece, em relação aos demais Titulares de Cargos Políticos. No entanto ainda persiste algumas lacunas em matéria de registo e conflitos de interesses, entre outros, que urge colmatar (Fórum Parlamentar, 2014).

Neste sentido, a CERP propõe nesta vertente a definição de:

---

<sup>12</sup> Júlio Lopes Correia - Deputado Nacional e 1º Vice-presidente da Mesa da Assembleia Nacional na Legislatura de 2011-2016. Conferencista no Fórum Parlamentar A Reforma do Parlamento na perspectiva da: Transparência, Ética e Decoro Parlamentar e Reforço da Qualificação da Democracia, Fórum Parlamentar na Assembleia Nacional em 2014.

- ❖ Um quadro institucional adequado, com a criação da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos propostos (art.º.44º-A);
- ❖ Um Código de Ética e Decoro Parlamentar que estabeleça os princípios e regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que estejam no exercício do cargo de Deputado, incluindo as regras relativas à declaração de interesses e ao seu controlo, ao combate à corrupção e ao tráfico de influências (lobbying);
- ❖ Regras disciplinares e as penalidades aplicáveis em caso de incumprimento das normas éticas (relatório final da CERP, 2012).

Atribuições da Comissão Parlamentar da Ética segundo o artigo 50º do PL do RAN:

- a) Verificar os casos de incompatibilidade, incapacidade e impedimento dos Deputados e, caso de violação da lei ou Regimento, instruir os correspondentes processos e emitir o respetivo parecer;
- b) Receber e registar declarações suscitando eventuais conflitos de interesses;
- c) Apreciar, quando tal for suscitado pelos declarantes, ou a pedido do Presidente, os conflitos de interesses suscitados, emitindo sobre eles o respetivo parecer;
- d) Apreciar a eventual existência de conflitos de interesses que não tenham sido objetivo de declaração, emitindo igualmente sobre eles o respetivo parecer;
- e) Apreciar a correção das declarações, quer ex-ofício, quer quando tal seja objeto de pedido fundamentado por qualquer cidadão no uso dos seus direitos políticos;
- f) Relatar e emitir parecer sobre a verificação de poderes dos deputados;
- g) Pronunciar-se sobre o levantamento de imunidades, nos termos dos Estatutos dos Deputados;
- h) Emitir sobre a suspensão e perda de mandato de deputado;
- i) Instruir os processos de impugnação de ilegitimidade e de perda de mandato;
- j) Proceder a inquéritos a fatos ocorridos no âmbito da Assembleia Nacional que comprometam a honra ou a dignidade de qualquer Deputado, a pedido deste ou mediante determinação do Presidente da Assembleia;
- k) Apreciar quaisquer outras questões relativas ao mandato de deputados;
- l) Relatar e emitir parecer sobre a verificação de poderes dos Deputados e a regularidade formal dos mandatos.



## **CAPITULO V: ESTUDO DE CASO - IMPLICAÇÕES DO VETO POLÍTICO AO ESTATUTO DOS TITULARES DE CARGOS POLÍTICOS NA REFORMA DO PARLAMENTO**

O Estudo de caso tem como objetivo avaliar as implicações do veto político ao Estatuto na reforma do Parlamento. Para isso pretende-se compreender o conceito do Estatuto, analisar os objetivos subjacente a sua criação. Para avaliar as implicações do veto ao Estatuto optou-se pela aplicação de um inquérito no sentido de compreender as razões que levaram os cidadãos a recusar a aprovação do ETCP pela Assembleia Nacional, e através da entrevista aos deputados da assembleia nacional entender em que medida o veto ao estatuto colocou em causa a reforma do parlamento.

### **Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos – breve contextualização**

O Projeto de Lei do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos surge no contexto da reforma do Parlamento, sendo que a lei de base do Estatuto de Titulares de Cargos Políticos em vigor data de 1985, aprovada pela lei nº 85/III/90, de 6 de Junho. De igual modo o Estatuto dos membros do Governo em vigor data de 1997 aprovada pelo Decreto-lei nº 89/79, de 22 de Outubro (Nota introdutória do PL do ETCP).

Remonta a 1997 a vigência do atual Estatuto dos Deputados, aprovada pela lei nº 35/V/97, de 18 de Agosto, com um modelo de exercício parlamentar ainda resquício do paradigma de partido único com deputados a exercer a função em regime a tempo parcial. (Ata da Reunião Plenária de 25 de Março de 2015) (Nota Introdutória do PL do ETCP).

É de 1997, o diploma que regula o Estatuto Remuneratório e que estabelece os vencimentos dos Titulares de cargos políticos aprovada pela lei nº 28/V/97, de 23 de Junho. Sendo, que o vencimento dos Titulares de cargos políticos, e outros Titulares de altos cargos públicos, alguns estão indexados ao vencimento do presidente da república. E é fixado através da lei nº 29/V/97, de 23 de Junho. (Ata da Reunião Plenária de 25 de Março de 2015).

Foi provada em 2005 da Lei n.º 85/VI/2005, de 26 de Dezembro, que define e regula os crimes de responsabilidade dos Titulares de Cargos Políticos. Além de normas concessionais,

são diversos os diplomas que regulam o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos. (Nota Introdutória do PL do ETCP).

Nestes termos é evidente a necessidade de atualização do regime do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos, porque a atividade política vem sendo cada vez mais exigente em Cabo Verde, em função das novas dinâmicas sociais que clamam por respostas rápidas, inteligentes e de qualidade. (Ata da Reunião Plenária de 25 de Março de 2015).

Definições de Titulares de Cargos Políticos segundo o ETCP -Lei n.º 85/III/90 de 6 de Outubro são cargos políticos para efeitos da presente lei:

- ❖ O de Presidente da república;
- ❖ O de Presidente da Assembleia Nacional popular;
- ❖ O de Primeiro-Ministro;
- ❖ O de Deputado à Assembleia Nacional popular;
- ❖ O de membro do governo;
- ❖ O de Governador do Banco de Cabo-verde;
- ❖ O de embaixador;
- ❖ O de membro ou titular de órgão eletivo de autarquia local.

Na falta de definição legal sobre “Titulares de Cargos Políticos o projeto de lei opta pela enumeração dos Cargos Políticos resultantes dos três tipos de eleições democráticas previstos constitucionalmente: Presidente da República, Deputados Nacionais, Governo, enquanto órgão de soberania cujos titulares geralmente emanam de eleições legislativas, e Eleitos Municipais.

Segundo o PL do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos no seu artigo 1º são TCP:

- ❖ Do Presidente da República;
- ❖ O de Deputado à Assembleia Nacional;
- ❖ O de Membro do Governo;
- ❖ O de Eleito Municipal.

São Cargos Políticos Parlamentares:

- ❖ O de Presidente da Assembleia Nacional;
- ❖ O de Vice-presidente da Assembleia Nacional;

- ❖ O de Secretário da Mesa da Assembleia Nacional;
- ❖ O de Presidente de Grupo Parlamentar;
- ❖ O de Deputado Nacional.

#### São Cargos Políticos Governamentais:

- ❖ O de Primeiro-ministro;
- ❖ O de Vice-Primeiro-ministro;
- ❖ O de Ministro;
- ❖ O de Secretário de Estado.

#### São Cargos Políticos Municipais:

- ❖ O de Presidente da Câmara Municipal;
- ❖ O de Vereador da Câmara Municipal;
- ❖ O de Presidente de Assembleia Municipal;
- ❖ O de Secretário da Assembleia Municipal;
- ❖ O de Presidente de grupo de político da Assembleia Municipal;
- ❖ O de eleito á Assembleia Municipal.

O projeto de lei opta pela enumeração dos Cargos Políticos resultantes necessariamente dos três tipos de eleições democráticas previstas na Constituição, ou seja, para o Presidente da República, Deputados Nacionais, Governo (enquanto órgão de soberania e que os titulares geralmente emanam de eleições legislativas) e os eleitos municipais.

### **Objetivo da criação do diploma**

O Projeto de Lei insere-se no quadro da reforma do Parlamento.

Segundo José Manuel Andrade<sup>13</sup> “era preciso introduzir novos paradigmas de funcionamento da Assembleia Nacional para responder às demandas e aos desafios da

---

<sup>13</sup> José Manuel Andrade- Deputado Nacional na Legislatura 2011-2016. Deputado do PAICV que fez a apresentação do Diploma que aprova o ETCP Plenária.

atualidade e assim aumentar a eficácia do Parlamento, o que, aliás, a sociedade e o País reclamam de há muito” (Ata da Reunião Plenária de 25 de Março de 2015).

E ainda de acordo com José Manuel Andrade:

“O projeto de lei consagra um conjunto de normas inovadoras que visam moralizar a atuação dos titulares de cargos políticos, tornando o seu exercício mais transparente e menos suscetível de aproveitamentos indevidos e contribuindo para a sua dignificação. No entanto, para que a coletividade Nacional possa exigir do titular de cargo político, quanto deve por um exercício de funções com dedicação e empenhamento total, devem ser criadas condições motivacionais em consonância com a alta responsabilidade, a dignidade e a seriedade do cargo” (Ata da Reunião Plenária de 25 de Março de 2015).

No projeto de lei procura-se reunir num único diploma, os regimes estatutários gerais e específicos dos Titulares de Cargos Políticos, dispersos por vários diplomas.

“Por isso mesmo, o presente diploma recusa a funcionalização dos Titulares de Cargos Políticos, mas sim a sua valorização como agentes políticos essenciais ao processo democrático, facultando-lhe as condições indispensáveis de trabalho e garantindo a dignidade imprescindível ao exercício da sua função de representação do povo, no caso dos Deputados e do Presidente da República também”.  
“Desde logo, a experiência demonstrou, já que, o exercício de cargos políticos não pode, sem desprestígio, ser concebido como um *part-time* semi-remunerado e, como tal, conciliável com o exercício da profissão normal dos que a isso se dedicam. Por exemplo, embora não se possa generalizar a interrupção de uma carreira profissional exigida pela dedicação a tempo inteiro para o desempenho de um cargo político, não é concebível, em termos penalizantes, para os cidadãos que tenham acedido a esses cargos.” (Ata da Reunião Plenária de 25 de Março de 2015).

No entanto Gonçalves (2015) refere que o motivo que levou os parlamentares a aprovar o ETCP, mas propriamente da parte atinente ao Estatuto Remuneratório, foi a reclamação de mais “dignidade” a classe política. Uma “dignidade” que seria garantida sobretudo pelo aumento salarial. O aumento salarial, por sua vez, acabaria atraindo os quadros mais competentes para o campo da atividade político.

De acordo com o mesmo autor após as manifestações e o veto presidencial, o discurso do Primeiro-Ministro - que desde início esteve envolvido nesse debate sobre a atualização salarial demonstra um cenário de competição salarial entre os dirigentes políticos e os dirigentes político-administrativos.

“Por outro lado, devo dizer-lhe o seguinte: desde 1997 até agora foram atualizados os vencimentos dos funcionários públicos e hoje há grupos profissionais que ganham mais que o Presidente da república, mais que o Presidente da Assembleia, mais que o Primeiro-Ministro e mais que os restantes titulares de cargos políticos. Portanto, há funcionários que ganham muito mais devido à atualização que se fez desde 1997. Mais do que isso, temos que reavaliar todos os planos salariais na administração pública. Há os contratos de gestão, há os gestores de projetos que ganham duas ou três vezes mais que o Presidente da República, há gestores que ganham duas ou três vezes mais que o

Presidente da república, há vencimentos nas empresas públicas que são três a quatro vezes superiores ao do Presidente da república. Eu penso que tudo isso deve ser questionado e avaliado. Portanto, são várias questões que se colocam sobre a mesa e nós de uma forma muito serena e muito tranquila devemos avaliar tudo isto e estabelecer critérios de rigor e de transparência em relação a todos os planos salariais em Cabo Verde” (Entrevista do Primeiro-Ministro José Maria Neves ao jornal nacional Expresso das Ilhas, 02 de Abril de 2015) (Gonçalves (2015).

Na entrevista feita por nos Basílio Ramos augura que “houve a necessidade de uniformizar tudo num único diploma, também melhorar o controlo do próprio TCP, daí a clarificação das incompatibilidades, dos impedimentos, da transparência e a questão dos salários com toda a frontalidade.

### **Diplomas indexados ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos**

O Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos (ETCP) é um Diploma que visa harmonizar num único pacote legislativo os Estatutos dos Titulares de Cargos Políticos, que estão dispersados em legislação própria.

Diplomas indexadas no Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos:

1. Lei nº 85/III/90, de 6 de Outubro Regula e define as bases do estatuto dos titulares de cargos políticos;
2. Lei nº 28/V/84, de 23 de Junho - Estatuto remuneratório dos titulares de cargos políticos;
3. Lei nº 40/II/84, de Junho - Estatuto do Presidente da República;
4. Lei nº 107/IV/94, de 5 de Setembro - Estatuto do Presidente da República cessante; 5- Lei nº 35/V/97, de 25 de Agosto - Estatuto dos Deputados;
5. Lei nº 5/III/86, de 31 de Dezembro - Prerrogativa e regalias de cargos parlamentar;
6. 7- Lei nº 98/V/99, de 22 de Março – Dá nova redação ao art.º 19º do Estatuto dos
7. Deputados;
8. Lei nº 120/V/2000, de 5 de Junho - Adita um novo nº 5 ao art.º 15º do Estatuto dos Deputados;
9. Lei nº 38/IV/92, DE 4 de Abril - Tabela de ajudas de custo para Deputados;

10. Resolução nº107/V/99, de 15 de Março Regulamenta o art.º 18º do Estatuto dos Deputados;
11. Resolução nº 108/V/99, de 15 de Março Regulamenta o art.º 27º Estatuto dos Deputados;
12. Resolução nº 74/V/97, de 31 de Dezembro Regulamenta o direito ao subsídio de instalação do Deputado
13. Resolução nº 123/V/99, DE 21 DE Junho Regulamenta o art.º 17º Estatuto dos Deputados;
14. Decreto-lei nº 89/79, de 27 de Outubro Estatuto dos Membros do Governo;
15. Decreto-lei nº 59/79, de 23 de Junho Subsidio de reintegração aos membros do Governo cessantes;
16. Lei nº 68/V/98, de 17 de Agosto Subsidio de reintegração aos membros do Governo aos eleitos Municipais;
17. Lei nº 14/IV/91 DE 30 de Dezembro Estatuto do Eleitos Municipais;
18. Decreto-lei nº 2/96, de 5 de Fevereiro Subsidio de reintegração aos eleitos municipais em exercício a tempo inteiro (PL do ETCP).

### **Novas regras sobre incompatibilidades, impedimentos, imunidades e controlo de interesses dos Titulares de Cargos Políticos (TCP)**

O Projeto de Lei consagra um conjunto de novas regras sobre incompatibilidades, impedimentos, imunidades, controlo de interesses e de riquezas dos titulares de cargos políticos com a pretensão de garantir maior transparência ao exercício de funções políticas (Nota introdutória do PL do ETCP)

Neste sentido:

- ❖ Aumenta o leque dos cargos públicos incompatíveis com o exercício do Cargo de Titulares de Cargos Políticos;
- ❖ Veda aos Deputados o exercício de certas atividades privadas;
- ❖ Estabelece para os Titulares de Cargos Políticos a proibição de aceitação de presentes ou pagamentos de viagem em casos em que haja relações contratuais com as entidades quer apresentam;

- ❖ Estabelece o princípio de suspensão de prazo de prescrição do procedimento criminal, por não levantamento da imunidade aos Titulares de Cargos Políticos;
- ❖ Esclarece o foro especial dos Titulares de Cargos Políticos em caso de crimes de responsabilidade;
- ❖ Adensa a obrigação de depósito de declaração de interesses, no princípio e durante o exercício de funções;
- ❖ Determina que a perda de mandato seja decidida, sob prévio parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar;
- ❖ Restringe as regras de adiamento de atos ou diligências do poder judicial, quando é requerida a intervenção do deputado, em coincidência com os trabalhos parlamentares da Assembleia Nacional;
- ❖ Atribui à Comissão de Ética e Decoro parlamentar a avaliação, parecer e depósito de declaração de interesses de Deputados;
- ❖ Fixa restrições de participação em concursos a sociedades de que sejam sócios ou acionistas membros do Governo ou seus familiares, assim como aos membros dos órgãos executivos dos municípios;
- ❖ Estabelece o regime de impedimentos dos membros do Governo e de membro de órgão executivo municipal após a cessação de funções, entre outros (Nota Introdutória do PL do ETCP).

O diploma adota, em consequência, o princípio da exclusividade do exercício do Titular de Cargo Político, determinado pela perspectiva de uma maior exigência de funcionalidade dos órgãos políticos face à interpelação da sociedade em relação à competitividade da função política (Nota introdutória do PL do ETCP).

## **Novidades no Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos**

Apesar da maioria dos artigos presentes no ETCP já serem legisladas, são várias as novidades presentes no presente diploma.

O diploma conserva um conjunto de direitos e imunidades prerrogativas, incompatibilidades e impedimentos já existentes para os Titulares de Cargos Políticos, mas, por outro lado, consagra também um conjunto de novas regras sobre incompatibilidades, impedimentos, imunidades, controlo de interesses e de riqueza dos titulares de cargos políticos, visando garantir maior transparência ao exercício de funções políticas (Nota Introdutória do PL do RAN).

Todos os Titulares de Cargos Políticos em geral:

- a) Garantia efetiva de desenvolvimento na carreira de origem, quando sejam funcionários de entidades públicas, durante o exercício de funções de titulares de cargos públicas, durante o exercício de funções de Titulares de Cargos Políticos.
- b) Bonificação da contagem de tempo de serviço para efeitos de aposentação ou reforma.
- c) Garantia de atribuição de subsídio de reintegração, com previsão orçamental prévia e temporalidade fixada, em caso de cessação do mandato ou funções consoante os anos de serviço prestado e condicionamento de atribuição do subsídio em caso de continuidade imediata de exercício noutro cargo político a tempo inteiro.

### **I. Ao Presidente da República:**

- a) Subsídio de instalação, na primeira eleição após a tomada de posse;
- b) Garantia de transmissão de subvenção vitalícia em caso de morte ao cônjuge e aos filhos menores, e aos ascendentes maiores ao seu cargo ou filhos maiores em idade escolar até a licenciatura;
- c) Garantia de renovação de viatura de uso pessoal, passados cinco anos, em situação de cessão de mandato.



## **II. Aos Deputados:**

- a) Garantia do uso pessoal de viatura do Estado a membros da Mesa e Presidentes dos Grupos Parlamentares da Assembleia;
- b) Subsídio de renda de casa.
- c) Gratificação aos membros da direção dos grupos parlamentar e aos presidentes das comissões especializadas;
- d) Prerrogativas a antigos Deputados.

## **III. Ao Presidente da Assembleia Nacional cessante:**

- a) Subvenção mensal vitalício ao Presidente da Assembleia Nacional cessante;
- b) Uso de passaporte diplomático e tratamento VIP nos portos e aeroportos nacionais;
- c) Segurança pessoal e do seu agregado familiar assegurado pelo Estado;
- d) Uso de porte de arma de defesa, independentemente de licença;
- e) O mais atribuído a antigos Deputados.

## **IV. Aos membros do Governo:**

- a) Subsídio de instalação, na primeira nomeação, após a tomada de posse,
- b) Prerrogativa a antigos membros do Governo, por exercício no período correspondente a um mandato.

## **V. Ao Primeiro-ministro cessante:**

- a) Uso de passaporte diplomático;
- b) Tratamento VIP nos portos e aeroportos nacionais
- c) Segurança pessoal e do seu agregado familiar assegurado pelo Estado;
- d) Uso e porte de arma de defesa, independentemente de licença.

## **VI. Aos eleitos Municipais:**

- a) Gratificação a presidente de grupo político na Assembleia Municipal;
- b) Consagração do direito a transporte diplomático ao Presidente da Câmara Municipal;

- c) Garantia de patrocínio judiciário, caso demandados judicialmente em virtude do exercício no período equivalente a um mandato.

Prevê-se também no referido diploma um novo quadro de prerrogativas dos Titulares de Cargos Políticos cessantes, designadamente presidente da República, Primeiro-ministro, Presidente da Assembleia Nacional Deputados, membros do Governo e Presidente da Câmara Municipal (Nota Introdutória do PL do RAN).

### **Remuneração dos Titulares de Cargos Políticos atual e a nova proposta de Vencimento de acordo com o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos**

O Vencimento atual do Presidente da República é de 170.000\$00 (cento e setenta mil escudos) segundo o Estatuto Remuneratório – lei nº 28/ V/ 97

O vencimento proposto para o Presidente da República segundo o PL do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos é de 280.000\$00 (duzentos e oitenta mil escudos) segundo a (Ata da Reunião Plenária de 25 de Março de 2015).

Durante a apresentação do diploma ao plenário, Manuel Andrade Deputado do PAICV apresentou as seguintes justificações para a atualização dos Salários aos TCP:

“Tendo em conta a erosão salarial, bem como a perda do poder de compra calculada hoje 64,8% desde 1997, portanto há 18 anos que não se corrige o vencimento dos TCP e do PR, atento ainda aos níveis de competitividade salarial no país, o presente diploma consagra o vencimento do Presidente da República em 280.000\$00, com reflexo no dos demais Titulares de Cargos Políticos (Ata da Reunião Plenária de 25 de Março de 2015).

**Tabela 1** - Vencimento atual e a nova proposta salarial para os Titulares de Cargos Políticos

<b>Titulares Cargos Políticos</b>	<b>Porcentagem</b>	<b>Vencimento atual</b>	<b>Novo Vencimento</b>
<b>Presidência</b>			
Presidente da República	100%	170.000,00	280.000,00
<b>Assembleia Nacional</b>			
Presidente da Assembleia Nacional	95%	161.500,00	266.000,00
Vice-presidente da A. Nacional	85%	144.500,00	238.000,00
Presidente dos Grupos Parlamentares	85%	144.500,00	238.000,00
Demais Deputados	85%	144.500,00	238.000,00
Secretário de mesa	80%	136.000,00	224.000,00
Presidente das Comissões Especializadas	80%	136.000,00	224.000,00
<b>Membros do Governo</b>			
Primeiro-ministro	95%	161.500,00	266.000,00
Vice-primeiro-ministro	90%	153.000,00	252.000,00
Ministros	85%	144.500,00	238.000,00
Secretários de Estado	80%	136.000,00	224.000,00
<b>Eleitos Municipais</b>			
Presidente da Câmara Municipal	80%	136.000,00	224.000,00
Vereadores a tempo inteiro	90%*	122.400,00	201.600,00

Fonte: elaboração própria

### **Aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos**

O diploma aprovado foi objeto de várias versões, com a introdução de melhorias até chegar a versão final.

A aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos surge no contexto da Reforma sob o signo da transparência, da ética e da responsabilidade, sendo a Lei de Base do Estatuto de Titulares de Cargos Políticos em vigor data de 1985 (Nota Introdutória do PL do RAN).

A reforma inclui no essencial o seguinte: adoção do novo modelo de funcionamento da Assembleia Nacional cujas sessões plenárias passarão a ser de mensal para quinzenal, uma frequência de realização mais apertada com maiores exigências para os Deputados.

Segundo Basílio Mosso Ramos, estas alterações vão exigir maior disponibilidade aos Deputados, que ao mesmo tempo vai exigir mexer no Estatuto dos Deputados ou dos Titulares de Cargos Políticos (Revista “Parlamento” da Assembleia Nacional, 2012).

O ETCP foi aprovado na generalidade com 67 votos a favor (de ambas as bancadas, MPD, PAICV e da UCID) nenhum voto contra e duas abstenções dos Deputados Clóvis Silva e Julião Varela ambos do PAICV no dia 25 de Março de 2015 (Ata da Reunião Plenária de 25 de Março de 2015).

### **Manifestações contra o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos**

O Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos foi aprovado num momento em que várias classes profissionais reivindicavam aumentos salariais, estando ainda em discussão as propostas dessas classes, junto das diversas entidades envolvidas.

Tendo em conta o contexto geral a nível interno no país, a parte referente à atualização salarial provocou uma onda de manifestações no país nunca antes visto durante o período democrático. O dia 30 de Março ficou marcado pelas manifestações. Essas manifestações foram uma das causas que fez com que o PL ter merecido veto presidencial no dia 09 de Abril (Gonçalves, 2015)

Milhares de cabo-verdianos saíram as ruas, na Praia, Mindelo, Assomada, Sal e Portugal, em protesto contra a aprovação pelo Parlamento do novo Estatuto de Cargos Políticos, na maior manifestação pública da sociedade contra a classe política<sup>14</sup>.

Também circulou, na internet, uma petição para pedir ao Presidente da República que vetasse o projeto de lei do Estatutos dos Titulares de Cargos Políticos. No texto explicativo deste pedido “o povo cabo-verdiano exigia” que o Presidente cabo-verdiano, Jorge Carlos Fonseca, usasse o poder de veto contra a proposta de lei. Em causa estava o aumento de 65% do salário do Presidente da República, que passou de 170.000 para 280.000 escudos, montante a que estão indexados os restantes salários dos titulares de Cargos Políticos - Parlamento, Governo e eleitos municipais.

---

<sup>14</sup> <http://www.avoz.cv/>

## **O Movimento de Ação Cívica (Mac#114)**

O Movimento de Ação Cívica (Mac# 114)<sup>15</sup> arrastou multidões para as ruas em protesto contra a aprovação do novo Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos na Assembleia. Liderado por Rony Luís Moreno Moreira de 33 anos, ex-militante e ex-dirigente da JPAI em Portugal.

O Movimento de Ação Cívica (Mac# 114) surgiu nas redes sociais, fizeram uma primeira intervenção pública no dia 20 de Janeiro de 2015, Dia dos Heróis Nacionais. Foi nesta manifestação que começaram a mostrar o descontentamento em relação as decisões que se tomavam a nível político no país.

O Movimento de Ação Cívica (Mac# 114) é um movimento civil apartidário, com o objetivo de ser um grupo de pressão para ajudar a elevar a democracia cabo-verdiana.

Concernente ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos, na perspetiva de Rony Moreira, no Estatuto existe alguns pontos exagerados, em relação ao aumento salarial, que acabam por deitar por terra todo o diploma. Ele questiona “como é possível aumentar os salários dos políticos em 65%. Segundo Rony “defendemos uma atualização, mas dentro daquilo que o país pode pagar.”

Ainda segundo Rony Moreira “o Estatuto choca por ser imoral, num momento em que estamos a viver uma conjuntura económica desfavorável. Há chefes de família com um agregado elevado que recebem um salário de 11 a 18 mil escudos e passam por grandes dificuldades para satisfazer as necessidades básicas”.

## **O Veto Político ao Estatuto**

O Projeto de Lei que aprova o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos deu entrada na Presidência da República, no dia 8 de Abril de 2015, para ser promulgado pelo Presidente da República.

---

<sup>15</sup> <http://asemana.publ.cv/>

Depois de analisar o Diploma, usando da competência conferida pela alínea s) do n.º 135.º, conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 137.º, ambos da CRCV, o PR decidiu não promulgar o ETCP.

O PR apresentou as seguintes justificativas pela opção de não promulgação do Diploma apresentando argumentos apresentadas nas manifestações e nas redes sociais contra o Diploma:

- ❖ O Diploma aumenta excessivamente os salários e regalias do TCP, o que contrastaria com a situação da grande maioria dos funcionários públicos e outras categorias profissionais;
- ❖ Outros afirmam a necessidade de se proceder à atualização salarial, do TCP, entretanto consideram não ser oportuna a adoção da medida, sendo que têm sido recusadas melhorias salariais a diversas categorias profissionais que auferem salários muito mais baixo, apresentando o argumento de falta de meios e da precariedade da situação económica do país;
- ❖ Os Cidadãos entendem não ser adequada a atualização salarial prevista para os TCP, num contexto de acentuadas dificuldades financeiras que impõe sacrifícios à grande maioria da população.

Ainda em relação ao Estatuto aconselhou os Deputados no sentido:

“Da necessidade de relacionar mais profundamente o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos e as propostas de regalias e direitos com a atual conjuntura particular em que vivemos, de sorte a poder obter-se um maior equilíbrio entre a necessidade de um estatuto adequado e a compatibilização com o ambiente geral em que vivemos, nas suas vertentes económicas, sociais e políticas, criando, destarte, laços que reforcem o entendimento entre a classe política e os cidadãos, num esforço de maior legitimação das nossas opções e de manutenção da coesão social, tão decisiva num país como nosso”.

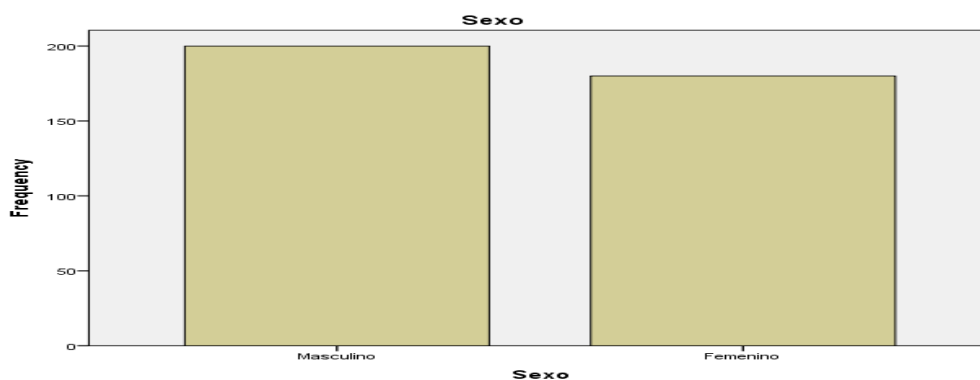
Apresentados os motivos que levaram o PR a não promulgação do Diploma, decidiu exercer o Veto Político, com o preciso alcance de permitir que os Deputados em articulação com o Governo, pudessem ter a oportunidade de reapreciar o diploma, “à luz das legítimas preocupações expressas pelos cidadãos, dos novos factos e informações, produzidos ao longo

deste processo e de aplicação de junto de critérios de necessidades adequação e proporcionalidade”.

## **Análise de Dados**

Neste ponto analisaremos os dados obtidos através do inquérito, que serão utilizadas na confrontação das hipóteses e que permitirão em conjugação com as entrevistas tirar algumas ilações acerca do tema em estudo.

**Gráfico 1-** Distribuição dos inquiridos por sexo

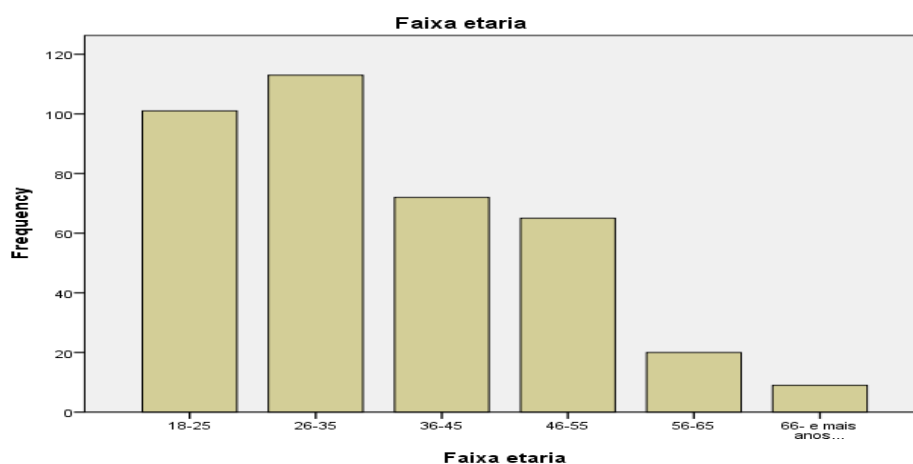


Fonte: tabela 4 no anexo

Dos 380 indivíduos inquiridos 200 pertencem ao sexo masculino que corresponde a 52,6% e 180 pertence ao sexo feminino que corresponde a 47,6% da amostra.

Verifica-se uma certa predominância do sexo masculino em relação ao sexo feminino, isto porque os inquiridos do sexo masculino se prontificaram a responder o questionário sempre que abordados, enquanto os inquiridos do sexo feminino nem sempre se prontificaram no sentido de responder ao inquérito.

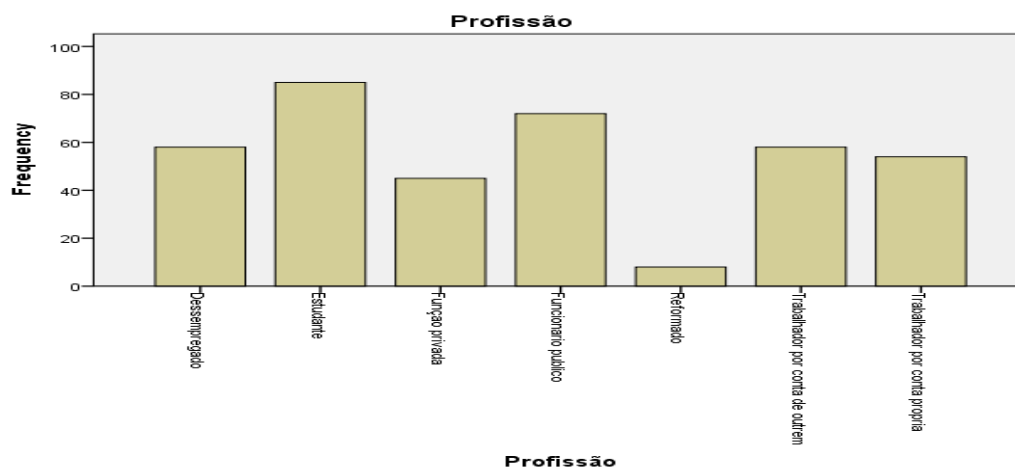
**Gráfico 2 - Distribuição dos inquiridos por faixa etária**



Fonte: tabela 5 no anexo

O gráfico nº 2 ilustra que dos 380 indivíduos inquiridos 101 com o peso de 26,6% pertencem a faixa etária dos 18 aos 25 anos, 113 com o peso de 29,7% pertencem a faixa etária dos 26 aos 35 anos, 72 com o peso de 18,9% pertence a faixa etária dos 36 aos 45 anos, 65 com o peso de 17,1% pertence a faixa etária dos 46 aos 55 anos, 20 com o peso de 5,3% pertence a faixa etária dos 56 aos 65 anos, 9 com o peso de 2,4% pertencem a faixa etária dos 66 e mais anos.

**Gráfico 3 - Distribuição dos inquiridos por Profissão**

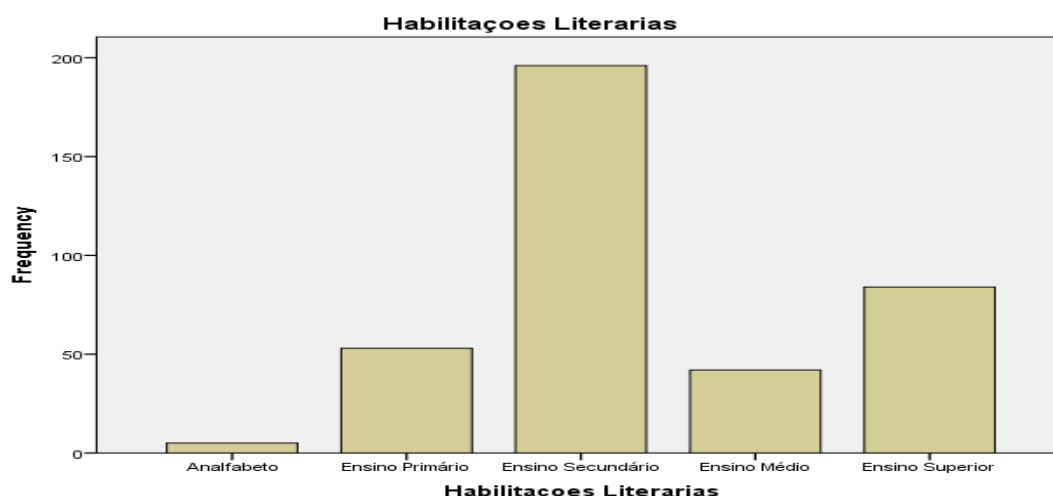


Fonte: tabela 6 no anexo



No universo dos 380 indivíduos inquiridos, 85 com o peso de 15,3% são estudantes, 72 com o peso de 18,9% são funcionários públicos, 58 com o peso de 15,3% trabalha por conta de outrem, 54 com o peso de 14,2% trabalham por conta própria, e 8 com o peso de 2,1% são reformados.

**Gráfico 4 - Habilitações Literárias**

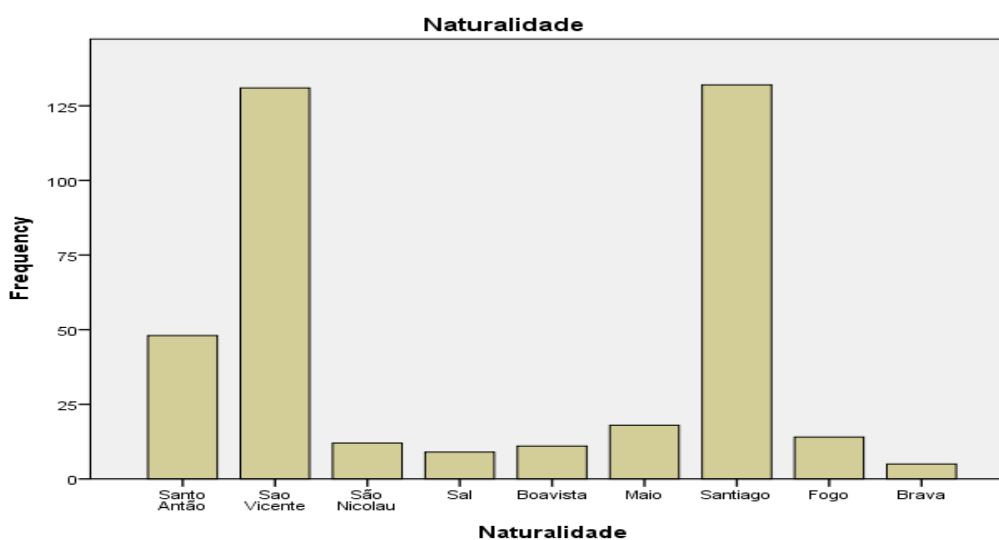


Fonte: tabela 7 em anexo

Dos 380 indivíduos inquiridos, 5 com o peso de 1,3% são analfabetos, 53 com o peso de 13,9% possuem o ensino primário, 196 com o peso de 51,6% possuem o ensino secundário, 42 com o peso de 11,1% possuem o ensino médio, 84 com o peso de 9,3% possuem o ensino superior.

Como nos mostra estes resultados, nota-se uma predominância do ensino secundário, importa referir que a maioria dos inquiridos com o ensino secundário, são estudantes universitários, como ainda não tem o grau académico de licenciados, considerou-se que pertencem ao nível Secundário.

**Gráfico 5 - Distribuição dos inquiridos por Naturalidade**

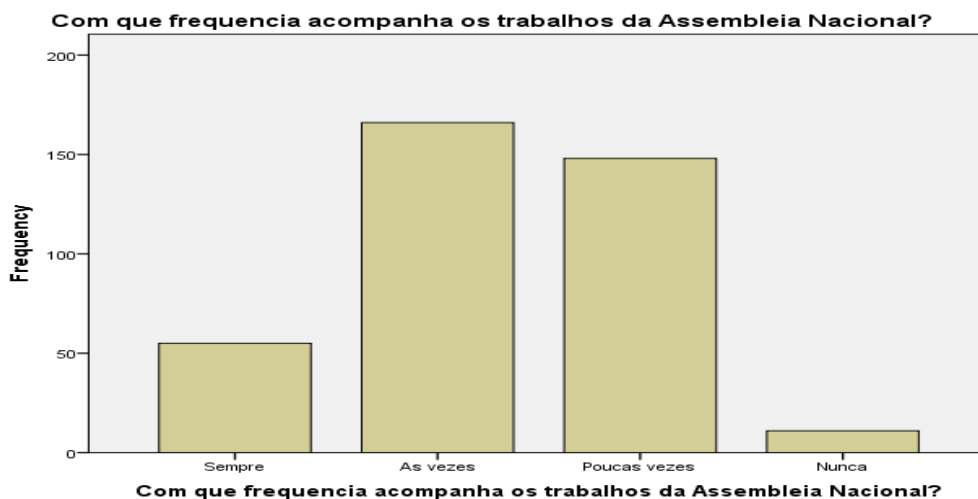


Fonte: tabela 9 no anexo

Dos 380 indivíduos inquiridos, 48 com o peso de 12,6% são naturais de Santo Antão, 131 Com o peso de 34,5% são naturais de São Vicente, 12 com o peso de 3,2% são naturais de São Nicolau, 9 com o peso de 2,4% são naturais do Sal, 11 com o peso de 2,9 são naturais de Boavista, 18 com o peso de 4,7% são naturais da ilha do Maio, 132 com o peso de 34,7% são naturais da ilha de Santiago, 14 com o peso de 3,7% são naturais da ilha do Fogo e 5 com o peso de 1,3% são naturais da ilha Brava.

Importa referir que os dados em referência as outras ilhas, dizem respeito aos inquiridos naturais das mesmas, mas com residência atual nas duas ilhas onde aplicamos os inquéritos.

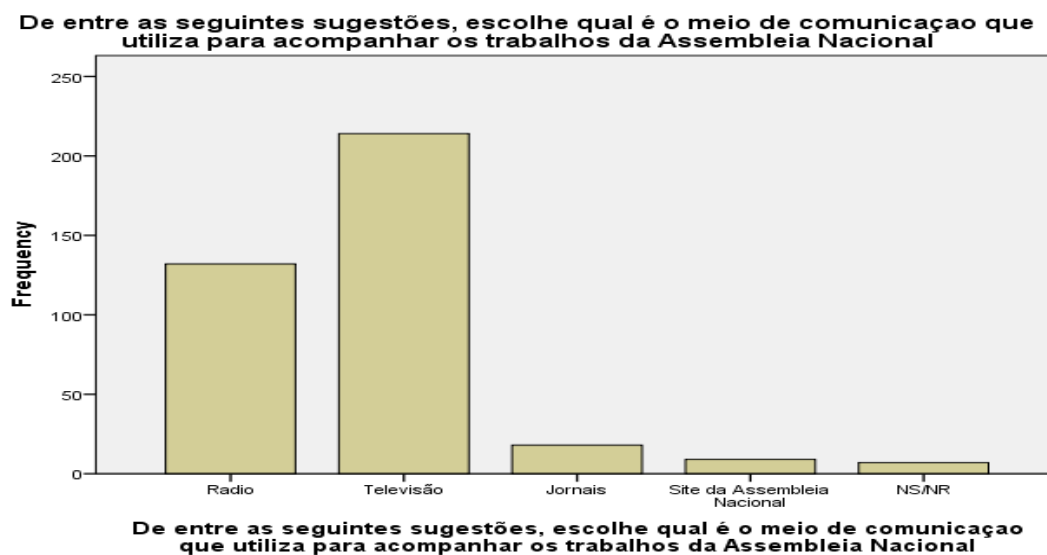
**Gráfico 6 - Frequência acompanha os trabalhos da Assembleia Nacional**



Fonte: tabela 10 no anexo

No universo dos 380 inquiridos, 58 representado 15,3% da amostra acompanha sempre os trabalhos da Assembleia, 167 representando 43,9% da amostra acompanha as vezes os trabalhos da Assembleia, 145 representando 38,2% da amostra acompanha poucas vezes os trabalhos da Assembleia, e 10 representando 2,6% da amostra nunca acompanha os trabalhos da Assembleia Nacional.

**Gráfico 7 - Meio de comunicação utilizado para acompanhar os trabalhos da Assembleia Nacional**



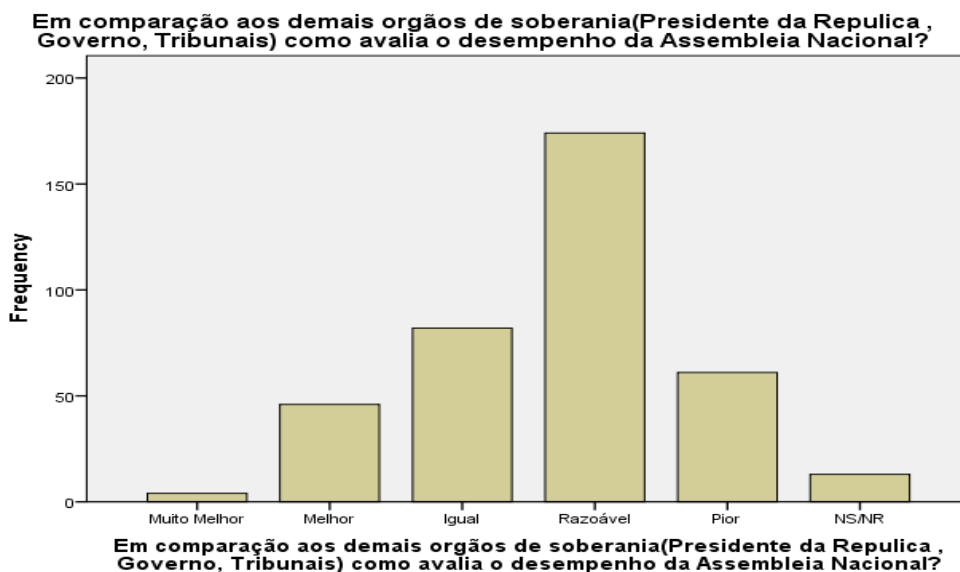
Fonte: tabela 11 no anexo

Como se pode verificar no gráfico nº8, do universo dos 380 inquiridos, 132 com o peso de 34,7% acompanha os trabalhos da Assembleia através da rádio, 214 com o peso de 56,3% acompanha os trabalhos da Assembleia através da televisão, 18 com o peso de 4,7 % através dos jornais, 9 com o peso de 2,4% no site da Assembleia Nacional, e 7 com o peso de 1,8% não souberam responder.

Como podemos verificar no gráfico 56,3 % dos inquiridos acompanha os trabalhos da Assembleia Nacional através da televisão contrariando o resultado do estudo “Eficácia e Transparência do Parlamento na era Digital” realizado em 2005 em que a rádio era o meio de comunicação mais utilizado para acompanhar os trabalhos parlamentares.

Segundo Mendes (2011) é através da Televisão de Cabo Verde que a ANCV surge projetada no mundo da televisão que cobre as sessões plenárias mensais em direto e nos serviços noticiosos. O objetivo é de assegurar um elevado grau de transparência que reforce e facilite o exercício da liberdade de imprensa e abra canais de ligação direta à sociedade, no quadro de um processo integrado de melhoria da qualidade do trabalho legislativo e fiscalizador.

**Gráfico 8 -Avaliação do desempenho Parlamento em relação aos outros Órgãos de Soberania**

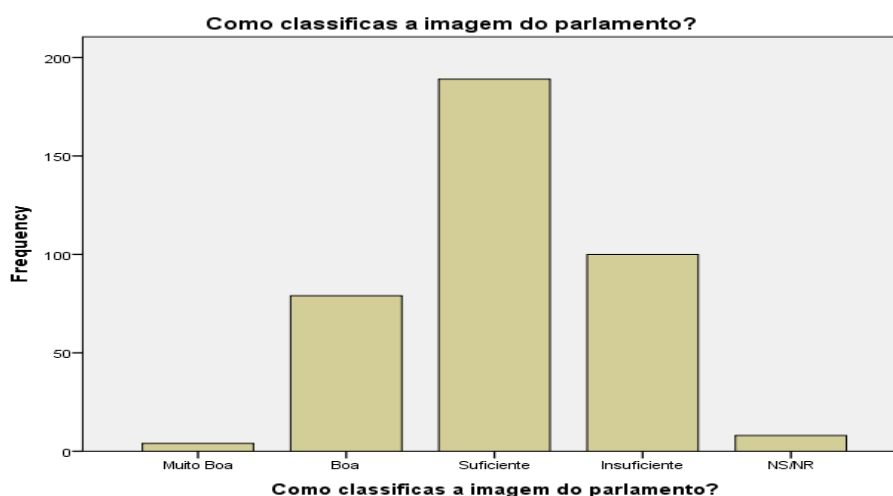


Fonte: tabela 12 no anexo

São inquiridos 380 indivíduos mostrados no gráfico, sendo 4 avalia o desempenho da Assembleia como muito melhor, que corresponde a 1,1%, 46 que corresponde a 12,1%, avalia como melhor, 82 que corresponde 21,6 avalia como igual, 174 que corresponde a 45,8% avalia como razoável, 61 que corresponde 16,1% avalia como pior e 13 que corresponde a 3,4% não souberam responder.

Pelo que já expomos, fica claro perceber que os inquiridos em termos de comparação da Assembleia com outros órgãos de soberania, percebe-se que há uma maior predominância nos que avaliam de Razoável, além de 16,1% que avaliam de pior e 3,4 que não sabem como avaliar. Isto mostra que a Assembleia Nacional não esta muito bem representada comparada com outros Órgãos de Soberania.

**Gráfico 9 -Classificação da Imagem do Parlamento**



Fonte: tabela 13 no anexo

Quatro dos 380 indivíduos inquiridos que corresponde a 1,1 % caracterizam a imagem do parlamento com sendo muito boa, 79 que corresponde a 20,8% caracterizam-na com sendo boa, 189 que corresponde a 49,7% caracterizam-na como sendo suficiente, 100 que corresponde a 26,3% caracterizam-na como sendo insuficiente, 8 que corresponde a 2,1% não souberam responder.

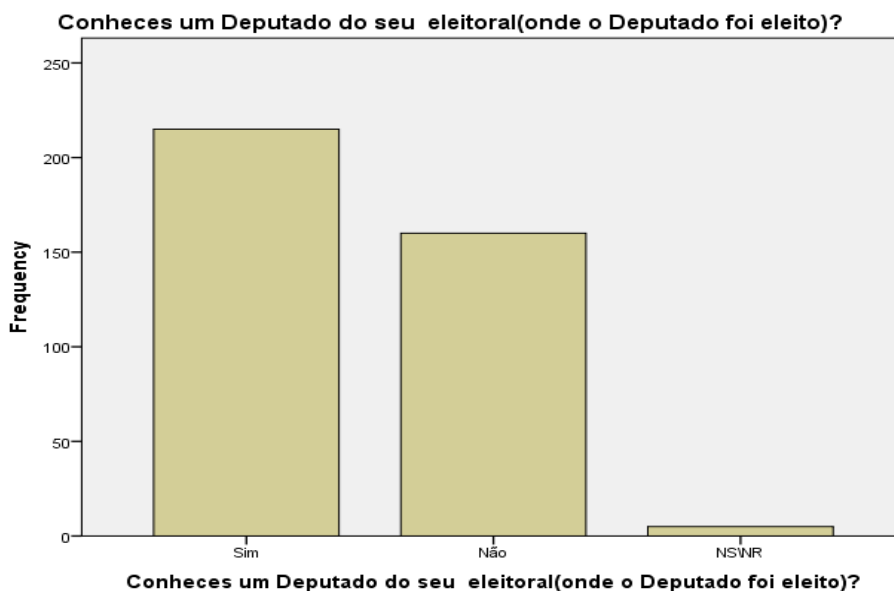
Analisando os dados do gráfico 13, podemos afirmar que os resultados não são favoráveis, a imagem do Parlamento está na média, quase metade dos inquiridos considera a

imagem do Parlamento como suficiente, e não podemos deixar de observar que 26,3% considera como sendo insuficiente.

Basílio Mosso Ramos refere que “das críticas dirigidas ao Parlamento, as mais, frequentes, contundentes e com maior potencial de provocar erosão da sua imagem, tem a ver, justa ou injustamente, com questões ligadas ao comportamento dos Deputados” (Fórum Parlamentar, 2014)

Neste sentido alerta no sentido de “cada Deputado, individualmente, e todos, coletivamente, têm a obrigação e o dever de zelar para que o Parlamento goze de uma boa imagem aos olhos dos cidadãos. (Idem, 2014).

**Gráfico 10 - Conhece um deputado do seu eleitoral (onde foi eleito)**



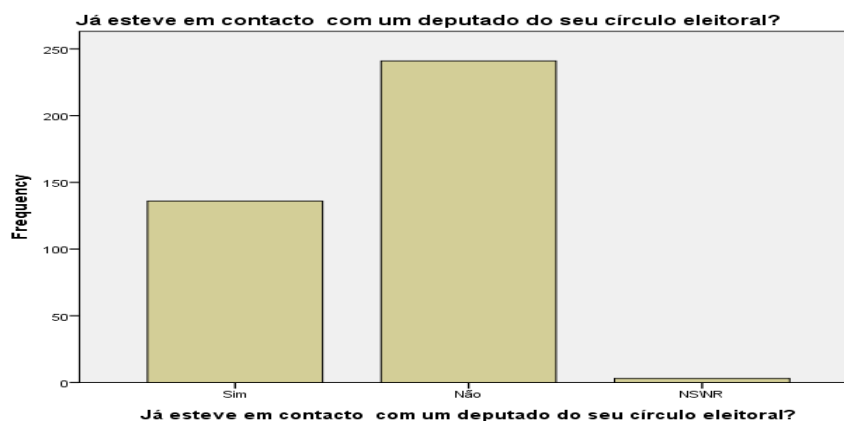
Fonte: tabela 14 no anexo

Relativamente ao gráfico, verifica-se que no total dos 380 inquiridos, 215 que corresponde a 56,6% conhece um Deputado do seu círculo eleitoral, 160 que corresponde a 42,1% não conhece um Deputado do seu círculo eleitoral, enquanto 5 que corresponde a 1,3% não souberam responder.

Segundo o estudo Eficácia e Transparência do Parlamento na era Digital existe um nível crítico e de insatisfação no que se refere ao relacionamento deputados/cidadãos, evidenciada na elevada percentagem de cidadãos entrevistados no estudo, que declararam

nunca terem contactado um deputado. No mesmo estudo ainda ficou concluído que os cidadãos sugerem uma maior aproximação dos eleitos aos eleitores mais de 70% da população considera importante ou muito importante o contacto do eleito aos eleitores.

**Gráfico 11** -Contacto com um Deputado do círculo eleitoral



Fonte: tabela 15 no anexo

Dos 380 indivíduos inquiridos, 136 já esteve em contacto com um deputado do seu círculo eleitoral, que corresponde 35,8%, 241 nunca esteve em contacto com um deputado, que corresponde a 63,4% e 3, que corresponde a 0,8% não souberam responder.

Os dados verificados no gráfico 15, permite-nos concluir que existe um *deficit* de relacionamento entre os deputados e os seus eleitores.

De acordo com art.º 5º do Regimento da Assembleia Nacional e do art.º 22º do Estatuto dos Deputados, constituem deveres dos Deputados “manter estreito contacto com os círculos por que foram eleitos e com os eleitores e promover os assuntos relativos às suas necessidades e aspirações, bem como «informar a Mesa da Assembleia Nacional sobre os contactos mantidos com os eleitores e outros sectores da nação cabo-verdiana”.

**Gráfico 12** - Conhecimento da visita dos Deputados ao círculo eleitoral



Fonte: tabela 16 no anexo

Dos 380 inquiridos no gráfico, 117 tem conhecimento da visita dos deputados todos os meses aos seus círculos eleitorais, que corresponde 30,8%, 253 inquiridos que corresponde a 66,6% tem conhecimento, e 10 que corresponde a 2,6%, não souberam responder.

Constata-se que há um considerável desconhecimento dos inquiridos sobre as visitas que os Deputados fazem todos os meses aos seus círculos eleitorais, mais de metade dos inquiridos afirmam não terem conhecimento dessas visitas.

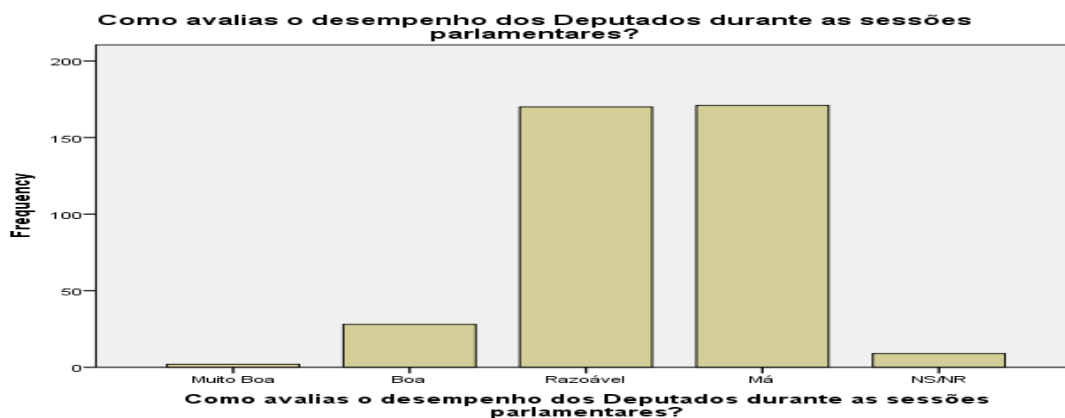
De acordo com a resolução nº123/V/99, de 21 de Junho, é assegurada a cobertura financeira para cada Deputado, de um máximo de seis visitas, por ano ao círculo eleitoral fora da localidade da sua residência, sendo a duração global por ano de quarenta e dois dias para nacionais. E ainda se acrescenta um apoio de 5000\$00 diário para transporte e aos Deputados da emigração são garantidos quarenta dias de visita anual.

Segundo os relatórios das visitas aos círculos eleitorais os Deputados contactam as autoridades locais e os serviços desconcentrados dos vários sectores: saúde, emprego e solidariedade, educação, cultura e desportos, agricultura e pescas infraestruturas, transportes e turismo. Igualmente auscultam preocupações e dificuldades das populações. Em alguns dos



relatórios são formuladas recomendações. Após a visita ao círculo eleitoral são usualmente organizadas conferências de imprensa (Mendes, 2011).

**Gráfico 13** -Avaliação do desempenho dos Deputados durante as sessões Parlamentares

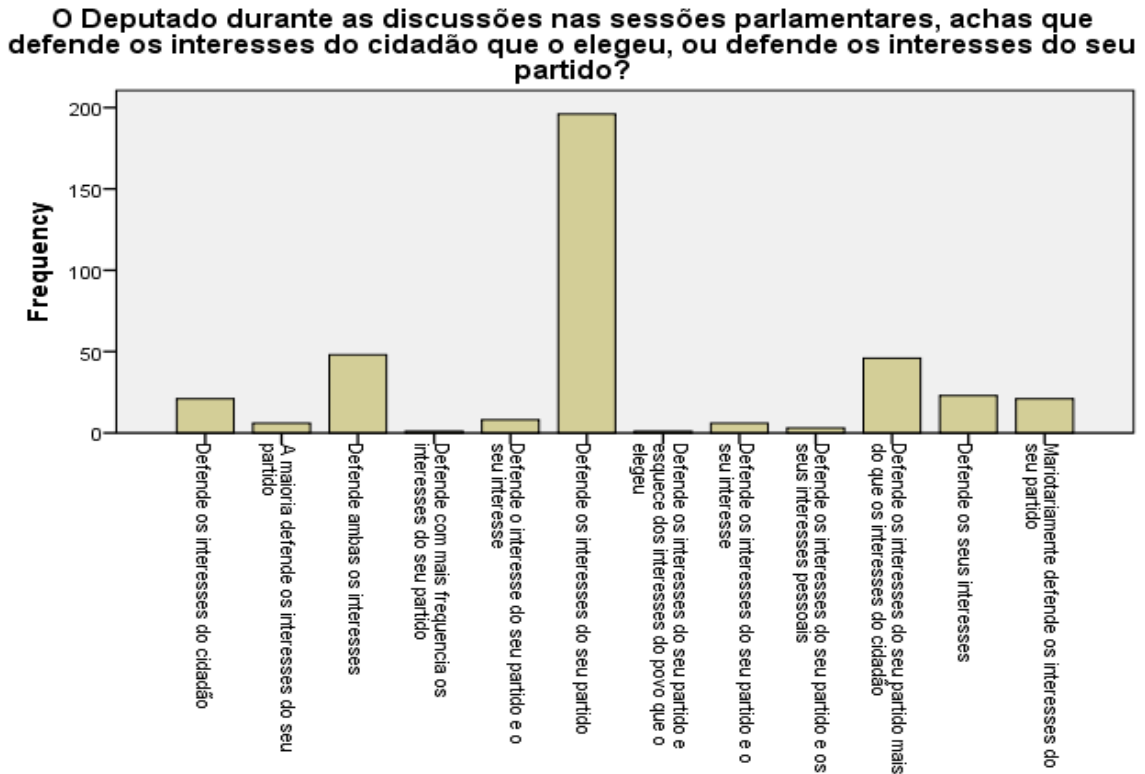


Fonte: tabela 17 no anexo

No total de 380 indivíduos inquiridos, 2 com o peso de 0,5% avaliam o desempenho dos deputados como sendo muito boa, 28 com o peso de 7,4% avaliam como sendo boa, 170 com o peso de 44,7% avaliam como sendo razoável, 171 com o peso de 45,0% avaliam como sendo má, enquanto 9 com o peso de 2,4% não souberam avaliar.

Analisando o gráfico 17, podemos concluir que os resultados não são animadores, apenas 0,5 % dos inquiridos avalia como muito boa e 7,4% como sendo boa o desempenho dos deputados durante as sessões parlamentares. O número de inquiridos que avaliam o desempenho dos deputados durante as sessões como má, ultrapassa os que avaliam como suficiente, em três pontos percentuais.

**Gráfico 14** -O deputado durante as discussões nas sessões parlamentares, acha que defende os interesses do cidadão que o elegeu, ou defende os interesses do seu partido?

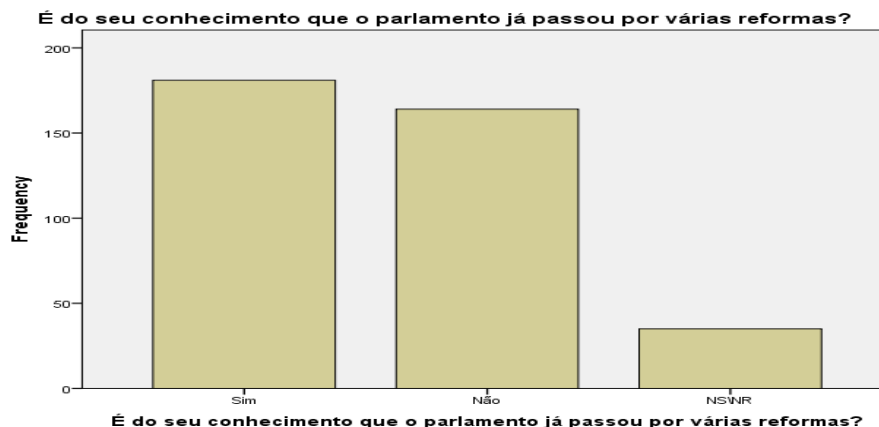


Fonte: tabela 18 no anexo

Neste ponto os inquiridos foram convidados a fazerem uma apreciação sobre as discussões parlamentares, perguntados se o Deputado durante as sessões parlamentar defende os interesses do cidadão ou os interesses do partido, 51,6% responderam que os Deputados defendem os interesses do partido e apenas 5,5% responderam que defendem os interesses do cidadão. Se levarmos em conta as outras respostas tendencialmente apontam para os interesses partidários, por exemplo 12,6% responderam que os deputados defendem ambas os interesses, 12,1% responderam que defende os interesses do seu partido mais do que os interesses do cidadão.

Com os resultados obtidos no gráfico 18, podemos concluir que os inquiridos estão insatisfeitos com os seus representantes. Ao considerarem que os Deputados defendem os interesses do seu partido a revelia dos seus interesses.

**Gráfico 15** -É do seu conhecimento que o parlamento já passou várias reformas?

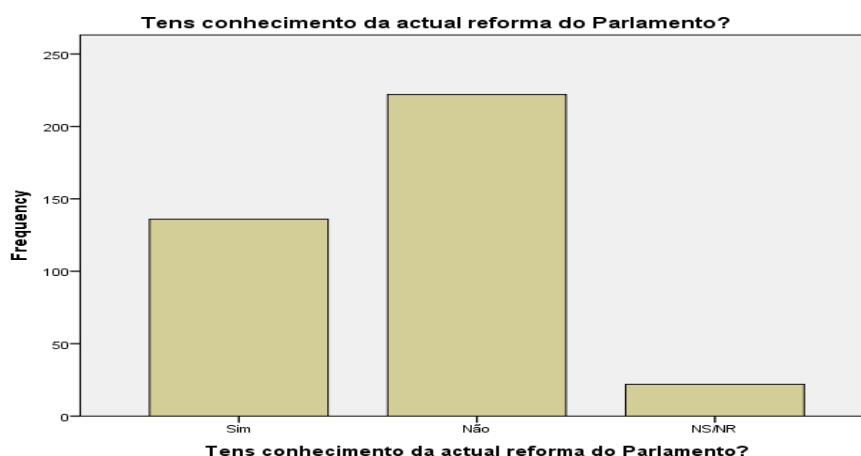


Fonte: tabela 19 no anexo

De acordo com o gráfico, do universo de 380 indivíduos que compõe a amostra, 163 inquiridos que corresponde a 42,9% tem conhecimento das reformas que passaram o parlamento, enquanto 182 corresponde a 47,9% não tem conhecimento das reformas do parlamento e 35 que corresponde a 9,2% não souberam responder.

Neste particular Basílio Mosso Ramos refere que no caso concreto de cabo verde, há que reconhecer que há um relativo deficit de conhecimento da realidade parlamentar, por não haver estudos significativos relativos ao funcionamento do Parlamento (Fórum Parlamentar, 2014).

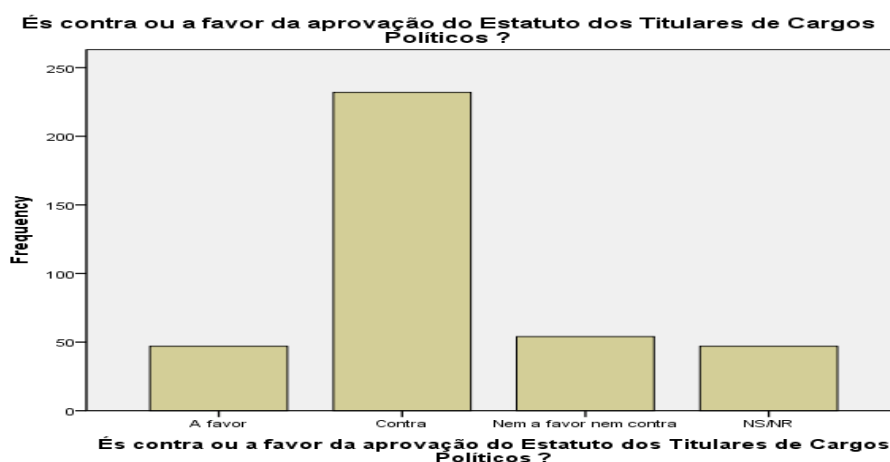
**Gráfico 16 - Conhecimento da actual reforma do Parlamento**



Fonte: tabela 20 no anexo

Dos 380 inquiridos, como se pode ver no gráfico, 135 tem conhecimento da actual reforma que corresponde a 35,5%, 223 que corresponde a 58,7% não tem conhecimento da actual reforma e, 22 que corresponde a 5,8%, não souberam responder.

**Gráfico 17 - És contra ou a favor da aprovação do Estatuto dos Titulares de cargos**



Fonte: tabela 21 no anexo

Dos 380 inquiridos, 47 que corresponde a 12,4% concorda com a aprovação do estatuto dos Titulares de Cargos Políticos, enquanto 232 que corresponde 61,1% dos inquiridos não

concordam com a aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos, 54 que corresponde 14,2% dos inquiridos posicionaram-se nem contra nem a favor da aprovação e 47 que corresponde a 12,4% não souberam responder.

**Tabela 2 - Razões contra e a favor da aprovação dos ETCP**

Na sequência daquilo que nos mostra o gráfico nº 17, quisemos saber as razões da posição dos inquiridos relativamente ao ETCP (vide em anexo perguntas 19 e 20 do guião). Uma vez que a pergunta é aberta, sintetizamos as respostas na seguinte tabela:

<b>Porque és a favor?</b>	<b>Porque és contra?</b>
<b>Cinco Principais razões a favor da aprovação do ETCP</b>	<b>Cinco Principais razões contra a aprovação do ETCP</b>
Os políticos merecem um aumento salarial.	Não é a altura própria devido a conjuntura económica.
Diploma que dignifique a classe política.	Os Deputados já ganham o suficiente.
Todos os profissionais devem ter um estatuto.	É um aumento injusto enquanto outras pessoas ganham pouco
Instrumento para valorizar os políticos.	Por causa do aumento salarial.
Todos têm direito na melhoria das suas funções.	Os Políticos já ganham o suficiente.

Fonte: Elaboração própria

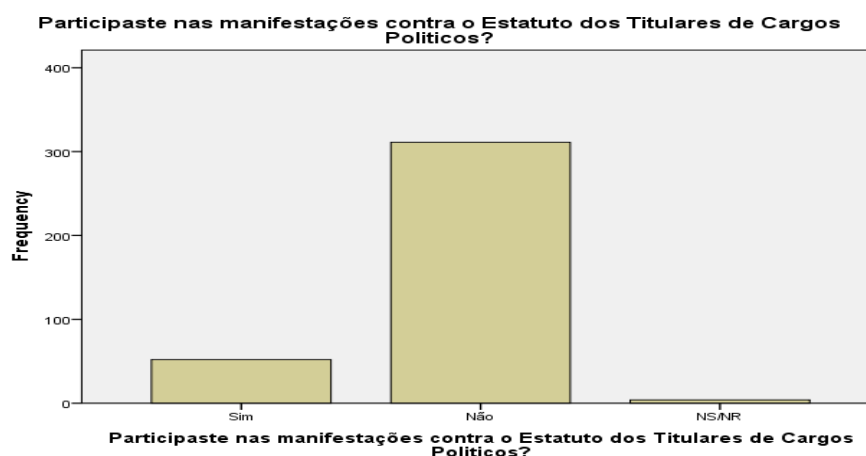
De acordo com a tabela nº 2, os inquiridos que posicionaram a favor da aprovação do ETCP, estavam de acordo com a atualização salarial proposta e por considerarem que o diploma dignifique a classe política.

De acordo com os resultados apresentados na tabela nº 2 podemos afirmar que a maioria dos inquiridos que se posicionaram contra o ETCP foi por causa do aumento salarial proposto no Estatuto Remuneratório do ETCP. De acordo com os inquiridos, a altura para a atualização dos salários era imprópria devido a conjuntura económica.

Basílio Mosso Ramos proferiu em conferência de imprensa após o veto político ao Estatuto que, os argumentos que se apresentaram contra o diploma foi a questão salarial, “o

vencimento proposto pelo Presidente da República, e em decorrência para todos os Titulares de Cargos Políticos, é inoportuno e exagerado para a realidade do país”.

**Gráfico 18** -Participaste nas manifestações contra o Estatuto dos titulares de cargo

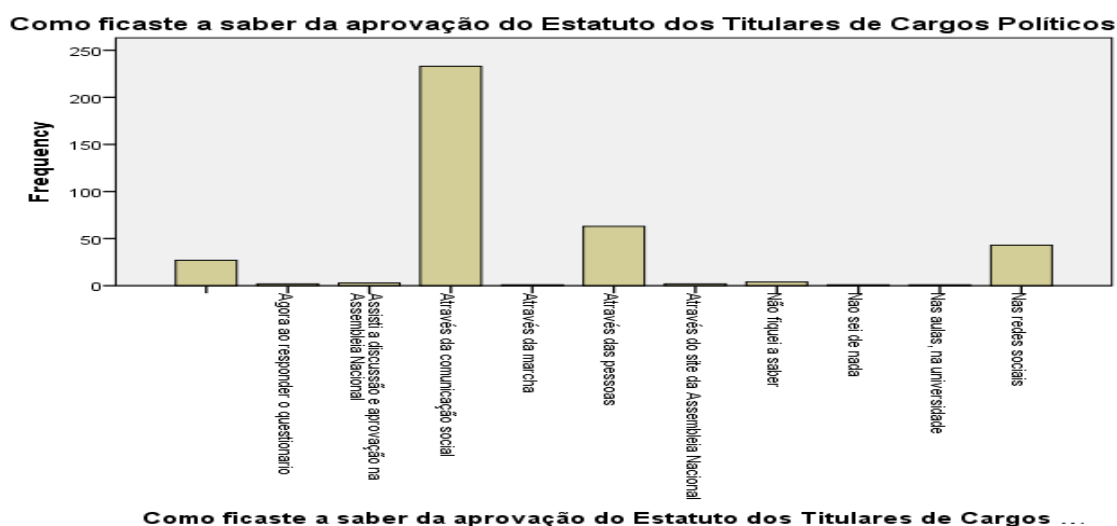


Fonte: tabela 24 no anexo

Analisando o gráfico, questionados os inquiridos se participaram nas manifestações contra o ETCP, 52 que corresponde a 13,7% participaram, 313 que corresponde a 82,4% dos inquiridos não participaram, 4 que corresponde a 1,1% não responderam. Entretanto a maioria dos inquiridos quiseram participar nas manifestações, alguns não participaram por falta de tempo e outros por desconhecimento

Nesta mesma linha, segundo os jornais on-line milhares de cabo-verdianos desfilaram na Praia, Mindelo, Assomada, Sal e Portugal, em protesto contra a aprovação pelo Parlamento do novo Estatuto de Cargos Políticos, na maior manifestação pública da sociedade contra a classe política. Estiveram concentrados só em frente ao Palácio da Assembleia Nacional, na Achada de Santo António, mais de seis mil pessoas a protestar contra o Diploma. No Sal, mais de uma centena de pessoas foram à praça 19 de Setembro em Espargos trajadas de preto em protesto contra o Estatuto. Os São-vicentinos, saíram às centenas às ruas de Mindelo. Em Coimbra Portugal os universitários crioulos receberam o Presidente da República de, a pedir que tendesse ao apelo dos cabo-verdianos.

**Gráfico 19** - Como ficaste a saber da aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos políticos



Fonte: tabela 25 no anexo

Como podemos verificar através do gráfico mais de metade dos inquiridos, 61,3% tiveram conhecimento da aprovação do ETCP através da comunicação social, entretanto uma boa percentagem dos inquiridos, 16,6% tiveram conhecimento através das pessoas e 11,3% através das redes sociais.

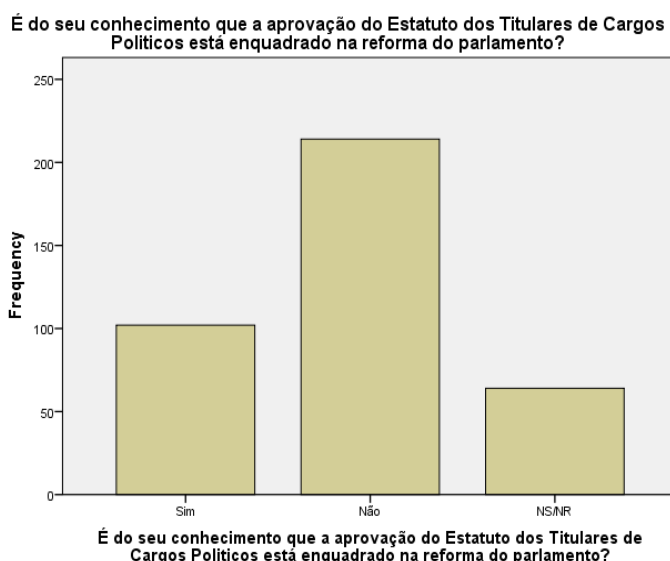
**Tabela 3** - O que entendeste do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos?

Respostas	%
Aumento salarial para os Deputados	91
Aumento salarial para os Titulares de cargos políticos	43
Nada	32
Conjunto de medidas para melhorar as condições dos Deputados	26
Estatuto que regula todos os benefícios e deveres dos políticos	25
Aumento salarial para os políticos	22
Diploma com normas e regras para os Políticos	14
Diploma inserido na reforma do Parlamento que visa o aumento salarial para os Deputados	12
Mais regalias aos Políticos	11

Fonte: elaboração própria

Em relação a tabela acima, primeiramente optamos por reunir todas as respostas optando por apresenta-las do maior ao menor em termos de percentagem, elegendo as que nos fornecem informações mais relevantes ao nosso estudo de caso. Nesse sentido os dados são claros relativamente ao número dos inquiridos, 91%, que mostrando total desconhecimento do diploma, responderam que o mesmo representaria um aumento salarial para os deputados. Outros dados, que podemos referir ainda desta análise é que 32% dos inquiridos não conhecem o diploma e nem o significado do mesmo, tendo somente 12% dos mesmos respondidos que o mesmo se enquadra na reforma do Parlamento.

**Gráfico 20** -É do seu conhecimento que a aprovação do Estatuto dos Titulares de cargos políticos esta enquadrado na reforma do parlamento?



Fonte: tabela 27 no anexo

Dos inquiridos de acordo com o gráfico, 102 que corresponde a 26,8 % têm conhecimento que a aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos está enquadrada na reforma do Parlamento, 214 que corresponde a 56,3% não têm conhecimento que a aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos está enquadrada na reforma do parlamento, 64 que corresponde a 16,8% não souberam responder.

Ao comparar os dados obtidos nos gráficos 15 e 16, com os obtidos no gráfico 21, mostra-nos um desconhecimento dos inquiridos sobre a reforma parlamentar.



Na entrevista feita por nos, Basílio Ramos refere que “é possível que tenha havido deficit de comunicação, não fomos eficazes em relação a matéria de comunicação para a transmissão do Estatuto a sociedade...”.

## Confrontação das Hipóteses

### Hipótese nº 1- A Sociedade Civil cabo-verdiana não tem conhecimento do processo da reforma do parlamento

Esta hipótese se confirma. Segundo o levantamento dos dados e das análises consideradas nos gráficos (15 e 16) constatamos que a sociedade civil está pouco informada das atividades e do funcionamento da casa parlamentar.

Segundo Lívio Lopes na entrevista feita por nós “o cidadão precisa estar mais bem informado, o que só podia acontecer com a reforma, na perspetiva de aproximação do Parlamento ao cidadão, entre outros”.

E ainda segundo Basílio Mosso Ramos em entrevista a Revista (Parlamento, 2012) “no caso concreto de cabo verde, há que reconhecer que há um relativo *deficit* de conhecimento da realidade parlamentar, por não haver estudos significativos relativos ao funcionamento do Parlamento”.

Os nossos dados são reforçados ainda pelo Estudo eficácia e transparência do Parlamento na era digital realizado pela Assembleia Nacional em 2005, onde se demonstra que:

- ❖ Os cidadãos têm um conhecimento muito difuso das competências e atividades da Assembleia Nacional;
- ❖ Uma parcela bem específica da sociedade manifesta uma certa apatia/indiferença para com a ANCV e a atividade política exercida pelos Deputados.

De acordo com Lopes (2008) um dos constrangimentos que atravessa a vida parlamentar é “a considerável dificuldade de acesso do cidadão comum às estatísticas fundamentais e demais documentos referentes à vida parlamentar constitui um sério obstáculo ao acompanhamento rigoroso e direto dos trabalhos e prejudica o normal relacionamento dos eleitores com os eleitos.

Quanto a estes propósitos Lopes (2014) refere que à aproximação do Parlamento aos cidadãos, deve ser feita através do uso das novas tecnologias e num sistema de Comunicação e Informação Parlamentar mais moderno, que assegura uma maior interatividade com a sociedade civil, eliminando deste modo a distância atual do Parlamento com a sociedade, inibidora do conhecimento e reconhecimento que o cidadão devia ter do trabalho desenvolvido pelos Deputados e pela Assembleia Nacional.

### **Hipótese nº 2- A sociedade civil não compreendeu o significado do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos.**

Esta hipótese não se confirma na totalidade. Segundo os dados e análises por nós realizados (ver tabela 2 e 3) uma maioria considerável da sociedade civil não compreendeu o significado do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos. Desta forma podemos tirar as seguintes ilações:

- ❖ Primeiro, na opinião dos inquiridos, a maioria, o Estatuto é uma lei que visa o aumento salarial para os Deputados. Entretendo o aumento salarial estipulado no Estatuto Remuneratório destina a todos os Titulares de Cargos Políticos. Na ótica de Jorge Carlos Fonseca “o diploma procura dignificar a função política através de um estatuto salarial, que não é atualizado desde 1997, e de determinadas regalias”. No sentido de “garantir a atualização dos salários e combater o expediente de aumentar os rendimentos através de procedimentos menos adequados. De acordo com o exposto afirmamos que o Estatuto não é direcionado somente aos Deputados nacionais, mas a todos os Titulares de Cargos Políticos. De acordo com o Diploma são TCP, o Presidente da República, Deputados Nacionais, membros do Governo, e eleitos Municipais.
- ❖ Segundo, as pessoas concentraram somente na parte remuneratória do Estatuto. De acordo com os entrevistados, as pessoas focaram somente na questão do vencimento, sendo assim foi privilegiado o Estatuto remuneratório com o ETCP em si.

- ❖ Também importa referir que uma boa parte da sociedade civil compreendeu o significado do ETCP, e os que compreenderam que são a favor da aprovação do diploma referiram que o mesmo dignifica a classe política, e a outra parte que foram contra a aprovação do diploma apresentaram como principal argumento a altura imprópria devido a conjuntura económica para a atualização do salário dos políticos.
- ❖ Em conclusão podemos afirmar que toda a polémica que se gerou em torno do Estatuto foi devido a atualização dos salários dos TCP, principalmente da atualização do salário dos deputados.

### **Hipótese nº3 - A reforma mais precisamente a vertente institucional e legislativa não poderá prosseguir sem a promulgação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos.**

Segundo as análises feitas pelos entrevistados, concluímos que a reforma não poderá prosseguir sem a promulgação do ETCP. O veto político ao ETCP, suspendeu o processo da reforma parlamentar. Com o veto político ao diploma, os Deputados tinham a oportunidade de reapreciar o diploma numa segunda deliberação, mas que não aconteceu, porque deixou de haver consenso entre as bancadas parlamentares. De acordo com Basílio Ramos em entrevista feita por nós “sem o novo Regimento e sem o novo Estatuto não há reforma do parlamento, sem a reforma do parlamento não há um parlamento a exigência da sociedade. E ainda ressalta que “ sem o ETPC não é exequível a aplicação do Regimento. Isto porque o novo Regimento preconiza uma frequência mais apertada dos trabalhos parlamentares, passando de mensal para quinzenal; introduz um regime de exclusividade dos Deputados nas lides parlamentares através do alargamento do regime das incompatibilidades de impedimentos, neste quadro o ETCP tem que se adaptar as novas exigências proclamadas no Regimento.

A reforma do Parlamento na vertente institucional e Legislativa passa pela aprovação do Regimento da Assembleia Nacional que vai permitir uma nova configuração do Parlamento.

Quanto ao modelo de funcionamento preconiza um funcionamento mais frequente das sessões plenárias e das comissões parlamentares para um regime quinzenal permitindo deste

modo uma maior aproximação do Parlamento à realidade quotidiano do País. Em relação ao funcionamento Geral a proposta incide na alteração do funcionamento centrada no trabalho das comissões especializadas, com competências e meios reforçados através da assessoria técnica e especializada, com novos circuitos eletrónicos de produção legislativa permitindo maior interatividade entre as comissões e a sociedade através das novas tecnologias de informação. Quanto as funções do Parlamento, em relação a função de fiscalização e controlo da ação governativa, preconizam novas modalidades de debates, com novas figuras de debates, sendo a mais importante o debate mensal com o primeiro-ministro. Quanto ao uso racional do tempo prevê uma redução dos tempos do número de intervenções no sentido de eliminar os expedientes dilatórios que movem a arena parlamentar. Todas estas medidas estão plasmadas no PL do RAN, e se não pode aprovar o ETCP, não se pode aprovar o Regimento.

Sendo que o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos vai exigir dos Deputados maior disponibilidade nos trabalhos parlamentares, através do Regimento que preconiza uma frequência mais apertada dos trabalhos parlamentares. Ao mesmo tempo o Estatuto prescreve uma série de restrições ao exercício de atividades profissionais aos Deputados e a outros TCP, através do regime das incompatibilidades e impedimentos, com o propósito de aumentar a disponibilidade dos políticos o exercício da sua função.

## CONCLUSÃO

A Assembleia Nacional, enquanto lugar de debate democrático e do processo de deliberação política, órgão de debate político, carece de ser reforçado com meios necessários para exercer a sua atividade legislativa de fiscalização e de controlo do executivo. Com a evolução da sociedade tornando-se mais complexas exige-se que a nossa Assembleia se adapte às novas exigências, e só pode acompanhar essa evolução através da modernização, incorporando uma visão inovadora das suas funções.

Em 2005 foi elaborado um estudo intitulado eficácia e transparência do parlamento na era digital, ficou concluído nesse estudo a necessidade do Parlamento se enveredar numa nova etapa da reforma incidindo para a melhoria da qualidade da democracia e da sua perceção pela sociedade. Consubstanciando no objetivo que orienta a reforma atual do Parlamento cabo-verdiano, um parlamento promotor da cidadania e centro de excelência do sistema político.

O objetivo da terceira fase da reforma do parlamento tem em vista aumentar a produtividade do parlamento, a efetividade, a transparência, aumentar a participação e o controlo da sociedade sobre o parlamento, permitindo uma maior ligação do deputado ao eleitorado e assim aumentar a credibilidade do parlamento junto do cidadão. Com isso a reforma deverá contribuir para o reforço da democracia, através da participação dos cidadãos nas decisões políticas do seu país.

A reforma do Parlamento Nacional na vertente Institucional visa a aprovação de um novo Regimento que inclui no essencial a adoção de um novo modelo de funcionamento da Assembleia, em que as sessões plenárias passariam de mensal para quinzenal, e assim responder as demandas e os desafios da atualidade e assim aumentar a eficiência e a eficácia do Parlamento. Por conseguinte exigindo maior dedicação e melhor funcionalidade aos trabalhos das Comissões Especializadas e maiores exigências aos Deputados. O Regimento introduz um conjunto de alterações em termos de eficiência na produtividade do trabalho parlamentar implicando que com isso se faça as adaptações necessárias ao Estatuto dos Titulares de Cargos. Isto porque aprovado o Regimento todos os Deputados passarão a ter exclusividade nas lides parlamentares. O princípio da exclusividade do exercício do Titular de Cargo Político as incompatibilidades, que são impostas pelo Regimento implicando que no

ETCP se consagra um conjunto de novas regras sobre incompatibilidades, impedimentos, imunidades, controlo de interesses e de riquezas, com a pretensão de garantir maior transparência ao exercício da função política,

Em relação ao objetivo geral “avaliar as implicações do Veto ao ETCP na reforma do Parlamento na vertente Institucional”, conclui-se que com o veto Político ao ETCP, a reforma do Parlamento na vertente Institucional foi suspensa, porque não se pode aprovar o Regimento, sem se aprovar o ETCP, visto que não se pode exigir aos Deputados maior dedicação exclusividade nas lides parlamentares sem mexer no Estatuto Remuneratório.

E deste modo o Parlamento continuará a funcionar no modelo semanal até que se reúna todas as condições e os entendimentos necessários para se aprovar um novo regimento, com incidência na aprovação de um novo Estatuto dos Titular de Cargo Políticos com os devidos acertos que se achar necessário, tendo em conta as reivindicações apresentadas pela sociedade cabo-verdiana.

## RECOMENDAÇÕES

- ❖ Baseado no facto da maioria dos inquiridos declarar que durante as discussões nas sessões parlamentares os Deputados defenderem os interesses dos partidos, recomendamos que a agenda parlamentar se concentre no debate dos problemas dos cidadãos, e secundarizar os seus interesses e os conflitos partidários para que o cidadão se sinta representado, e que os seus interesses sejam salvaguardados;
- ❖ Em relação ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos a Assembleia tem que criar mecanismos de comunicação que permita a socialização do Estatuto, no sentido de esclarecer o cidadão qual o alcance do referido diploma na Reforma do Parlamento e quais os benefícios da sua aplicação na transparência da ação dos políticos, principalmente em relação ao regime de incompatibilidades e de impedimentos;
- ❖ Reforçar a eficácia e a transparência do Parlamento cabo-verdiano;
- ❖ Diminuição do número de Deputados na constituição do grupo parlamentar para permitir um partido que elege menos que cinco Deputados possa constituir o seu Grupo Parlamentar, que é o caso da UCID que elegeu 2 Deputados e não possui Grupo Parlamentar
- ❖ Reforço e maior divulgação dos trabalhos das Comissões Especializadas
- ❖ Criação de Gabinete de atendimento aos cidadãos em cada ilha, ou círculo eleitoral
- ❖ Melhorar a comunicação e a relação entre o Parlamento e o cidadão
- ❖ Maior divulgação do funcionamento e das atividades parlamentares;
- ❖ Esforço no sentido de aumentar a capacidade legislativa do Parlamento.



## BIBLIOGRAFIA

### Livros

Assembleia Nacional de Cabo Verde. (2015) *Assembleia Nacional- 40 Anos de História. Praia, Assembleia Nacional* - Divisão de Documentação e Informação Parlamentar

Assembleia Nacional de Cabo Verde (2014), *A actividade Parlamentar o Papel da Comunicação Social*, Fórum parlamentar, Praia, 2014

Assembleia Nacional de Cabo Verde, (2003) *Reforma do Estado, Teoria da Legislação e Regulação*, Fórum Parlamentar, Praia, 2003

Assembleia Nacional de Cabo Verde (2014), *A Reforma do Parlamento na perspetiva da: Transparência, Ética e Decoro Parlamentar e Reforço da Qualificação da Democracia*, Fórum Parlamentar, Praia, 2014.

Évora, R. (2004). *Cabo Verde a Abertura Política e a Transição para a Democracia em Cabo Verde*. Praia, Spleen editora.

Caetano, M (2006). *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*. Coimbra, Almedina

Canotilho, J. (1993). *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Coimbra, Almedina

Custódio, G. e Magalhães, J. (2005). *Eficácia e Transparência do Parlamento na Era Digital: Contribuição Para Uma Estratégia de Aproximação Entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e os Cidadãos*.

Fernandes, A. (2008). *Introdução à Ciência Política: teorias, métodos e temáticas*. Portugal, Porto Editora.

Henriques, V. e Cabrito, B. (1990). *Introdução à Política – Tomo I*. Lisboa, Texto Editora.

Lopes, L. (2014). *Parlamento Cabo-verdiano: Os Fundamentos de uma Reforma*. Praia, Alfa-Comunicações

Lopes, F. e Freire, A. (2002). *Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais*. Oeiras, Celta editora. Mendes

Sá, L. (1999). *Introdução à Ciência Política*. Lisboa, Universidade Aberta.

Saraiva, J. (2007). *Politica a Portuguesa: Ideias, pessoas e factos*. Sociedade Editorial, Dafundo.

### **Legislações/Documentos oficiais**

Ata da Reunião Plenária do dia 25 de Março de 2015

Constituição da República De Cabo Verde Anuário Parlamentar 2011/2012

Anuário Parlamentar 2013/2014

Lei nº 4/77-B.O nº 53/77- Aprova o regimento de 1977.

Lei sobre a Organização Política do Estado (LOPE), publicada no nº 1 do BO da República  
Relatório final da Comissão Eventual da Reforma do Parlamento.

Legislação Parlamentar Essencial

Projeto de Lei do Regimento da Assembleia Nacional. Projeto de Lei do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos.

Carta do Presidente da República dirigida ao Presidente da Assembleia Nacional (2015)

Comunicado à Nação por Sua Excelência, Dr. Jorge Carlos Fonseca (2015)

### **Revistas**

Assembleia Nacional de Cabo Verde, (2010) 35 anos a servir Cabo Verde, Parlamento, o, 5-22.

Assembleia Nacional de Cabo Verde, (2012), Os desafios da Reforma, Parlamento, 1, 9-38.

## Sítios

Afro sondagem. [Em linha]. Disponível em <<http://www.afrobarometer.org/>>[Consultado em 27/09/2015]

Gonçalves, A. (2015), O acesso e a permanência no Parlamento Nacional em Cabo Verde (1991-2011): um olhar sobre a influência das regras eleitorais e de partidos políticos na construção de carreira parlamentar. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. [Em linha]. Disponível em <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/handle/10961/2545>> [consultado em 27/07/2016]

Seguro, J. (2007) Relatório Reformar e modernizar a Assembleia da República para servir melhor as cidadãs, e os cidadãos e a Democracia. [Em linha]. Disponível em <https://www.parlamento.pt/>

Silva, M. (2009). Sistema de Governo: A Singularidade Cabo-verdiana. [Em linha]. Disponível em <<http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3343/1/>> [consultado em 10/07/2016]  
[https://gppaicv.cv/http://arrozcatum.blogspot.com/2015\\_03\\_08\\_archive.html](https://gppaicv.cv/http://arrozcatum.blogspot.com/2015_03_08_archive.html)<http://www.avoz.cv/http://asemana.publ.cv/>

## ANEXOS

### Anexo 1 - Tabela dos Dados dos Questionários

Tabela 4 - Sexo

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Masculino	200	52,6	52,6	52,6
Valid. Feminino	180	47,4	47,4	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 5 - Faixa etária

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
18-25	101	26,6	26,6	26,6
26-35	113	29,7	29,7	56,3
36-45	72	18,9	18,9	75,3
Valid. 46-55	65	17,1	17,1	92,4
56-65	20	5,3	5,3	97,6
66- e mais anos...	9	2,4	2,4	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 6 - Profissão

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Desempregado	58	15,3	15,3	15,3
Estudante	85	22,4	22,4	37,6
Função privada	45	11,8	11,8	49,5
Funcionário público	72	18,9	18,9	68,4
Valid Reformado	8	2,1	2,1	70,5
Trabalhador por conta de outrem	58	15,3	15,3	85,8
Trabalhador por conta própria	54	14,2	14,2	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 7 - Habilitações Literárias

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Analfabeto	5	1,3	1,3	1,3
Ensino Primário	53	13,9	13,9	15,3
Ensino Secundário	196	51,6	51,6	66,8
Valid Ensino Médio	42	11,1	11,1	77,9
Ensino Superior	84	22,1	22,1	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 8 - Zona de Residência

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Achada Grande Frente	6	1,6	1,6
	Achada Grande Trás	6	1,6	3,2
	Achada Mato	11	2,9	6,1
	Achada Santo António	12	3,2	9,2
	Achada São Filipe	6	1,6	10,8
	Achadinha	3	,8	11,6
	Alto Mira Mar	3	,8	12,4
	Alto Santo António	4	1,1	13,4
	Alto São Nicolau	5	1,3	14,7
	Alto Solarino	4	1,1	15,8
	Assomada	4	1,1	16,8
	Bela Vista	12	3,2	20,0
	Bela Vista de Santiago	11	2,9	22,9
	Calabacera	5	1,3	24,2
	Calhau	5	1,3	25,5
	Campim	6	1,6	27,1
	Castelão	5	1,3	28,4
	Chã de Alecrim	18	4,7	33,2
	Chã de cemitério	1	,3	33,4
	Chã de Marinha	1	,3	33,7
	Cidade	5	1,3	35,0
	Cruz João Évora	8	2,1	37,1
	Espia	6	1,6	38,7
	Eugénio Lima	13	3,4	42,1
	Fazenda	2	,5	42,6
	Fernando Pó	4	1,1	43,7
	Fonte Francês	2	,5	44,2
	Fonte Inês	9	2,4	46,6
	Leem Ferreira	6	1,6	48,2
	Lombo Tanque	8	2,1	50,3
	Madeiralzinho	8	2,1	52,4
	Monte	3	,8	53,2
	Monte Sossego	27	7,1	60,3
	Paíol	6	1,6	61,8
	Palmarejo	20	5,3	67,1
	Pedra Badejo	9	2,4	69,5
	Ponta d água	13	3,4	72,9
	Praia	2	,5	73,4
	Prainha	2	,5	73,9
	Ribeira Bote	10	2,6	76,6
	Ribeira de Craquinha	5	1,3	77,9
	Ribeira de Vinha	6	1,6	79,5
	Ribeirinha	15	3,9	83,4
	Safende	12	3,2	86,6
	Santa Cruz	6	1,6	88,2
	São Domingos	5	1,3	89,5
	São Francisco	1	,3	89,7

São Lourenço dos Órgãos	3	,8	,8	90,5
São Pedro	3	,8	,8	91,3
Tarrafal	4	1,1	1,1	92,4
Terra Branca	6	1,6	1,6	93,9
Tira Chapéu	8	2,1	2,1	96,1
Várzea	9	2,4	2,4	98,4
Vila Nova	2	,5	,5	98,9
Vila Nova- Santiago	4	1,1	1,1	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 9 - Naturalidade

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Santo Antão	48	12,6	12,6	12,6
São Vicente	131	34,5	34,5	47,1
São Nicolau	12	3,2	3,2	50,3
Sal	9	2,4	2,4	52,6
Boavista	11	2,9	2,9	55,5
Valid Maio	18	4,7	4,7	60,3
Santiago	132	34,7	34,7	95,0
Fogo	14	3,7	3,7	98,7
Brava	5	1,3	1,3	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 10 – Com que frequência acompanha os trabalho da Assembleia Nacional?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sempre	58	15,3	15,3	15,3
As vezes	167	43,9	43,9	59,2
Valid Poucas vezes	145	38,2	38,2	97,4
Nunca	10	2,6	2,6	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 11 - De entre as seguintes sugestões, escolhe qual é o meio de comunicação que utiliza para acompanhar os trabalhos da Assembleia Nacional

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Rádio	132	34,7	34,7	34,7
Televisão	214	56,3	56,3	91,1
Jornais	18	4,7	4,7	95,8
Valid Site da Assembleia Nacional	9	2,4	2,4	98,2
NS/NR	7	1,8	1,8	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 12 - Em comparação aos demais órgãos de soberania (Presidente da República, Governo, Tribunais) como avalia o desempenho da Assembleia Nacional?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Muito Melhor	4	1,1	1,1	1,1
Melhor	46	12,1	12,1	13,2
Igual	82	21,6	21,6	34,7
Valid Razoável	174	45,8	45,8	80,5
Pior	61	16,1	16,1	96,6
NS/NR	13	3,4	3,4	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 13 - Como classifica a imagem do Parlamento?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Muito Boa	4	1,1	1,1	1,1
Boa	79	20,8	20,8	21,8
Suficiente	189	49,7	49,7	71,6
Valid Insuficiente	100	26,3	26,3	97,9
NS/NR	8	2,1	2,1	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 14 - Conheces um Deputado do seu eleitoral (onde o Deputado foi eleito)?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	215	56,6	56,6	56,6
Não	160	42,1	42,1	98,7
Valid NS\NR	5	1,3	1,3	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 15 - Já esteve em contacto com um Deputado do seu círculo eleitoral?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	136	35,8	35,8	35,8
Não	241	63,4	63,4	99,2
Valid NS\NR	3	,8	,8	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 16 - É do seu conhecimento que os deputados todos os meses visitam os seus círculos eleitorais?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	117	30,8	30,8	30,8
Não	253	66,6	66,6	97,4
Valid NS/NR	10	2,6	2,6	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 17 - Como avalia o desempenho dos Deputados durante as sessões parlamentares?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Muito Boa	2	,5	,5	,5
Boa	28	7,4	7,4	7,9
Razoável	170	44,7	44,7	52,6
Má	171	45,0	45,0	97,6
Valid NS/NR	9	2,4	2,4	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 18 - O Deputado durante as discussões nas sessões parlamentares, acha que defende os interesses do cidadão que o elegeu, ou defende os interesses do seu partido.

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative e Percent
Defende os interesses do cidadão	21	5,5	5,5	5,5
A maioria defende os interesses do seu partido	6	1,6	1,6	7,1
Defende ambas os interesses	48	12,6	12,6	19,7
Defende com mais frequência os interesses do seu partido	1	,3	,3	20,0
Defende o interesse do seu partido e o seu interesse	8	2,1	2,1	22,1
Defende os interesses do seu partido	196	51,6	51,6	73,7
Defende os interesses do seu partido e esquece dos interesses do povo que o elegeu	1	,3	,3	73,9
Defende os interesses do seu partido e o seu interesse	6	1,6	1,6	75,5
Defende os interesses do seu partido e os seus interesses pessoais	3	,8	,8	76,3
Defende os interesses do seu partido mais do que os interesses do cidadão	46	12,1	12,1	88,4
Defende os seus interesses	23	6,1	6,1	94,5
Maioritariamente defende os interesses do seu partido	21	5,5	5,5	100,0
Total	380	100,0	100,0	



Tabela 19 - É do seu conhecimento que o parlamento já passou por várias reformas?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulativ e Percent
Valid Sim	163	42,9	42,9	42,9
Não	182	47,9	47,9	90,8
NS\NR	35	9,2	9,2	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 20 - Tens conhecimento da atual reforma do Parlamento?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Sim	135	35,5	35,5	35,5
Não	223	58,7	58,7	94,2
NS/NR	22	5,8	5,8	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 21 - És contra ou a favor da aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid A favor	47	12,4	12,4	12,4
Contra	232	61,1	61,1	73,4
Nem a favor nem contra	54	14,2	14,2	87,6
NS/NR	47	12,4	12,4	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 22 - Porque és a favor?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid Diploma que dignifica a classe Política	346	91,1	91,1	91,1
É justificável	8	2,1	2,1	93,2
Instrumento para valorizar os Deputados	1	,3	,3	93,4
Mas não é o momento ideal	2	,5	,5	93,9
O Estatuto é para dignificar a Classe política	2	,5	,5	94,5
O salário dos políticos está Desatualizada, no entanto não sou a favor da atual proposta	1	,3	,3	94,7
Os Deputados merecem um aumento salarial	1	,3	,3	95,0
Os políticos merecem um aumento salarial	2	,5	,5	95,5
Porque todo tem direito na melhoria das suas funções	10	2,6	2,6	98,2
Todos os profissionais devem ter um Estatuto	1	,3	,3	98,4
Total	6	1,6	1,6	100,0
	380	100,0	100,0	

Tabela 23 - Porque és contra?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
É um aumento injusto enquanto outras pessoas ganham pouco	169	44,5	44,5	44,5
É uma vergonha e uma roubaria para o povo de Cabo Verde	39	10,3	10,3	54,7
Estatuto para os seus interesses	2	,5	,5	55,3
Já ganham o suficiente com a produtividade que tem	3	,8	,8	56,1
Não é a altura própria devido a conjuntura económica	7	1,8	1,8	57,9
Não foi um aumento justo	62	16,3	16,3	74,2
Não houve explicação	5	1,3	1,3	75,5
O Estatuto deveria ser socializado antes da sua discussão no parlamento	4	1,1	1,1	76,6
Os Deputados ainda não fazem um bom trabalho	1	,3	,3	76,8
Os Deputados já ganham o Suficiente	2	,5	,5	77,4
O Deputados já tem muita mordomia, e pouco trabalho sério, os políticos deviam trabalhar mais	57	15,0	15,0	92,4
Os Deputados não merecem um aumento salarial	1	,3	,3	92,6
Os políticos aumentam o seu salário enquanto as outras profissões não foram aumentadas	2	,5	,5	93,2
Os políticos já ganham o Suficiente	1	,3	,3	93,4
Por causa do aumento salarial	6	1,6	1,6	95,0
Por causa do aumento salarial dos Deputados	14	3,7	3,7	98,7
Porque a maioria dos políticos não honra os seus compromissos com o eleitorado	2	,5	,5	99,2
Total	3	,8	,8	100,0
	380	100,0	100,0	

Tabela 24 - Participaste nas manifestações contra o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid				
Sim	52	13,7	13,7	13,7
Não	324	85,3	85,3	98,9
NS/NR	4	1,1	1,1	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 25 - Como ficaste a saber da aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Agora ao responder o Questionário	27	7,1	7,1	7,1
Assisti a discussão e aprovação na Assembleia Nacional	2	,5	,5	7,6
Através da comunicação social	3	,8	,8	8,4
Através da marcha	233	61,3	61,3	69,7
Através das pessoas	1	,3	,3	70,0
Através do site da Assembleia Nacional	63	16,6	16,6	86,6
Não fiquei a saber	2	,5	,5	87,1
Não sei de nada	4	1,1	1,1	88,2
Nas aulas, na universidade	1	,3	,3	88,4
Nas redes sociais	1	,3	,3	88,7
Total	43	11,3	11,3	100,0
Valid	380	100,0	100,0	

Tabela 26 - O que entendeste do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Alteração das normas e direitos dos Titulares de Cargos Políticos	3	,8	,8	,8
Aumento dos deveres e direitos dos políticos	2	,5	,5	1,3
Aumento salarial e benefícios para os Deputados	14	3,7	3,7	5,0
Aumento salarial e regalias para os Deputados	3	,8	,8	5,8
Aumento salarial para os Deputados	91	23,9	23,9	29,7
Aumento salarial para os Políticos	22	5,8	5,8	35,5
Aumento salarial para os Titulares de Cargos Políticos	3	,8	,8	36,3
Aumento salarial para os Titulares de Cargos Políticos	43	11,3	11,3	47,6
Benefício para os políticos	2	,5	,5	48,2
Conjunto de leis que regula os direitos e os deveres dos Políticos	3	,8	,8	48,9
Conjunto de medidas para melhorar as condições dos Deputados	26	6,8	6,8	55,8
Valid				

Diploma com normas e regras para os políticos	14	3,7	3,7	59,5
Diploma inserido na reforma do parlamento que visa o aumento salarial dos Deputados	12	3,2	3,2	62,6
Diploma que dignifique a classe política	8	2,1	2,1	64,7
É um estatuto que vai dignificar a classe política	3	,8	,8	65,5
É um roubo	1	,3	,3	65,8
Estatuto para a melhoria do exercício das funções dos políticos	5	1,3	1,3	67,1
Estatuto que define novas regras sobre incompatibilidade, impedimentos.	2	,5	,5	67,6
Estatuto que regula todos os benefícios e deveres dos políticos	25	6,6	6,6	74,2
Ganhar mais dinheiro do Povo	1	,3	,3	74,5
Grande brincadeira para o Povo	1	,3	,3	74,7
Instrumento que rege a classe política	7	1,8	1,8	76,6
Instrumento que rege os direitos e os deveres dos Titulares de Cargos Políticos	8	2,1	2,1	78,7
Interesses políticos	4	1,1	1,1	79,7
Lei que regula os Deputados eleitos na Assembleia Nacional	1	,3	,3	80,0
Mais e melhores regalias para os políticos	4	1,1	1,1	81,1
Mais regalias aos políticos	11	2,9	2,9	83,9
Melhores regalias aos Titulares de Cargos Políticos	12	3,2	3,2	87,1
Nada	32	8,4	8,4	95,5
Não entendi o porque daquele estatuto	1	,3	,3	95,8
Normas para o exercício dos Titulares de Cargos Políticos	1	,3	,3	96,1
O cidadão está mal informado	7	1,8	1,8	97,9
Os políticos estavam a puxar mais brasas as suas sardinhas	3	,8	,8	98,7
Regalias para os Deputados	2	,5	,5	99,2

Regalias, privilégios e Desigualdades	1	,3	,3	99,5
São benefícios que os políticos propõem a seu favor	2	,5	,5	100,0
Total	380	100,0	100,0	

Tabela 27 - É do seu conhecimento que a aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos está enquadrada na reforma do parlamento?

	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Sim	102	26,8	26,8	26,8
Não	214	56,3	56,3	83,2
Valid NS/NR	64	16,8	16,8	100,0
Total	380	100,0	100,0	

## Anexo 2 - Questionário

Bom dia sou a Danisia Borges, aluna do curso de Ciências Políticas e Relações Internacionais leccionada na Universidade do Mindelo. Estou a realizar um estudo sobre a reforma do Parlamento Nacional e as implicações do veto ao Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos. Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente ao tratamento estatístico, pelo que o questionário é anónimo e, sendo garantida a sua total confidencialidade.

P1. Sexo

- a) Masculino -----
- b) Feminino-----

P2. Faixa etária

- a) 18-----25
- b) 26-----35
- c) 36-----45
- d) 46-----55
- e) 56-----65

66, e mais anos

P3. Principal ocupação profissional-----

P4. Habilitações literárias

- a) Analfabeto
- b) Ensino Primário
- c) Ensino Secundário
- d) Ensino Médio
- e) Ensino superior
- f) NS\NR.

P5. Zona de residência-----

P6. Naturalidade-----

P7. Com que frequência acompanhas os trabalhos da Assembleia Nacional

- 1. Sempre
- 2. As vezes
- 3. Poucas vezes
- 4. Nunca
- 5. NS\NR

P8. De entre as seguintes sugestões, escolhe qual é o meio de comunicação que utiliza para acompanhar os trabalhos do Parlamento

- 1. Rádio
- 2. Televisão
- 3. Jornais
- 4. Site da Assembleia
- 5. Outro. Qual
- 6. NS\NR

P9. Em comparação aos demais meios Órgãos de Soberania (Presidente da República, Governo, Tribunais) como avalia o desempenho do Parlamento.

- 1. Muito Melhor
- 2. Melhor
- 3. Igual
- 4. Razoável
- 5. Pior
- 6. NS\NR

P10. Como classifica a imagem do Parlamento

- a) Muito boa
- b) Boa
- c) Suficiente
- d) Insuficiente
- e) NB\NR

P11. Conheces um Deputado do seu círculo eleitoral (onde o deputado foi eleito)

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. NS\NR

P12. Já esteve em contacto com um Deputado do seu círculo eleitoral

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. NS\NR

P13. É do seu conhecimento que os Deputados todos os meses visitam os seus círculos eleitorais.

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. NS\NR

14. Como avaliar o desempenho dos Deputados durante as sessões.

- 1. Muito Boa
- 2. Boa
- 3. Razoável.
- 4. Má
- 5. NS\NR

P15. O Deputado durante as discussões nas sessões, achas que defende os interesses do cidadão que o elegeu, ou defende os interesses do seu partido.-----

P16. É do seu conhecimento que o Parlamento já passou por várias reformas

- 1. Sim
- 2. Não
- 3. NS\NR

P17. Tens conhecimento da actual reforma que está a decorrer no Parlamento

1. Sim
2. Não
3. NS\NR

P18. És contra ou a favor da aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos

1. A favor
2. Contra
3. Nem a favor nem contra
4. NS\NR

P19. És a favor porque? -----

P20. És contra porque? -----

P21. Participaste nas manifestações contra o Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos

1. Sim
2. Não
3. NS\NR

P22. Como ficaste a saber da aprovação do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos

-----

P23. O que entendeste acerca do Estatuto dos Titulares de Cargos Políticos

-----

P24. É do seu conhecimento que a aprovação do ETCP está enquadrada na reforma do parlamento

1. Sim
2. Não
3. NS\NR

## **Anexo 3 - Entrevistas**

### **Guião de Entrevista com Basílio Mosso Ramos**

**Nome do entrevistado:** Basílio Mosso Ramos

**Função que desempenha:** Presidente da Assembleia Nacional

**Filiação Partidária:** PAICV

**Legislatura:** 2011/2016

**Data da entrevista:** 9de Julho as 11:40 horas

#### **Perguntas**

##### **O Parlamento já passou por grandes reformas, qual a importância dessas reformas?**

Nesta Legislatura elegemos como das principais bandeiras a modernização do parlamento, tendo em conta que os instrumentos de gestão do parlamento datam-se de 1997, o regimento por exemplo, o Estatuto dos Deputados, lei orgânica são documentos que carecem de actualização, uma vez que o parlamento deve responder as necessidades da sociedade, e esta complexou-se bastante ao longo dos anos, basta dizer que temos hoje uma sociedade mais exigente, mais informada, que exige muito mais das instituições, sendo que para o parlamento ou sistema político tem que estar mais à altura de responder a toda esta demanda, mas por outro lado tem que ter em conta que, um dos papéis fundamentais do parlamento é a fiscalização das actividades governativas do governo e da administração pública. O governo funciona em permanente, todas os dias e essa fiscalização só pode ser mais eficaz se o parlamento também reunir-se com muito mais regularidade, podendo pronunciar com muito mais regularidade, e neste momento o nosso modelo de funcionamento baseia-se na realização de sessões mensais, o que parece não responder as necessidades actuais. Julgamos que é preciso alterar, por isso, é nesse quadro que pensamos a reforma, mas também é preciso ter em conta que em 2005 se fez um estudo sobre a percepção que os cidadãos tem do parlamento, o nome deste estudo é a Eficácia e Transparência na Era Digital, realizado por um deputado especializado na área, que é José Magalhães junto com Jordano Custódio que é um jornalista cabo-verdiano. Este estudo de 2005 mostra a necessidade do parlamento se aproximar muito mais dos cidadãos, e os cidadãos terem uma participação muito mais activa na vida dos parlamentos, mas sobretudo da necessidade de enveredar para um parlamento digital, um parlamento muito mais moderno, baseado em novas tecnológicas de comunicação, que possa reagir muito mais facilmente, que possa comunicar através dos novos instrumentos de comunicação, possamos comunicar muito mais facilmente com a sociedade. Tudo isso evidentemente conciliou a necessidade de facto para avançarmos para a reforma. Criamos uma comissão de reforma que fez um trabalho extraordinário em 2012 a esta parte, fez um trabalho notável, recolheu várias experiências de outros países como Portugal, Brasil, Canárias e África do Sul. Elaborou depois de muita discussão e propôs-se um novo regimento, inclusive que, já foi aprovada, na generalidade, e que esta para ser aprovada na especialidade.

##### **A reforma do parlamento incide em 4 vertentes fundamentais - Uma delas é a vertente Institucional e legislativa. Será que é a vertente mais importante dessa reforma?**

Sim, todas estas leis. Você tem o governo, tendo uma sociedade cada vez mais complexa e exigente, e a própria realidade internacional, você tem que legislar muito mais e acerca do parlamento há uma crítica que diz que o parlamento não tem iniciativas próprias, em termos de legislação é o governo que legisla, tudo bem aí teríamos no âmbito da reforma que estruturar melhor, ter mais quadros, recursos para recrutar quadros, recrutar especialistas, que possam ajudar o parlamento na legislação. de modo que a vertente legislativa é uma dimensão fundamental na melhoria da nossa capacidade em legislar, na rapidez em legislar. Também tem a dimensão da fiscalização, da actividade de todo o debate que se faz no parlamento e muito das vezes até há um incompreendido lá fora. de uma forma geral, para não haver guerra lá fora, tem que haver discussões cá dentro porque as preocupações dos cidadãos, tem que ser discutidas aqui, e os deputados ao trazer uma preocupação que ele detectou numa determinada visita eleitoral está a cumprir o seu papel, de ser representante, daqueles que tem determinadas preocupações, e que devem ser discutidas cá e que se deve fazer recomendações ao governo, ou que estas diferentes visões devem -se de cruzar cá, debatidas de modo a encontrar melhores soluções. A vertente legislativa, a vertente de fiscalização de controlo de actividades governativas há essa vertente de representação electiva de eleger os órgãos externos ao parlamento.

##### **Quais os desafios que a aplicação dessa reforma trará a casa parlamentar?**

Antes de tudo temos que ter leis, tem que haver regimento, enquanto o regimento não for aprovado não se pode exequir de soluções que estão contempladas no regimento, não podem ser aplicadas pela sua não aprovação. O parlamento não pode dar esse salto, estamos a criar toda esta plataforma tecnológica para dar esse salto mas ficam-



nos a dimensão institucional que é preciso legislar aprovando o regimento, senão o Parlamento não dará este salto. Estamos nessa encruzilhada neste momento, mas eu acredito que se não for nesta legislatura é logo no início da primeira legislatura, mas espero que seja nessa legislatura que vamos aprovar tudo isso.

**Porque é que as pessoas rejeitaram o ETCP?**

É possível que tenha havido deficit de comunicação, não fomos eficazes em relação a matéria de comunicação para a transmissão do estatuto, a sociedade, sendo assim as pessoas focaram na questão do vencimento, houve também outras considerações relacionadas com a oportunidade quanto ao momento não oportuno mas o principal problema é da comunicação. Na questão do estatuto esse deve ser reapreciado, não se pode ignorar toda essa reacção que teve e procurar explicar os fundamentos e não focalizar na questão do vencimento porque o estatuto é uma peça da reforma que visa sobretudo na melhoria do desempenho do sistema político de cabo verde. Em relação ao Estatuto as pessoas não focalizaram na questão da fiscalização, mais transparência, mais trabalho, não diz nada as pessoas, levaram em conta a questão salarial, sendo assim temos que procurar explicar o que está em jogo. Porque sem o novo regimento, sem o novo estatuto não há reforma do parlamento sem a reforma do parlamento não há um parlamento a exigência da sociedade.

**Qual a importância do ETCP na reforma do parlamento?**

Com a reforma do parlamento vamos encontrar sobretudo um novo regimento que vai alterar o funcionamento do parlamento mas o estatuto vai dizer do relacionamento o que é que se esperar dos titulares e não é só do parlamento. O estatuto clarificava tornando muito mais transparente as actividades dos titulares cargos políticos, defendia as incompatibilidades, exigia muito mais daqueles que se disponibiliza para o exercício dessa função e clarificava se o quadro. A sociedade cabo-verdiana não tem a ganhar muito com isso.

**Quais foram os efeitos imediatos do veto político ao diploma no processo da reforma do parlamento?**

Sem o ETCP não é exequível a aplicação do Regimento. Com o regimento em vez de sessões mensais vamos ter sessões, excluindo a primeira semana que continua destinada as visitas aos círculos, a partir da segunda semana pode-se começar a ter sessões, quer reuniões dos grupos parlamentares, quer reuniões das comissões especializadas, quer as próprias sessões, portanto há uma intensidade de trabalho maior e eu julgo que há da parte da sociedade uma exigência de intensidade de trabalho, mas eu julgo que há uma incompatibilidade entre exigência de maior intensidade e não se permitir ou discordar da actualização do próprio vencimento, que para mim é uma questão incontornável.

## **Guião de Entrevista com Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade**

**Nome do entrevistado:** Fernando Elísio Leboucher Freire de Andrade

**Função que desempenha:** Líder da bancada parlamentar do MpD Filiação Partidária: MpD

**Legislatura:** 2011/2016

**Data da entrevista:** 9 de Julho às 10:55 horas

### **Perguntas**

**Quais são as dimensões da III reforma do parlamento?**

Em relação as dimensões da reforma existem três dimensões. A dimensão da organização e funcionamento do próprio parlamento que é uma dimensão de aproximação do parlamento aos cidadãos, porque para o parlamento ficar mais próximo do cidadão, para cumprir integralmente o seu papel de centralidade do regime democrático conforme determina a constituição do nosso sistema político eram, são necessárias e fundamentais essas reformas. Também faz parte de um amplo quadro da reforma do próprio Estado, que tem haver como comprimento da constituição, tem a ver com acordos a nível dos estados, dos parlamentos, Tribunal Constitucional, Agencia Reguladora da Comunicação Social, da Protecção dos Dados, tem a ver com a revisão Constitucional de 2010. Portanto é uma reforma ampla com o sentido de adequar as instituições do país a constituição de Cabo Verde. Por isso uma reforma muito importante que devia seguir os seus trâmites no sentido da sua concretização.

**A vertente institucional e legislativa da Reforma passa pela aprovação de um novo Regimento. Em termos da organização interna do parlamento, o que prevê esse novo Regimento?**

Na vertente institucional e Legislativa, há a questão do regimento, há a questão do ETCP, questão da orgânica e a questão do novo plano de cargos e carreiras e salários dos funcionários da Assembleia Nacional. O objectivo é adequar a Assembleia a actividade económica e social do país, é fazer com que o parlamento se aproxima cada vez mais dos cidadãos. No regimento já se começa a falar na questão dos vídeo conferencias, das reformas electrónicas e tecnológicas.

Tendo em conta a nossa situação de país arquipelágico, para se cumprir esta aproximação do parlamento a sociedade, também no regimento, já os debates e a intensidade da fiscalização do Governo e ao primeiro-ministro vão aumentar, inova-se com uma figura do debate sobre as ilhas, que é para trazer assuntos de cada ilha para o parlamento numa forma estruturada e bem-feita, por isso mesmo era uma reforma extraordinária que iria claramente adequar o parlamento através do Regimento, da lei orgânica, do ETCP, do NPCCS aquilo que é a realidade económica e social e política do país, se o parlamento quer ter os melhores, se quer ser o melhor, tem que ter leis e instituição adequada.

#### **Quais os desafios que a aplicação dessa reforma trará a casa parlamentar?**

Um enorme desafio, primeiramente o parlamento tem que mudar toda a sua estrutura para efectivamente colocar naquilo que é a sua função principal, que é uma função de centralidade dentro do regime democrático. Mas tem que ter técnicos altamente especializados e altamente capazes para poderem acompanhar a vida política, a dinâmica política e económica social do país e do mundo. Tem que estar muito mais aberto a sociedade, tem que ter uma grande plataforma tecnológica, para se poder ter rádio, televisão do parlamento, para essa aproximação se poder efectivar, por isso, exige que o parlamento esteja a fazer esses investimentos, exigirá também no futuro um conjunto de investimento para se poder adaptar o próprio parlamento e esses desafios ou aquilo que é a reforma. São esses aspectos que eram importantes fazer para se materializar a reforma.

#### **O que são o ETCP, quantos diplomas estão indexados, o que prevê, qual é a essência do Estatuto?**

Mais de 18 diplomas. São um conjunto de diplomas que estão indexados ao Estatuto, O estatuto não teve respaldo social porque foi manipulado por uma parte pelo PAICV que encontrou no Estatuto um cavalo de batalha, não tendo uma agenda política, viu no Estatuto, principalmente se reparar bem eram todos contra as regalias, mas só que essas regalias já existiam em varias diplomas, por exemplo a lei de arma existe desde 1980, a questão do passaporte diplomático existe desde 1975, a questão da bonificação nas reformas, o ETCP reforma como a lei mais favorável da administração publica, portanto o PAICV entrou em colapso, com varias cabeças a colocar em causa a reforma. Quem colocou em causa a reforma do parlamento colocou em causa a democracia cabo-verdiana. As manifestações devem se sempre valorizadas e contextualizadas, o povo saiu sai rua, respeitemos, temos que adaptar aquilo que é a realidade. O estatuto não passou porque houve erro de comunicação da Assembleia, erro de comunicação dos deputados e pela manipulação da liderança do PAICV, que vive a custa de altos salários da administração pública que são cargos nomeados.

#### **Porque é que as pessoas rejeitaram o ETCP?**

As pessoas rejeitaram o estatuto por um lado por não conhecerem o estatuto, por erro de comunicação da Assembleia Nacional, por manipulação, porque a comunicação se colocou ao lado da manipulação.

#### **Quais foram os artigos polémicos do ETCP?**

Acredito que a única questão polémica nesse estatuto foi a questão salarial, sendo uma questão que foi introduzida no ETCP, de resto eram questões que foram mal interpretadas.

#### **O que é que o ETCP traz de novo?**

Traz muita coisa, a questão das incompatibilidades e impedimentos que é uma coisa extraordinária por exemplo não permite a acumulação do sector privado com o sector publico, a promiscuidade entre o sector publico e privado, impede o exercício de actividades várias que sejam contrarias daquilo que é do interesse publico, reforça a exclusividade do deputado ao cargo publico, isto dá muita transparência, mais independência aos TCP e mais, dá garantia que o exercício da política é uma actividade de cidadania, nobre, porque cria um conjunto de regras apertadas para punir quem prevaricar, que não iria compactuar com quem estivesse no jogo duplo, e fosse pouco transparente no exercício das suas funções.

#### **Em que medida a reforma irá aumentar a capacidade de iniciativa legislativa, e irá reforçar a função de controlo do Parlamento ao governo?**

Não sei se iria aumentar ou não a capacidade da iniciativa legislativa, mas o certo que iria criar todas as condições para aumentar a produção legislativa do parlamento. Em todos os parlamentos do mundo o governo cria a legislação mais de que o próprio parlamento, isso é a própria dinâmica dos regimes parlamentares que suporte um governo, que suporta uma maioria que está a governar, e quem governa em actividade executiva, tem necessidade de produção de legislação por impulso do governo mas de 90% das leis são aprovadas no parlamento passam pelo parlamento. O parlamento não é o promotor, mas é quem aprova. Aquilo que são os projectos estruturantes do país, acredito que iria aumentar com a nova reforma do parlamento, mas se reparar nos últimos anos tem havido um claro aumento da produção legislativa, a lei de liberdade religiosa, a lei de polícias municipais, a lei sobre as datas nacionais, que são um conjunto de iniciativas que começaram a ganhar força com pura iniciativa do parlamento, com o novo Estatuto, com o novo quadro da reforma do parlamento poderiam ganhar outra dimensão.

#### **Qual a importância do Estatuto para os políticos e para a democracia?**

Com esse Estatuto dava-se um poder aos deputados porque ganhariam centralidade, o parlamento ganharia centralidade necessária para que todo o sistema político funcionasse muito melhor, trabalharmos e mudar a percepção que a sociedade tem em relação ao parlamento que não é muito boa.

Sendo essa a grande novidade no sentido do reforço da democracia cabo-verdiana, reforçava o seu grau de transparência, de exclusividade política, aquilo que é política para os políticos, aquilo que é negócios para os empresários, aquilo que é trabalho técnico para os técnicos, e essa diferenciação permitia aos cabo-verdianos estar num quadro de maior transparência, de maior clarificação dos papéis, iria fazer uma coisa mais extraordinária, iria diminuir o grau de partidarização da administração pública.

#### **Qual a importância da reforma do parlamento?**

Exactamente na maior aproximação ao eleitorado, maior intensidade e publicidade dos trabalhos o que daria ao parlamento a centralidade necessária, porque neste momento o parlamento não tem centralidade, tem pouca capacidade de produzir legislação, mas isto todos os regimes democráticos passam por isso. O parlamento tem muita dificuldade em comunicar com a sociedade e então essa reforma do parlamento iria proporcionar mudar a percepção dos cabo-verdianos em relação ao parlamento e aos políticos.

#### **Quais foram os efeitos imediatos do veto político ao diploma no processo da reforma do parlamento?**

Não há que dramatizar, na democracia cada um faz o seu papel, o parlamento legislou, o presidente utilizou um poder que a constituição lhe concede de promulgar ou vetar, e ele optou pelo veto, a democracia aqui funcionou na normalidade, e mostrou aqui a força e a qualidade da nossa constituição, não houve uma crise política por causa disso, não houve instabilidade. Segundo factor reforçou a ideia de que a democracia representativa é o melhor para Cabo Verde. Terceiro factor reforçou a ideia que populismo não pode ganhar em CV.

#### **E o impacto do diploma na reforma do parlamento?**

Como o Estatuto é uma peça de uma engrenagem, não tem sentido fazer a reforma sem uma peça, então neste momento é preciso repensar tudo.

#### **Porque é que aquando do veto ao diploma e a sua devolução ao parlamento para apreciação, os deputados não chegaram a um consenso para uma nova discussão do diploma?**

Porque não se pode ir confrontar a população, sendo que na política não seria o certo, visto que houve muitas pessoas que saíram a rua, houve decerto muita manipulação dos factos, mas as pessoas saíram porque estavam descontentes com o governo, muitas pessoas saíram por vários motivos. E a questão salarial de facto é uma questão que não é pacífica, temos que ter serenidade e capacidade para reanalisar noutro momento, com mais tranquilidade, num quadro de grande diálogo com a sociedade cabo-verdiana. E é neste quadro que iremos fazê-lo, e devemos respeitar sempre aquilo que é as funções de cada um, mas não esquecendo nunca que estão aqui em representação da população.

#### **Os deputados pretendem alterar o diploma e o que é que mudariam no diploma numa nova discussão e aprovação?**

A orgânica foi feita na perspectiva da alteração do ETCP, o regimento foi feito no sentido da alteração do ETCP e da orgânica, o estatuto foi adaptado aquilo que é o regimento e a orgânica previamente acordados e alterados, passava por uma maior intensidade dos deputados no exercício da sua função ou seja uma exclusividade do Deputado, portanto iria acabar com toda e qualquer acumulação, em 2º lugar aproximava-se muito mais os cidadãos dos deputados. Em 3º lugar, que é uma parte importante da reforma os deputados abdicavam de um conjunto de salários, de outros bens que podia eventualmente ter fora do parlamento para um exercício exclusivo da actividade política e todas as outras questões que já estavam espalhadas nas várias legislações, e foi agora harmonizado num único estatuto. Portanto está tudo umbilicalmente ligado. O regimento provoca uma maior densidade nos trabalhos parlamentares, a orgânica respalda aquilo que é uma maior actividade do parlamento e o estatuto adequa os deputados a uma maior actividade dentro do parlamento. Por isso estão internamente ligados. E neste momento a reforma pode ficar comprometida se não se avançar com o regimento.

## Guião de Entrevista com Lívio Lopes

**Nome do entrevistado:** Lívio Lopes

**Função que desempenha:** Presidente da Comissão Eventual da Reforma do Parlamento

**Filiação Partidária:** PAICV

**Legislatura:** 2011/2016

**Data da entrevista:** 12 de Julho às 10:55 horas

### Perguntas

#### **A Parlamento já passou por grandes reformas, qual a importância dessas reformas**

A importância geral e comum, para cada Fase, foi e é, modernizar o Parlamento para poder acompanhar a evolução do sistema político cabo-verdiano, com particular incidência no controlo e fiscalização da acção governativa.

#### **Quais são as dimensões da III fase da reforma do parlamento?**

Nesta III Fase da reforma as exigências são diferentes e as premissas para novos paradigmas também. A experiência do funcionamento mais efectivo e contínuo da Assembleia e as alterações constitucionais de 2010 tornaram mais premente a necessidade de se encontrar novas soluções de funcionamento do Parlamento, para dar resposta aos estrangulamentos e insuficiências constatados ao longo dos anos.

Por outro lado, o funcionamento mais efectivo e contínuo do parlamento cabo-verdiano justifica-se, actualmente, pelo imperativo de o Parlamento se assumir plenamente como um órgão legislativo, fiscalizador das acções de um governo e de uma administração pública que trabalham de forma intensiva e contínua. O Parlamento não pode continuar a funcionar numa “cadência” mensal, com prazos legislativos demorados que não acompanham o ritmo diário da governação do país, as exigências dos sectores económicos e dos parceiros internacionais.

Ficou, então, bem claro que os próximos passos devem ser no sentido de “melhoria da qualidade da democracia e da sua percepção pela sociedade”, no quadro de um Parlamento digital, promotora da cidadania, e centro de excelência do poder político cabo-verdiano.

#### **A reforma do parlamento incide em 4 vertentes fundamentais - Uma delas é a vertente Institucional e legislativa. Será que é a vertente mais importante dessa reforma?**

A vertente da função legislativa é a essência de qualquer parlamento, que não poderá desenrolar-se eficazmente se a vertente institucional não corresponder às exigências do momento, quer em termos orgânicos, como em termos procedimentais, de que se ocupa o Regimento, com alterações profundas, no caso, um novo Regimento.

#### **A vertente institucional e legislativa da Reforma passa pela aprovação de um novo Regimento. Em termos da organização interna do parlamento, o que prevê esse novo Regimento?**

O Parlamento cabo-verdiano funciona, actualmente, em termos deliberativos, em sessões mensais, isto é, no concernente às Reuniões Plenárias, estando consagrada no artº 87º do Regimento em vigor a última semana do mês como a preferencial para as reuniões plenárias.

Em termos do funcionamento da Assembleia Nacional a alteração no Regimento, com maior repercussão diz respeito à mudança do regime mensal, para o quinzenal ou semanal, que ainda não está totalmente acordado. Esta alteração terá repercussões em quase tudo: na vida do deputado, nas comissões, no plenário, nos custos, etc.

#### **Quais os desafios que a aplicação dessa reforma trará a casa parlamentar?**

Sem pretendermos esgotar as razões que sustentam esta III fase da reforma, em síntese, os fundamentos/objectivos da presente reforma consubstanciam-se, essencialmente, no seguinte:

1. Garantir a efectividade da acção parlamentar, fazendo o parlamento funcionar semanal ou quinzenalmente, ajustando-se, assim, os prazos parlamentares aos do Governo, da Administração Pública e dos parceiros do desenvolvimento;
2. Dotar o país de um Parlamento moderno e digital, de profunda interactividade com a sociedade civil;
3. Ajustar a orgânica da Assembleia Nacional e os procedimentos legislativos a uma nova e adequada estrutura (Direcção) de documentação, informática e comunicação, informação parlamentar e relações públicas e internacionais, o calcanhar de Aquiles de todas as reformas;
4. Reforçar e qualificar o sistema democrático na perspectiva da consolidação da função de fiscalização e controlo do Governo e da Administração Pública, da aproximação do Parlamento ao cidadão, bem como da garantia dos direitos da oposição democrática no quadro parlamentar;
5. Introduzir mecanismos de melhoria da produtividade e qualidade legislativa;
6. Garantir mecanismos de aferição da transparência parlamentar;
7. Reforçar os instrumentos de garantia da ética e do decore parlamentar,

8. Assegurar um processo de desconcentração parlamentar moderno, eficaz e adequado à realidade insular cabo-verdiana;
9. Estabelecer mecanismos e procedimentos para o uso racional do tempo;
10. Conceber e estabelecer um sistema de transição adequado e faseado, compatível com o rigor orçamental e financeiro necessário.

**O principal objectivo a atingir com reforma do parlamento é a melhoria da qualidade da democracia e da sua percepção pela sociedade. Em que medida a reforma irá contribuir para essa melhoria?**

Em relação a esta questão da melhoria da qualidade da democracia, devo informar que dos estudos e reflexões no âmbito da Comissão da Reforma, podemos identificar como elementos mais cruciais e críticos da presente reforma os aspectos seguintes:

- ❖ Consolidação da Função de Fiscalização e Controlo Parlamentar;
- ❖ Aproximação do Parlamento ao Cidadão;
- ❖ Direitos da Oposição Democrática no Quadro Parlamentar.

No quadro da Consolidação da Função de Fiscalização e Controlo pretende-se aprofundar as propostas relativas à reforma do instituto de Perguntas ao Governo, dos Debates e do Período de Antes da Ordem do Dia – este a ser convertido no chamado “Período da Agenda do Deputado”, um espaço mais dinâmico e contraditório de Debates do Círculo, da Actualidade, Temáticos, entre outros.

No concernente à Aproximação do Parlamento ao Cidadão a reforma prevê instituir, através de novas tecnologias, um conjunto de funcionalidades, de acessos, programas e projectos de profunda e profícua interacção com os cidadãos, via Portal da Assembleia; Por outro lado, é propósito da reforma reforçar os mecanismos e instrumentos de exercício da cidadania, tais como, as petições, as iniciativas legislativas populares ou o referendo, para além do debate actual sobre as listas de candidaturas às legislativas, por parte de grupos da sociedade civil.

Quanto aos Direitos da Oposição Democrática no Quadro Parlamentar vale reflectir sobre toda a sua dimensão, mas, em particular, sobre os chamados “direitos potestativos”.

**Quais foram as melhorias introduzidas com as anteriores reformas?**

O Parlamento cabo-verdiano conheceu uma primeira etapa da sua reforma, a partir de 1993, visando, essencialmente, criar as condições para um funcionamento mais regular, com deputados profissionalizados a tempo inteiro, uma orgânica própria e um Centro de Documentação e Informação

Parlamentar que possibilitasse um melhor acesso a fontes de pesquisa documental, bem como uma maior aproximação do Parlamento ao cidadão.

Durante quase toda a V Legislatura (1996-2001), o Parlamento funcionou com 28 Deputados em regime de tempo inteiro, o indispensável para garantir o funcionamento necessário das 4 principais Comissões Especializadas, então existentes. Ficou convencionado que, na legislatura seguinte, seriam criadas as condições para que todos os deputados (72) passassem a exercer o mandato em regime de tempo inteiro. Foi o que aconteceu a partir de 2001. Terminava, assim, uma primeira etapa da Reforma do Parlamento, sem que fosse alcançado o compromisso de reforma do Núcleo da Comunicação e Informação Parlamentar, assim como o de Aproximação do Parlamento aos Cidadãos!

A II Fase da reforma, resultante de alguns sinais externos e da necessidade de modernização e uso de novas tecnologias, inicia com novas acções, em 2005, que marcaram uma nova etapa no processo reformista. Estas novas acções, resultam das conclusões de um estudo designado “*Eficácia e Transparência do Parlamento na Era Digital: Uma Contribuição para uma Estratégia de Aproximação entre a Assembleia Nacional de Cabo Verde e os Cidadãos*”.

Pretendia-se “*obter um amplo conjunto de dados e elementos que contribuam para a ponderação e adopção de medidas que facultem uma maior aproximação e estreitamento das relações entre cidadãos, grupos de interesse e o Parlamento, bem como uma significativa melhoria da projecção externa da vida parlamentar*”. Os objectivos desta fase foram, em parte, alcançados e motivaram uma terceira etapa.

**O que é o ETCP, quantos diplomas estão indexados, o que prevê, qual é a essência do Estatuto?**

Na falta de definição legal sobre “titulares de cargos políticos”, o ETCP é a lei que regula o regime estatutário dos cargos políticos resultantes dos três tipos de eleições democráticas previstos constitucionalmente: Presidente da República, Deputados Nacionais, Governo, enquanto órgão de soberania cujos titulares geralmente emanam de eleições legislativas, e Eleitos Municipais.

Efectivamente, procura-se reunir num único diploma, com preocupação de harmonização, os regimes estatutários gerais e específicos dos titulares de cargos políticos, hoje dispersos por vários diplomas.

**Porque é que as pessoas rejeitaram o ETCP?**

Julgo que por desconhecerem a essência do Projecto de Lei e da suas implicações positivas na Reforma do Parlamento. No fundo se confundiu ou foi privilegiado demasiadamente o estatuto remuneratório, com o ETCP em si.

**As pessoas reclamam não ter conhecimento dos trabalhos e das decisões que se tomam no Parlamento. Será que é do conhecimento das pessoas que o parlamento está a passar por uma profunda reforma, e que a aprovação do ETCP faz parte dessa mesma reforma?**

Julgo que o cidadão precisa estar mais bem informado, o que só podia acontecer com a reforma, na perspectiva de aproximação do Parlamento ao cidadão, entre outros.

**Quais foram os artigos polémicos do ETCP?**

Os artigos relativos ao estatuto remuneratório, regalias e privilégios.

**O que é que o ETCP traz de novo?**

Quase tudo. Como eu disse antes, procurou-se reunir num único diploma, com preocupação de harmonização, os regimes estatutários gerais e específicos dos titulares de cargos políticos, hoje dispersos por vários diplomas. Outros sim, o projecto de lei rejeitado, consagrava um conjunto de normas inovadoras que visavam moralizar a actuação dos titulares de cargos políticos, tornando o seu exercício mais transparente e menos susceptível de aproveitamentos indevidos e contribuindo deste modo para a sua dignificação.

**Quais são as vantagens e as desvantagens da aprovação do ETCP?**

O diploma adopta o princípio da exclusividade ao exercício do titular de cargo político, determinado pela perspectiva de uma maior exigência de funcionalidade dos órgãos políticos, face à interpelação da sociedade em relação à competitividade da função política.

Estando em curso a Reforma do Parlamento, vai exigir dos deputados disponibilidade maior para trabalhos parlamentares, através do novo regimento da Assembleia Nacional, também em gestação.

Na verdade, o novo regimento da Assembleia Nacional preconiza uma frequência mais apertada dos trabalhos parlamentares, nomeadamente, passando de mensal para quinzenal a periodicidade das Reuniões Plenárias, assim exigindo, por arrastamento, mais dedicação e melhor funcionalidade aos trabalhos das Comissões Especializadas. Por outro lado, o Projecto consagrava um conjunto de novas regras sobre incompatibilidades, impedimentos, imunidades, controlo de interesses e de riqueza dos titulares de cargos políticos, visando garantir maior transparência ao exercício de funções políticas.

**Em que medida a reforma irá aumentar a capacidade de iniciativa legislativa, e irá reforçar a função de controlo do Parlamento ao governo?**

A reforma prevê a criação de melhores condições de trabalho e de assessoria técnica, permitindo assim, maiores iniciativas legislativas. Por outro lado, o reforço da função de controlo passa por várias opções, com particular incidência no reforço de debates parlamentares, audições, perguntas, etc.

**Qual a importância do Estatuto para os políticos e para a democracia?**

A democracia é reforçada com a modernização de todos os instrumentos legais pertinentes. O ETCP é no presente um conjunto de diplomas avulsos. A importância de um novo ETCP resulta da necessidade da sua modernização e codificação, respondendo assim às exigências actuais do sistema político: transparência, ética e decore, dignificação, etc.

**Qual a importância do ETCP na reforma do parlamento?**

O Parlamento é o centro do sistema político, perante o qual responde o governo (artº 198 da CRCV), num sistema semipresidencialista como o nosso. Embora o ETCP seja abrangente, ele é regulador da vida do deputado, sujeito fundamental para a actividade parlamentar. Este ETCP reforça as incompatibilidades e impedimentos, assegura maior transparência, reforço a ética e o decore parlamentar, entre outros aspectos relevantes.

**Quais foram os efeitos imediatos do veto político ao diploma no processo da reforma do parlamento?**

O veto político suspendeu o processo de reforma, devido a não reapreciação pelo Parlamento, numa segunda deliberação.

**E o impacto do diploma na reforma do parlamento?**

Devido á sua ligação directa com a reforma, em alguns aspectos determinantes (Incompatibilidades, transparência, ética e decore, etc) teve um impacto relativamente grande. Poder-se-ia avançar, mas não seria viável uma reforma parlamentar que ignorasse estes aspectos.

**Porque é que aquando do veto ao diploma e a sua devolução ao parlamento para apreciação, os deputados não chegaram a um consenso para uma nova discussão do diploma?**

Devido ao consenso inicial de todas as bancadas parlamentares, entendeu-se que só se podia avançar com o consenso inicial, que deixou de existir, depois do veto.

**Os deputados pretendem alterar o diploma e o que é que mudariam no diploma numa nova discussão e aprovação?**

Uma nova proposta só o futuro dirá. Caso avançasse depois do veto, a ideia era de alterar o estatuto remuneratório. Hoje não se sabe que propostas novas surgiriam.